

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL

GISLENE MAGALI DA SILVA

**O PROCESSO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE TOCANTINS - IFTO**

Brasília – DF

2013

GISLENE MAGALI DA SILVA

**O PROCESSO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE TOCANTINS - IFTO**

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito para a conclusão do Mestrado Profissional na área de Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da Prof^a Dr^a Raquel de Almeida Moraes.

BRASÍLIA(DF), OUTUBRO DE 2013

Silva, Gislene Magali da.
S586p O processo da institucionalização da educação a distância
no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de Tocantins - IFTO / Gislene Magali da Silva. -- 2013.
178 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas
e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica, 2013.

Inclui bibliografia

Orientação: Raquel de Almeida Moraes.

1. Ensino a distância. 2. Política pública. 3. Avaliação
educacional. 4. Ensino profissional. I. Moraes, Raquel de
Almeida. II. Título.

CDU 37.018.432(81)

**O PROCESSO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE TOCANTINS - IFTO**

BANCA DE DEFESA

Brasília (DF) 07 de outubro de 2013.

Presidente da Banca: Prof^a Dr^a Raquel de Almeida Moraes (FE/UNB)

Membro externo: Prof^a Dr^a Araci Hack Catapan (UFSC)

Membro: Prof^o Dr. Erlando da Silva Reses (FE/UNB)

Suplente: Prof^o Dr. Bernardo Kippis (FE/UNB)

AGRADECIMENTOS

Aos espíritos da luz que me conduziram e orientaram durante toda a jornada;

à professora Doutora Raquel de Almeida Moraes, orientadora desta dissertação, agradeço pelos ensinamentos, pela sabedoria, seriedade e sobretudo por acreditar na transformação e capacidade do ser humano;

à professora Doutora Araci Catapan pela oportunidade dada a mim de vislumbrar horizontes para a educação a distância;

ao professor Doutor Erlando pela gentileza e pelos prestimosos conhecimentos;

aos professores da pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica da Faculdade de Educação pelos ensinamentos essenciais para o meu amadurecimento acadêmico;

ao IFTO que abriu as portas para o estudo oportunizando uma melhor compreensão da modalidade a distância;

aos meus pais, Jose Benevenuto da Silva e Maria Faria da Silva, *in memoriam*;

ao meu filho, Paulo Miguel Benevenuto, por compreender a minha ausência enquanto mãe;

aos meus queridos irmãos pelo incentivo e apoio.

"Não sabendo que era impossível, ele foi lá e fez".

Jean Cocteau

RESUMO

A rede federal de ensino profissional está vivenciando a maior expansão de sua história, desde seu início, em 1909. Ao impulsionar um olhar mais profundo para as políticas públicas dentro dos Institutos Federais de Educação - IFs, na utilização da educação a distância no contexto do ensino profissional tecnológico surge a pesquisa com o objetivo de avaliar o processo da institucionalização da política pública de educação a distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins – IFTO. A pesquisa é do tipo descritivo, com abordagem e foco na pesquisa qualitativa, abarca o tipo exploratório e teve seu *corpus* analisado na proposta metodológica da avaliação emancipatória somente nos dois primeiros momentos que tratam da *descrição da realidade e da crítica da realidade* da educação a distância no IFTO. A *descrição da realidade* envolveu dois propósitos: situar a regulamentação da educação a distância no contexto profissional tecnológico através de documentos e caracterizar a educação a distância no IFTO. A análise dos resultados indica que os documentos orientadores de ensino do IFTO reafirmam a necessidade de uma nova organização a distância. No entanto, percebeu-se que os documentos que regulamentam a oferta e o funcionamento do ensino no IFTO não corroboram com a legitimação dessa oferta a distância nos cursos presenciais. Fica claro que existe distanciamento e desconhecimento da EaD dentro do Instituto por parte dos gestores. Efetivamente, o planejamento para atender à Portaria 4.059/2005 e à Resolução 06/2012 do MEC tem sido para reposição de aula e ajustamento de calendário acadêmico letivo. Na análise de projetos pedagógicos de educação básica, técnica e tecnológica, somente nos projetos pedagógicos de ensino técnico na modalidade a distância constam formas de utilização de ensino a distância. Na busca de um modelo de institucionalização da educação a distância dentro dos Institutos, o CONIF apresentou três propostas em 2010, o IFTO adotou o semicentralizado. Neste contexto, a *crítica da realidade* buscou-se caracterizar a tomada de consciência dos coordenadores da educação a distância, a explicação das defasagens, desajustes e contradições existentes da EaD dentro do Instituto, onde foram discutidas a estruturação da equipe e a gestão da EaD no IFTO, as formas de remuneração, a normatização de documentos e, sobretudo, o modelo que melhor atende a realidade da educação a distância no contexto profissional tecnológico do estado do Tocantins.

Palavras-chave: avaliação emancipatória, educação a distância, institucionalização.

ABSTRACT

The federal system of vocational education is experiencing the largest expansion in its history, since its inception in 1909. By driving a deeper look to public policies within the IFs in the use of distance education in the context of technological vocational teaching, research arises to evaluate the process of institutionalization of public policy in distance education in the Federal Institute of Education, Science and Technology of Tocantins - IFTO. The research is descriptive with approach and focus on qualitative research, encompasses the exploratory type and had its corpus analyzed in the methodological proposal of emancipatory evaluation only in the two first moments dealing with the description of reality and the criticism of the reality in distance education in the IFTO. The description of reality involved two purposes: to situate the regulation of the distance education in a technological professional context through documents and characterize the distance education in the IFTO. The results analysis indicates that the documents guiding teaching in the IFTO reaffirm the need for a new organization in distance. However, it was noticed that the documents governing the provision and operation of education in the IFTO do not corroborate the legitimacy of this offer in distance in the presentable courses. It is clear that there is detachment and lack of knowledge of EAD into the Institute, by managers. Effectively the planning to meet the 4.059/2005 Ordinance and Resolution 06 /2012 of MEC has been for replacement and adjustment of school academic calendar. In the analysis of pedagogical projects of basic technical and technological education, pedagogical projects only in the educational projects of technical education in distance mode are set ways of using distance learning. In search of a model of institutionalization of distance education within the Institutes, the CONIF presented three proposals and in 2010, the IFTO adopted the semi centralized model. In this context the criticism of reality sought to characterize the awareness of education coordinators at distances, explanation of discrepancies, misfits and contradictions within the existing EAD institute where he discussed the team structure and management of EaD in IFTO, forms of compensation, the standardization of documents and especially the model that best meets the reality of distance education in the context of professional technological of the of Tocantins.

Keywords: Critical evaluation, distance education, institutionalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –Proposta de modelo centralizado	30
Figura 2 –Proposta de modelo semicentralizado	31
Figura 3 –Proposta de modelo descentralizado	31
Figura 4 – Distribuição de polos por região (%)	36
Figura 5 – Roteiro da pesquisa semi-estruturada sobre a institucionalização da Ea	49
Figura 6 – Modelo de pesquisa <i>online</i> sobre a institucionalização da EaD	50
Figura 7 – Polos de apoio presencial da Rede e-Tec Brasil no Tocantins.....	55
Figura 8 – Modelo de Organização EaD/IFTO 2013	56
Figura 9 – Procedimentos para a análise na perspectiva da avaliação emancipatória.....	58
Figura 10 – O paradigma da avaliação emancipatória da EaD no IFTO.....	59
Figura 11 – Página inicial do ambiente utilizado para a crítica da realizada	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – A população representativa da entrevista semi-estruturada	67
Gráfico 2 – A população representativa sobre a realidade do PPC	70
Gráfico 3– Representatividade sobre o atendimento com qualidade da EaD.....	84
Gráfico 4 – A população representativa da pesquisa no formato <i>Google Docs</i>	102
Gráfico 5 – Número de respostas diárias.....	102
Gráfico 6 – Procedimentos dos gestores com a EAD.....	103
Gráfico 7 – Tempo de envolvimentos dos coordenadores com a EAD	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos institucionais e fonte de pesquisa	46
Quadro 2 – Parâmetros para avaliação dos documentos institucionais	47
Quadro 3 – Análise do contexto dos projetos pedagógicos dos cursos superiores em tecnologia do IFTO sobre metodologias EaD	63
Quadro 4 – Análise do contexto dos projetos pedagógicos de cursos básicos e técnicos do IFTO e sobre as metodologias EaD	64
Quadro 5 – A realidade do PDI na perspectiva dos gestores do IFTO.....	68
Quadro 6 –A realidade dos PPC na perspectiva dos gestores do IFTO	69
Quadro 7 –A realidade da organização didático-pedagógica na perspectiva dos gestores .	71
Quadro 8 – A realidade da aplicabilidade das normativas governamentais nos cursos do IFTO	72
Quadro 9 – A realidade sobre a formatação de curso para atender a EaD	73
Quadro 10 – A realidade sobre a Gestão de documentos	76
Quadro 11 – A realidade sobre expansão da EaD dentro Educação profissional.....	77
Quadro 12 – A realidade sobre a implantação de polos para atender a EaD.....	79
Quadro 13 – A realidade sobre o atendimento com qualidade da EaD.....	81
Quadro 14 – A realidade sobre Tecnologia e Comunicação	82
Quadro 15 – A realidade sobre Infraestrutura para a oferta da EaD	83
Quadro 16 – A realidade sobre a remuneração dos profissionais envolvidos	84
Quadro 17 – A realidade sobre os profissionais envolvidos com a EaD	86
Quadro 18 – A realidade sobre a capacitação dos profissionais envolvidos	87
Quadro 19 – A realidade sobre as parcerias	88
Quadro 20 – A realidade sobre o Modelo EaD do IFTO	92
Quadro 21 – A percepção dos gestores do IFTO sobre a Educação a Distância.....	96
Quadro 22 – A realidade sobre o fortalecimento da política pública no Estado	99

LISTA DE SIGLAS

ABRAEAD – Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância

BBC – *British Broadcasting Corporation*

BRASILEAD – Consórcio Brasileiro de Educação a Distância

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

DEAD – Diretoria de educação a distância

EaD – Ensino a Distância

e-Tec – Escola Técnica Aberta

IFEs – Institutos Federal de Educação

IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

MEC – Ministério da Educação

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a educação Ensino Profissional na modalidade de Jovens e Adultos

SEED – Secretaria de Educação a Distância

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFPR – Universidade Federal de Paraná

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UnB – Universidade de Brasília

UniREDE – Associação Universidade em Rede

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Oferta da EaD no IFTO	105
Tabela 2 – A regulamentação da EaD no IFTO	106
Tabela 3 – A estrutura da Gestão EaD/IFTO	107
Tabela 4 – O modelo da EaD no IFTO.....	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA ENQUANTO POLITICA PÚBLICA	19
1.1 A institucionalização da educação a distância nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	27
1.2 A Rede e-Tec Brasil e suas conquistas	33
2 METODOLOGIA DE ANÁLISE DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO IFTO	40
2.1 A avaliação emancipatória: o novo paradigma da educação profissional a distância	44
2.1.1 A descrição da realidade da educação a distância no IFTO: o primeiro momento	46
2.1.2 A crítica da realidade da educação a distância no IFTO: o segundo momento	49
2.1.3 A análise da criação coletiva: o terceiro momento	53
3 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	54
3.1 O IFTO e a expansão do ensino profissionalizante no Tocantins	54
3.2 Análise e discussão dos resultados	57
3.3 As traduções dos documentos governamentais e institucionais sobre as metodologias da educação a distância no IFTO	59
3.4 A percepção dos gestores do IFTO/EaD sobre a educação a distância no IFTO através de instrumento qualitativo: a entrevista semi-estruturada	67
3.5 A educação a distância do IFTO sob a perspectiva dos gestores do IFTO/EaD e gestores da Rede e-Tec Brasil	101
3.6 A visão participativa nos fóruns de discussão dos gestores do IFTO/EaD e gestores da Rede e-Tec Brasil sobre a institucionalização da EaD no IFTO	109
4. CONCLUSÃO.....	116
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE	125
ANEXO	134

INTRODUÇÃO

A rede federal de ensino profissional está vivenciando a maior expansão de sua história, desde seu início, em 1909. Segundo Souza (2005, p.205), a ruptura da elitização do sistema educacional brasileiro redefine a educação profissional ao “torná-la complementar ao ensino básico, promovendo uma expansão sem precedentes na história do país nos cursos de nível técnico e tecnológico.” Trata-se de um segmento da educação contínua atualizado tecnologicamente e voltado para a necessidade do mercado de trabalho, o qual atende os públicos adultos e jovens que buscam a inserção rápida no mercado de trabalho.

Com previsão de oportunizar capacitação a 600 mil pessoas até o final de 2014, onde 562 *campi* ofertarão diferenciadas modalidades de ensino, há que se impulsionar um olhar mais profundo para as políticas públicas dentro dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, utilizando a educação à distância no contexto do ensino profissional tecnológico.

A educação a distância tem garantido seu desenho e espaço dentro do ensino profissional desde a criação dos Institutos Federais de Educação e, apesar do atual contexto tecnológico contribuir para o aprendizado rápido por meios das páginas *webs*, a utilização da educação nesta modalidade não tem tido a mesma proporção dentro dos IFs.

O direito de acesso ao *blended learning*, cursos à distância, as disciplinas semipresenciais são resultados de políticas recentes nas quais os institutos federais de educação ainda necessitam de estudos para promover e dar condições de utilização igualitária desse formato de educação no conjunto de modalidades do ensino profissional e tecnológico.

Pouco se tem feito para transformar a realidade dos Institutos no sentido de superar “o perigo de reducionismos ou engessamento da EaD em estruturas rígidas e decunho meramente operativo que marcam, muitas vezes, o campo da legislação educacional” (PRETI, 2009, p.137).

Políticas governamentais normatizam, desde 2004, disciplinas semipresenciais e cursos à distância, no sentido de reforçar um novo processo de aprendizagem agregando ganhos na formação dos alunos do ensino profissionalizante. Portarias autorizam instituições de ensino a utilizarem a modalidade semipresencial no ensino superior, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento)¹ da carga horária total do curso.

¹ Portaria nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004.

Decretos criam o Sistema de Universidade Aberta (UAB) e a Rede de Ensino Aberta (Rede e-Tec Brasil)² que integram cursos de formação superior e de formação profissional técnica de nível médio e PROEJA, ofertados em rede pública na modalidade à distância com a justificativa de promover uma educação formadora do ser humano e não somente uma possibilidade educativa para atender àqueles que, de alguma forma, não tiveram acesso ao ensino presencial.

A busca de um formato onde o professor pode combinar o ensino distribuído e a aprendizagem da educação a distância com a interação confortável da sala de aula é um esforço para chegar a uma síntese das duas modalidades e leva a formas híbridas de ensino. Um modelo de educação que poderá suplantará outros, especialmente para as pessoas que podem precisar de alternativa por causa de suas agendas lotadas, mas que também precisa da estrutura de suporte de uma sala de aula.

Neste sentido, em maio de 2010, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF se reuniu, em Brasília, para discutir a institucionalização da EaD nos Institutos Federais. Dentre os vários entendimentos que perpassam pelo processo de institucionalização no âmbito das instituições de ensino, três propostas para normatizar a institucionalização da educação a distância nos Institutos Federais de Educação transitam nos formatos centralizado, descentralizado e semicentralizado.

Apesar desse avanço, o grande desafio ainda é o processo de institucionalização fortalecido como política pública. Em Rocha et al (2011, p.1), a institucionalização atrela-se a avaliação, “na medida em que o sistema complexo da EaD, vinculado ao aspecto tecnológico, pedagógico, administrativo-financeiro, possui um contínuo e sólido processo de avaliação que passa necessariamente pelos componentes da aprendizagem institucional”.

Partindo do enfoque da avaliação institucional, Saul (1988, p.107) afirma que para avaliar programa ou política se deve ater a uma “perspectiva crítico-transformadora da realidade que se deseja, como processo avaliativo, uma prática democrática”. E o modelo de avaliação que se mostra adequado é a perspectiva emancipatória.

Em vista disso, a questão norteadora deste estudo é: como se encontra o processo da institucionalização da educação a distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO?

² Decreto nº 5.800 de junho de 2006 dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011 institui a Rede e-Tec Brasil.

Para tanto, o objetivo desta pesquisa é avaliar o processo da institucionalização da política pública de educação à distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO.

E de maneira específica:

- Relacionar as políticas federativas que normatizam a educação a distância no contexto nacional e no Instituto Federal de Educação do Tocantins;
- Analisar a estrutura de regulamentação da educação a distância no IFTO;
- Analisar os modelos da educação a distância no Instituto Federal de Educação do Tocantins;
- Propor medidas para a efetivação de projetos institucionais de educação a distância, dentro de instituição de ensino presencial.

Esta pesquisa tem por justificativa a necessidade da avaliação qualitativa da trajetória da educação a distância no contexto do ensino profissional e tecnológico do Tocantins, baseada nos princípios da avaliação emancipatória. Por se tratar de política pública é necessário buscar conhecimento através de “uma abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento” (FRANCO, 2012, p.10).

Para dar conta das demandas exigidas na avaliação, o estudo teve como eixo norteador a Rede e-Tec Brasil, por ser o ofertante da educação técnica na modalidade a distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins na percepção dos gestores envolvidos de forma direta e os documentos que regulamentam o ensino técnico e tecnológico do IFTO.

No sentido de buscar medidas para a efetivação da pesquisa, o estudo está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a discussão dos autores sobre “A educação a distância enquanto política pública”. É traçada a história da educação a distância, os percursos e conquistas alcançadas e as leis que normatizam a institucionalização. Abordam-se, também, as propostas de institucionalização da educação a distância nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dando destaque para o IFTO.

No segundo capítulo intitulado “Metodologia de análise da institucionalização da política pública EaD no IFTO”, são esclarecidos os parâmetros metodológicos empregados para estudar a educação a distância no contexto profissional do Tocantins. A proposta contempla a avaliação emancipatória de Ana Maria Saul, entendida como a avaliação que promove a transformação na realidade de um dado curso.

O terceiro capítulo “O Instituto Federal de Educação do Tocantins e a Educação a Distância” trata dos resultados decorrentes da pesquisa empírica realizada com os gestores da EaD dentro do Instituto Federal de Educação do Tocantins e da análise documental. Neste espaço serão interpretados os resultados da pesquisa e, por se tratar de uma avaliação emancipatória relata as manifestações e as sugestões dos gestores da educação a distância.

1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA

Para se compreender o processo de desenvolvimento de políticas públicas é preciso entender primeiramente o próprio conceito e seu alcance. Segundo Parada (2006), tanto políticas quanto políticas públicas estão relacionadas intrinsecamente ao poder social. A diferença fundamental está no pressuposto de que a política pode ser analisada pela capacidade de estabelecer políticas públicas sobre as quais tenham influência e que possibilitem retorno em governança e poder aos envolvidos em sua implantação e gestão.

Na atual sociedade, as tecnologias interativas têm produzido grande impacto e alteração nas relações sociais e nas relações de espaço no trabalho e no lazer, configurando assim, novas políticas públicas para atender as especificidades regionais e os interesses dos diversos segmentos dessa sociedade capitalista. Desta forma, não se pode ignorar as novas linguagens, os hábitos e culturas da realidade contemporânea. Dentre os principais interesses sociais que devem ser abrangidos pelas políticas públicas, estão a educação e a formação para o mundo do trabalho.

Entender as pessoas que vivem essa realidade, suas necessidades e especificidades, inseridas em um contexto socioeconômico e cultural, e assim atendê-las e formá-las adequadamente, é uma alternativa que as escolas buscam através da política pública do ensino a distância.

Os primeiros modelos dessa nova geração de ensinar à distância se desenvolveram simultaneamente em muitos países e continentes. Mas a primeira notícia que se registrou da introdução do “método de ensinar à distância foi o anúncio das aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips em 20 de março de 1728, na *Gazette* de Boston, EUA, que enviava suas lições todas as semanas para alunos inscritos” (NUNES, 2010, p.2). Dentre outras iniciativas, destaca-se a criação de uma Divisão de Ensino por Correspondência no Departamento de Extensão da Universidade de Chicago, por iniciativa do Reitor William R. Harper. Segundo descreve Saraiva (1996. p.18)

Adentrando o século XX, observa-se o movimento contínuo de consolidação e expansão da educação a distância, confirmando, de certo modo, as palavras de William Harper, escritas em 1886: “Chegará o dia em que o volume da instrução recebida por correspondência será maior do que o transmitido nas aulas de nossas academias e escolas; em que o número dos estudantes por correspondência ultrapassará o dos presenciais.

Ainda na década de 20, o rádio contribuiu com uma parcela na consolidação da educação popular no Brasil e no mundo e, torna-se assim, o segundo meio de transmissão de educação a distância. Nos EUA, o rádio destaca-se, em 1928, a partir da oferta de educação para adultos promovida pela BBC. No Brasil, os programas educativos começam através de iniciativa privada em 1922, inicialmente, transmitidos pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

Durante décadas o ensino por correspondência perpassa por vários continentes e essa metodologia foi fortemente utilizada até a Segunda Guerra Mundial. Com remessa de materiais didáticos pelo correios que usavam as ferrovias como transporte. No Brasil, destaca-se o Instituto Monitor (1939) e o Instituto Universal Brasileiro (1941) que capacitaram brasileiros para o mercado de trabalho no segmento da educação profissional básica.

Surge a possibilidade de uma política educacional no Brasil. Para Dye (2009, p.101) existe uma íntima relação entre políticas públicas e as instituições governamentais e “uma política não se transforma em política pública antes que seja adotada, implementada e feita cumprir por alguma instituição governamental”. Nesse sentido, em 1936, a emissora radiofônica passa de privada à pública retomando antigos programas e criando outros para promover a política pública da educação a distância.

A partir da criação do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Saúde, programas como a Escola Rádio-Postal, a Universidade do Ar, programas com caráter religioso e projetos como o Mobral tiveram veiculação no âmbito nacional por três décadas. Mas como todo ser humano possui valores que muitas vezes são conflitantes quando comparados com os valores de outra pessoa, o período deflagrado pela censura provoca, segundo Alves (2009, p.9), a estagnação da educação a distância no Brasil, o “desmonte da EAD via rádio foi um dos principais causadores de nossa queda no ranking internacional”.

Para Rua (1998), uma decisão política corresponde a uma escolha entre um leque de alternativas e, embora uma política pública implique uma decisão política, nem toda decisão chega a constituir uma política pública. E define que “públicas” não são privadas ou apenas coletivas.

[...] dimensão “pública” é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter “imperativo”. Isso significa que uma de suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público. (RUA, 1998, p.232).

Desta forma, os programas educativos no rádio são substituídos pelas emissoras de televisão. Outro meio de comunicação que começa de forma lenta no ano de 1950, mas a inovação com a combinação de imagem e voz marca o período dos programas educativos. A televisão educativa, implantada no Brasil, sem obedecer a um planejamento decorrente de uma política pública, passa a desempenhar papel fundamental no ensino e formação profissional, principalmente nas décadas de 1960 a 1970.

A combinação dos programas educativos através de televisão e por correspondência, se proliferaram neste período, contribuindo para formação de técnicos que atendam à demanda do mercado de trabalho e para a qualificação de mão de obra produtiva para expansão e consolidação da indústria em território nacional. Após a década de 70, a falta de apoio político, a desobrigação das emissoras de ceder horários diários para a transmissão dos programas educativos e os horários incompatíveis nos canais abertos, contribuíram para o retrocesso da educação através de programas televisivos.

A tecnologia proporciona a capacitação de professores e adultos através de sistemas formais e informais, mas não consegue alcançar a população menos assistida pelas mídias mais avançadas.

A EAD no Brasil é marcada por uma trajetória de sucessos, não obstante a existência de alguns momentos de estagnação provocados por uma ausência de políticas públicas para o setor. Em mais de cem anos, excelentes programas foram criados e, graças à existência deles, fortes contribuições foram dadas ao setor para que se democratizasse a educação de qualidade, atendendo, principalmente, cidadãos fora das regiões mais favorecidas. (ALVES, 2009, p.8).

O período de 1960 a 1980 registra a criação das megauniversidades e a institucionalização de várias ações nos campos da educação secundária e superior que começa na Europa e impulsionam a expansão para mais oitenta países. Os primeiros modelos se desenvolvem simultaneamente em muitos lugares, mas a iniciativa da Inglaterra transforma a educação a distância numa referência mundial. Até o ano de 2010, a *Open University* havia capacitado mais de dois milhões de pessoas e registrava cerca de 160 mil matrículas, sendo 40 mil para cursos de pós-graduação e 60 mil para cursos extracurriculares.

No Brasil, o campo da educação superior é marcado pela criação da Universidade de Brasília - UnB (1973) que constituiu a base para programas de projeção de educação a distância. Mais tarde destacam-se as Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e a Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Em 1990, com a necessidade de novas formas de organização no trabalho, o reordenamento do processo de acumulação capitalista, estimulando a entrada das tecnologias, provoca a busca por qualificar trabalhadores de todos os setores, não somente no setor primário. Essas transformações econômicas vêm consolidar a ideia de uma educação técnica e profissional permanente e continuada; de uma educação não restrita à escola. A educação a distância vem, nesta perspectiva, modificar todas as formas de aprendizado e ensino, inclusive as presenciais, flexibilizando a necessidade da presença física, reorganizando os espaços e tempos, a linguagem, as mídias e os processos.

Neste contexto, em 1992, no governo Itamar Franco, foi criada a Coordenadoria Nacional de Educação a Distância na estrutura do MEC. Em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, a Coordenadoria transforma-se em Secretaria de Educação a Distância - SEED. A partir de então, o MEC tem como ação promover uma política nacional para atender a esta modalidade de ensino visando, inicialmente, a formação e o aperfeiçoamento do professor.

No entanto, apenas em 1996 a modalidade de educação a distância obteve respaldo legal para sua realização com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –, que estabelece, em seu artigo 80, a possibilidade de uso orgânico da modalidade de educação a distância em todos os níveis e modalidade de ensino. Assim:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Em seu artigo 87, parágrafo terceiro:

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem:

II - prover cursos presenciais ou à distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III – realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância

Para definir a maneira como a educação a distância deve ser ofertada o Decreto 5.622/2005 em seu artigo 1º, orienta:

[...] sendo uma modalidade educacional na qual a dimensão didático-pedagógica no processo de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização

de meios e tecnologia de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades em lugares ou tempos diversos.

Compreende-se que compete ao poder público possibilitar o ensino a distância como ação de inclusão e desenvolvimento social através do ensino e da formação profissional. É neste contexto que a educação a distância ganha forma e proeminência possibilitando a transposição de barreiras, entre elas a geográfica, e tendo como suporte a evolução das tecnologias de informação e da comunicação (TIC's).

Moran (2011. p.45) concorda com Belloni (2009) quanto ao fato de existir resistência e preconceitos sobre a EaD ao citar que para alguns, é a solução dos problemas educacionais; para outros é uma forma educacional inferior. Mas acredita, também, que muitos já estão percebendo que o Brasil somente poderá superar sua “defasagem educacional por meio do uso intensivo de tecnologias em rede, da flexibilização dos tempos e espaços de aprendizagem, e da gestão integrada de modelos presenciais e digitais.”

E chama atenção para uma importante mudança na EaD.

A educação a distância está se transformando, de uma realidade complementar ou especial para situações específicas, em referência para uma mudança profunda na educação como um todo. É uma opção importante se os objetivos são o aprendizado ao longo da vida, a formação continuada, a aceleração profissional, a conciliação entre estudo e trabalho. (MORAN, 2011, p.45).

O processo de abertura econômica na década de 1990, promove a discussão da educação continuada e permanente e o uso das tecnologias e perante este contexto, a EaD é “considerada como possibilidade real de ampliação de oportunidades educacionais para a população como um todo” (PEREIRA e MORAES, 2009, p.82) .

As primeiras ideias para a criação de um Sistema Nacional de Educação Aberta no Brasil começaram em 1993 quando, segundo Guimarães (1996, p.28):

[...] por proposta da Universidade de Brasília, os reitores das universidades públicas brasileiras, reunidos na sede do Crub, em Brasília, resolveram assinar entre si um Convênio para implantar o Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância que, entre outros objetivos, visa colaborar com os governos federal, estaduais e municipais no aumento e diversificação da oferta das oportunidades educacionais do país, através da criação do Sistema Nacional de Educação a Distância, sob o comando do Ministério da Educação e do Desporto.

Foi criado, na sequência, o consórcio BRASILEAD e, em 2000, a UniREDE. Porém, devido à falta de apoio institucional efetivo por parte do MEC, parte destas propostas não foi consolidada.

A construção da agenda para a organização e funcionamento da política nacional do Sistema Educacional de Educação a Distância fica condicionada ao Governo Federal e ao Ministério da Educação. A eles cabem decidir que tipo de organização e de instituições devem ser implantadas e, ainda, quais prioridades educacionais devem ocupar essas instituições de educação a distância.

Nessa perspectiva, o Governo vai buscar formas de organizações em experiências internacionais. Para Guimarães³ (1996, p.32), “a experiência internacional tem demonstrado que as instituições de educação a distância podem ter existência autônoma [...], designadas na literatura internacional por *single mode systems*, ou estar associadas a uma universidade convencional, denominada *dual mode systems*.”

Pretti (2009, p.29) questiona que o país não estava preparado para receber um sistema nacional em educação a distância, centrado sem uma estrutura de apoio e acompanhamento *in loco*.

Mais vantajoso e produtivo seria o *dual mode system*, isto é, a EaD estar associada a uma universidade ou instituição convencional. As diferenças culturais, as distâncias e os problemas sociais muito melhor podem ser atendidos por iniciativas locais e regionais. (PRETTI, 2009, p.30).

No entanto, os interesses científicos pela consolidação da educação a distância no Brasil vão se fortificando no sentido de buscar alternativas para uma legislação educacional brasileira que além de não incentivar a educação a distância, cria dificuldades para sua aplicação, agora no sentido de a submeter às mesmas exigências que se aplicam ao ensino presencial. A conquista de espaço para essa educação aparece em forma de recomendações no documento aprovado da Assembleia Geral da ABED⁴, em 1996, como I Epístola de São Paulo sobre Educação a Distância.

O documento da ABED identifica a necessidade de se criar uma boa articulação, junto às autoridades educacionais, com vistas a:

³ Primeiro presidente do BRASILEAD.

⁴ Associação Brasileira de Educação a Distância - sociedade científica, sem fins lucrativos, como finalidades de promover o estudo, a pesquisa, o desenvolvimento, a promoção e a divulgação da Educação a Distância. Criada em São Paulo, em 21 de junho de 1995.

a) eliminar as restrições hoje existentes em relação à educação a distância, que deve receber o mesmo tratamento dispensado ao ensino presencial; b) desenvolver programas de educação a distância em nível regional e nacional sem a obrigatoriedade de prévia autorização dos sistemas de ensino dos estados; c) assessorar o Congresso Nacional, os conselhos estaduais de Educação e o CONSED – Conselho de Secretários Estaduais de Educação, na tarefa de regulamentar a educação a distância.

Novas formas para incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação nos cursos superiores são, então, repensadas pelo Governo. E no dia 10 de dezembro de 2004, o MEC disponibiliza na Portaria 4.059 a utilização da modalidade semipresencial

§ 1. Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.

§ 2. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso.

§ 3. As avaliações das disciplinas ofertadas na modalidade referida no caput serão presenciais (BRASIL, 2004).

Mas a expansão da modalidade a distância, no ensino superior, somente ocorre em 2006, quando o MEC cria o sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Educação Aberta e a distância - AbraEAD (2007, p.29), relativo às matrículas em EaD das instituições credenciadas por este Sistema de Ensino, de 778.458 matrículas efetivas, 74% estavam ocupadas por estudantes de graduação e pós-graduação do Sistema Federal, enquanto 26% eram da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no ensino médio, fundamental e em cursos técnicos do Sistema Estadual.

Dada a necessidade de atender às novas tecnologias, no ano de 1996, a ABED na I Epístola de São Paulo sobre educação a distância (1996), recomendação 4, enfatiza a importância da educação a distância e da qualificação do trabalhador brasileiro.

[...] Para atender à modernidade das novas tecnologias, é indispensável qualificar o trabalhador. Esta tarefa, no caso brasileiro, significa atender a curto e médio prazo, milhões de trabalhadores concentrados nas grandes cidades ou localizados nos pequenos núcleos urbanos e na zona rural. As escolas profissionalizantes tradicionais, bem como o SENAC, SENAI, SENAR e SENAT, não têm condições de suprir esta demanda (que se estima em 15 milhões de trabalhadores somente neste ano). A educação a distância,

face a suas características de flexibilidade, inovação e mobilização dos recursos humanos e materiais existentes, constitui uma via competente para enfrentar tal problema.

Neste sentido, é desenhado um modelo de educação profissional e técnica a distância nos moldes da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Deve-se entender, primeiramente, que para implementar uma política pública, é necessário, antes, fazer com que essa política entre na agenda do governo pela transformação do estado de coisas em problema político. Rua (2006, p.240) salienta que, a partir deste momento inicia-se a formulação de alternativas, onde decide “claramente as preferências dos atores e manifestam-se os seus interesses. E é então que os diversos atores entram em confronto”.

Desta forma, percebe-se que, mesmo tratando de uma modalidade de ensino com a finalidade de ampliar e democratizar o acesso a cursos de educação profissional técnica de nível médio, é desenhado e organizado de modo normativo com características conservadoras, seguindo o tradicionalismo do ensino presencial. Mas, com o firme propósito de construir a cultura dentro da educação profissional e tecnológica, o Sistema e-Tec teve seu início como programa de educação a distância em 2007 uma ação da SEED.

Mas somente com a implantação da Rede e-Tec Brasil, através do decreto 7.589 de 2011, que aponta novas possibilidades de atender às mudanças sociais, políticas e tecnológicas que têm ocorrido no país e que impactam diretamente na educação. Esse novo debate no âmbito educacional surge, não só na perspectiva da consolidação da educação a distância, mas na busca da reorganização escolar.

Assim, a educação vivencia um movimento de transição, quando velhos conceitos coexistem com iniciativas que desafiam um modelo mais tradicional quando a educação profissional a distância passa a somar as ações da política profissional e tecnológica na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), em 2011.

Outras iniciativas transcendem, também, os velhos conceitos como as tecnologias de comunicação e a globalização que são fenômenos que interpelam com “implicação direta nos modos como as instituições educativas pensam e organizam suas dinâmicas. São processos complexos que têm a ver com as questões curriculares e que demandam novos conceitos para as categorias tempo e espaço.” (TRIESEN, 2011, p.251).

Na contemporaneidade, o aspecto determinante, tanto da organização curricular quanto das experiências pedagógicas do ensinar e do aprender, não é mais a materialidade e a formalidade do espaço da sala de aula, tampouco o tempo linear definido para cada disciplina.

Não importa a presença física do aluno na sala de aula ou em qualquer outro ambiente físico por determinado tempo.

O processo do ensinar e do aprender já não se encontra exclusivamente condicionado ao ambiente, num tempo determinado e por um currículo predefinido. Ainda que a sala de aula e a organização dos tempos pedagógicos continuem sendo importantes para o desenvolvimento dessas atividades, surgem alternativas que, a princípio, respondem bem às demandas do momento. Sendo uma delas a garantia do acesso às diversas formas de apropriação e socialização significativa da informação e do conhecimento.

Nessa concepção, não basta reorganizar o tempo cronológico e os espaços formais da escola. Triesen (2011, p.254) considera que o fator mais importante é o reconhecimento do sistema educacional em considerar o ritmo de aprendizagem de cada estudante.

Trata-se de reconhecer e considerar que cada sujeito tem seu ritmo próprio de aprendizagem e, portanto, um modo singular de pensamento, movimento e ação e que essa aprendizagem só ganha sentido na relação que esse sujeito estabelece com o outro, com o conhecimento e com o mundo. À escola cabe o papel de integrar, por intermédio de sua dinâmica curricular e pedagógica, os tempos e os espaços individuais aos coletivos.

E, dentro dessa singularidade, a educação a distância, profissional tecnológica, busca formas para encontrar sustentação suficiente para uma transformação mais efetiva dessa nova realidade, através da consolidação e emancipação dessa política pública seja através do ensino a distância, do ensino *online*, do *blended learning* ou nas modalidades semipresenciais.

1.1 A institucionalização da educação a distância nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

A normatização da educação a distância para oferta do ensino técnico e tecnológico pelo Ministério da Educação através do decreto 7589 de 2011- quando institui a Rede e-Tec Brasil - nas instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e as vinculadas aos sistemas estaduais de ensino, leva a compreender como se encontram os processos de institucionalização do ensino a distância dentro dos Institutos Federais de Ensino.

Em seus estudos sobre institucionalização da EaD, na Universidade Federal de Mato Grosso, Preti (2009, p.135) relatou “não há modelos de institucionalização, ou processo

único, mas processos, isto é, cada instituição busca, alicerçada em suas experiências, em suas formas de organizar o trabalho, de distribuir o poder, o percurso próprio a ser traçado, desenhado”

Uma política, quando traça um caminho no qual as soluções vão sendo desenhadas de acordo com a trajetória e participação dos atores envolvidos, tem uma finalidade única, a transformação em ação sólida. E pode se imaginar, então, que essas ações chegarão à institucionalização. Vários são os modelos que vêm sendo desenvolvidos ao longo da historicidade do ensino a distância. Dentre eles, os de formato autônomo (*single mode system* e o *dual mode system*), adotado por várias instituições internacionais; os de gestão compartilhada (entre esferas administrativas distintas) com os formatos centralizado, descentralizado e semicentralizado propostos para o ensino profissional e tecnológico.

Desta forma, para uma política ser transformada em política pública e institucionalizada é preciso a participação dos atores envolvidos para não ser formatada por poucas mãos onde as preferências governamentais não traduzam as necessidades de um sistema educação que propicie a formação de uma identidade nacional, mas que seja articuladas com as demandas locais. Dye (2009) alenta que

É precisamente esta capacidade do governo de cobrar a lealdade de todos os seus cidadãos, de adotar políticas que governam toda a sociedade e de monopolizar o uso legítimo da força, que estimula os indivíduos e os grupos a se empenharem para que as políticas traduzam suas preferências. (DYE, p.101).

Essas preferências se tornam visíveis nas instituições públicas brasileiras devido a dificuldades de desvincular modelos de gestão individualizados e aceitar uma gestão compartilhada e integrada. Pensar em uma estrutura mais consistente como orienta Moran (2011, p.69), “que organize as ações e ultrapasse o gerenciamento individual para atuar de forma integrada, proativa e avançada pedagogicamente e gerencialmente, equilibrando o regional e o nacional” pode facilitar a criação de métodos para a educação a distância profissional tecnológica nos moldes da universidade aberta da Uned (Espanha) ou a *Open University* (Inglaterra).

Os consórcios entre universidades de esferas administrativas distintas são iniciativas encontradas para instituir a educação a distância com mais qualidade. No Brasil, a experiência acontece entre as universidades públicas federais e estaduais no estado do Rio de Janeiro. No entanto, métodos como as disciplinas semipresenciais aprovadas pela portaria 4.059 de 2004

do Ministério da Educação não tiveram a mesma desenvoltura no ensino superior brasileiro. Nos Estados Unidos, a obrigatoriedade do método *online* acontece no ensino médio.

Enquanto em alguns países a EAD continua sofrendo resistência de elementos conservadores na educação, em outros há uma atitude diferente. Por exemplo, em abril de 2006, o estado de Michigan, nos Estados Unidos, regulamentou a obrigatoriedade, para todos os alunos que cursam o ensino médio, da participação em pelo menos uma disciplina on-line, para adquirir experiência nessa modalidade de aprendizagem. (LITTO, 2009, p.16)

No ano de 2010, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF inicia a discussão para institucionalizar a educação a distância profissional e tecnológica nos Institutos Federais. Dentre os vários entendimentos que perpassam pelo processo de institucionalização, no âmbito das instituições de ensino, três propostas para normatizar a institucionalização da educação a distância nos Institutos Federais de Educação transitam nos formatos centralizado, descentralizado e semicentralizado.

No modelo centralizado, para aprovação do curso existe um trâmite que deve ser seguido e respeitado. Inicialmente as propostas de cursos surgem através de demandas de Arranjos Produtivos Locais (APL) nos municípios e são formatadas nos departamentos educacionais das Instituições Educacionais proponentes. Porém, os projetos pedagógicos devem ser encaminhados à Diretoria do Centro de Educação a Distância (CEAD), para avaliação e orientações da equipe pedagógica e multidisciplinar do Centro de Educação e retornar à coordenação do curso.

Neste modelo a estrutura alocada à reitoria responde a todas as ações de concepção, planejamento e execução da educação a distância que se estende a seleção e capacitação da equipe, ao designer gráfico e instrucional, a gestão das tecnologias da informação como suporte e manutenção do ambiente de aprendizagem fechando uma complexa e extensa equipe.

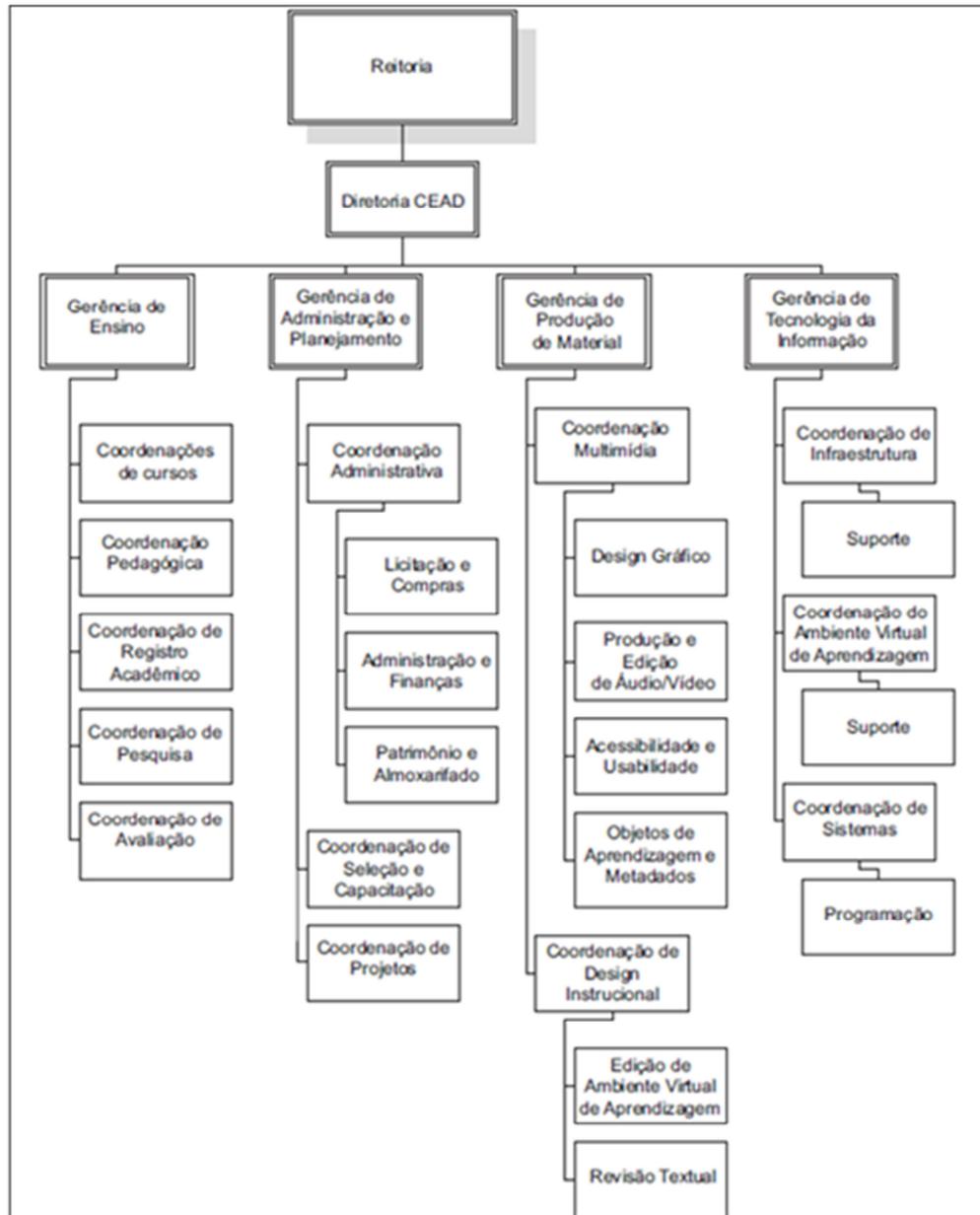


Figura 1- Proposta de modelo centralizado
 Fonte - GT3 – EAD e InterRed/2010

O modelo estrutural semicentralizado trabalha na premissa de que as atividades da educação a distância organizam-se em dois âmbitos: das atividades sistêmicas e da operacional, que têm sua estruturação e organização em espaços diferenciados. Desta forma, as atividades sistêmicas estruturadas dentro do departamento de educação a distância devem ser acompanhadas pela pró-reitoria de ensino do Instituto. As atividades que têm caráter operacional, que envolvem o desenvolvimento dos cursos devem ser organizadas dentro do *campus* ofertante, através das coordenações de área com aprovação da diretoria de ensino do *campus*.

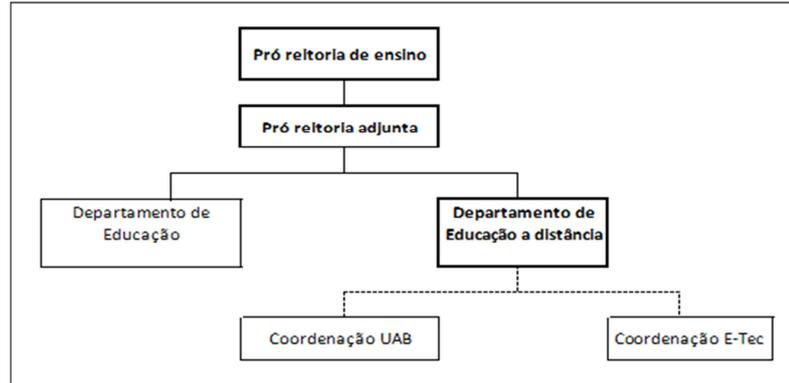


Figura 2 – Proposta de modelo semicentralizado
 Fonte – Adaptado do GT3 – EAD e InterRed/2010

No modelo estrutural descentralizado de educação a distância, todas as atividades estratégicas da educação são de responsabilidade do *campus*, e devem ser mantidas dentro do modelo de estrutura presencial. No caso, toda a organização da gestão acadêmica, pedagógica e de infraestrutura deverá ser de responsabilidade do *campus*.

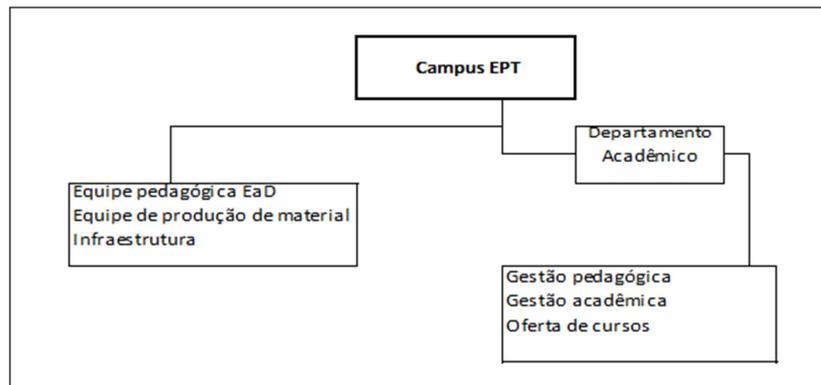


Figura 3 – Proposta de modelo descentralizado
 Fonte – adaptado do GT3 – EAD e InterRed/2010

Com o intuito de consolidar a educação a distância como modalidade educacional nos Institutos Federais, o Grupo de Trabalho integrado por Pró-Reitores de Ensino de várias regiões brasileiras e com a participação de servidores que atuam na área, formatam uma nova proposta de Institucionalização da EaD.

A proposta apresentada no final do ano de 2012 traduz a necessidade das instituições educativas de não ficarem à margem das mudanças tecnológicas, onde “existe um imenso abismo entre a escola real e a escola necessária”(BRASIL, 2012, p.1). E relata que a educação é um tema complexo que envolve o corpo social, o Estado e políticas públicas coerentes.

Em relação à EaD, o Estado brasileiro não se eximiu e, principalmente desde 2005, vem estabelecendo políticas de incentivo à democratização da educação por meio das novas tecnologias, ao criar o Sistema Universidade Aberta do Brasil e a Rede E-Tec Brasil.(BRASIL, 2012, p.5).

O documento entende que a base da política governamental está pautada na distribuição de bolsa de pesquisa aos envolvidos no processo educativo e desta forma a educação a distância vem sempre associada ao recebimento de bolsa.

Essa prática tem sido até o momento a coluna vertebral das ofertas na modalidade EaD na Rede Federal de Educação Profissional e tem gerado algumas consequências. De um lado, os docentes que trabalham nesses programas não têm essa atividade docente incluída em sua carga horária. Por outro, instituiu-se culturalmente na Rede que a oferta EaD sempre vem associada a recebimento de bolsas.(BRASIL, 2012, p.5)

Para solidificar e institucionalizar a modalidade na Rede Federal, acredita-se ser necessário criar condições de infraestrutura de gestão, de pessoal e tecnológica. Desta forma a oferta de cursos via convênios ou parcerias, “deve existir, como, aliás, é comum na educação presencial na Rede Federal de Educação Profissional, mas não deve ser a única nem a principal forma de oferta na modalidade EaD.” (BRASIL, 2012, p.5). Para tanto, propõe-se a criação de estrutura organizacional composta por Câmpus EaD, em todos os Institutos Federais e, de Núcleos de Educação a Distância, em cada um dos *campus* dos referidos institutos.

A proposta apresentada ao Fórum dos Dirigentes de Ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o FDE,⁵ após análise, sofreu algumas contribuições e questionamentos quanto à estrutura sistêmica, lotação de docentes e definição nas formas de matrículas dos alunos. Para Moran (2011) o desconhecimento sobre institucionalização da educação a distância pode dificultar na elaboração dos projetos, na escolha das tecnologias, na implantação dos cursos e na qualidade do ensino.

O intento aponta um novo caminho para a institucionalização da Educação a distância nos IFs, contudo é necessário a flexibilização dos processos. Moran acredita que não será um

⁵O Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE) é uma ação do Conselho Nacional das Instituições de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). E em, reunião na Reitoria do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), na cidade de Natal (RN), em 27 de novembro de 2012, apreciou e discutiu a proposta de institucionalização da educação a distância (EaD).

caminho fácil para se percorrer, mas necessário, pois “poucos gestores e instituições são audaciosos para experimentar mudanças expressivas. Já não se justifica remendar o que sempre se fez, mas ousar, arriscar mais, inovar para sair da repetição de modelos desgastados, caros e poucos produtivos.” (MORAN, 2011, p.85).

1.2 A Rede e-Tec Brasil e suas conquistas

Com a finalidade de ampliar e democratizar o acesso a cursos de educação profissional técnico de nível médio, em 2007, foi formatado o I Seminário de Ensino Técnico a Distância, em Curitiba. Neste evento os representantes das Secretarias de Educação Federal e os representantes do Ensino Público estruturaram e definiram as primeiras diretrizes para a elaboração de projetos para o ensino técnico profissional de nível médio à distância. Decidiu-se o público-alvo, a articulação institucional, a oferta dos cursos, a gestão, financiamento e capacitação.

Adotando o critério verticalizado, eram representantes do Governo Federal: Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação a Distância (SEED), Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC). Quanto aos representantes do Ensino Público, estavam: Conselho dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CONCEFET) Conselho dos Diretores das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (CONDETUF), o Fórum de Gestores Estaduais de Educação Profissional e a Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR). Juntos, esses atores definem a política precursora da educação à distância de nível médio.

Deste encontro resultou a proposta da implantação da Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec), um programa nos moldes da Universidade Aberta do Brasil (UAB), com formato de colaboração com a participação dos Estados, Municípios e Distrito Federal sob a competência do MEC. Através do Edital N° 01/2007/SEED/SETEC/MEC, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007, estabelece a participação das instituições públicas federais, estaduais e municipais como ofertantes do ensino a distância e divulga a aprovação de 175 projetos de cursos.

Em dezembro 2007, o Decreto n ° 6.301/2007 institui, no âmbito do Ministério da Educação, o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – Sistema e-Tec , “com vistas ao desenvolvimento da educação profissional técnica na modalidade de Educação a Distância,

com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos no País.” (BRASIL, 2007).

A Educação a Distância se diferencia da Educação Presencial basicamente no que se refere aos processos de gestão e mediação pedagógica cuja organização didática e o movimento do conhecimento ocorrem em tempos e espaços diversos. Professores e estudantes estão em lugares e tempos diferentes. Catapan (2003) orienta que a mediação pedagógica da EaD desenvolve de forma mais complexa que a convencional e requer processos de comunicação diferenciados.

A presença ou a ausência desta ou daquela forma de comunicação remete a um determinado grupo social e localiza-o no tempo e no espaço, conferindo-lhe uma determinada identidade, ou um determinado modo de ser. [...] É possível, para o indivíduo estar aqui em estado atual e virtualmente em qualquer lugar ao mesmo tempo, configurando-lhe outro modo de ser e estar no mundo. (CATAPAN, 2003, p.77).

Neste sentido, a modalidade de ensino a distância requer inúmeros meios de comunicação, uma equipe multidisciplinar e espaço adequado capaz de assegurar acesso a uma educação profissional tecnológica de qualidade a uma grande parcela da população, que de outra forma não teria essa possibilidade.

Com a extinção da SEED, em 2011, a educação a distância passa a fazer parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. Criado pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, o Pronatec, desenvolve suas ações dentro da Secretaria de Educação Profissional Tecnológica – SETEC.

Para atender essa nova proposta de educação a distância voltada especialmente para o interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas, o Decreto 7.589 de 26 de outubro 2011 revoga o Decreto 6.301/2007 e institui a Rede e-Tec Brasil. Desta forma o artigo 1º estipula a finalidade da Rede e-Tec Brasil.

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País.

O novo desenho da educação ofertada pela Rede e-Tec Brasil permite a capacitação e formação profissional inicial e continuada de egressos do ensino médio e EJA e promove

o desenvolvimento de projetos de pesquisa, metodologias educacionais, produção de materiais pedagógicos e cursos de formação inicial e continuada.

Em seu Artigo 3º fica evidente os objetivos da Rede e-Tec.

III - permitir a capacitação profissional inicial e continuada, preferencialmente para os estudantes matriculados e para os egressos do ensino médio, bem como para a educação de jovens e adultos;

IV - contribuir para o ingresso, permanência e conclusão do ensino médio por jovens e adultos;

V - permitir às instituições públicas de ensino o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias educacionais em educação a distância na área de formação inicial e continuada de docentes para a educação profissional e tecnológica;

VI - promover o desenvolvimento de projetos de produção de materiais pedagógicos e educacionais para a formação inicial e continuada de docentes para a educação profissional e tecnológica;

VII - promover junto às instituições públicas de ensino o desenvolvimento de projetos de produção de materiais pedagógicos e educacionais para estudantes da educação profissional e tecnológica; e

VIII - permitir o desenvolvimento de cursos de formação inicial e continuada de docentes, gestores e técnicos administrativos da educação profissional e tecnológica, na modalidade de educação a distância.

E no Artigo. 2º mostra de forma clara a integração das instituições no intuito de facilitar e democratizar esse acesso a Rede e-Tec Brasil.

Art. 2º A Rede e-Tec Brasil será constituída por meio da adesão de:

I - instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

II - de unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem que ofertam cursos de educação profissional e tecnológica; e

III - de instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino.

E para assegurar a qualidade de ensino no atendimento dos estudantes em atividades escolares estabelece que para integrar a Rede e-Tec Brasil as instituições devem criar meios para garantir a presencialidade dos alunos.

Art. 5º Para integrar a Rede e-Tec Brasil as instituições interessadas deverão constituir polos de apoio presencial para a execução de atividades didático-administrativas de suporte aos cursos ofertados.

§ 1º Os polos de apoio presencial deverão contar com espaço físico adequado, infraestrutura e recursos humanos necessários ao desenvolvimento das fases presenciais dos cursos e projetos na Rede e-Tec Brasil, inclusive para o atendimento dos estudantes em atividades escolares

presenciais previstas na legislação vigente.

§ 2º Os polos de apoio presencial serão instalados preferencialmente em:

I - escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal;

II- instituições públicas que ofertem cursos de educação profissional e tecnológica; e

III - unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem.

Segundo dados do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC - a Rede e-Tec Brasil conta com 40 instituições credenciadas no Sistema de Ensino a Distância e sediam 291 polos. No ano de 2010 ocorreram de forma efetiva 28.744 matrículas em 48 cursos em 10 eixos tecnológicos. E para a oferta dos cursos técnicos a distância registrou-se 2.392 tutores e 1.056 professores formadores.

No sentido de responder aos anseios proporcionados no parágrafo 1º, sobre as condições do espaço físico dos polos da Rede e-Tec Brasil, o Grupo de Pesquisa de Tecnologia e Infraestrutura de Polos - GPTIP ligado ao Fórum Nacional de Educação a Distância –FNEAD- realiza no ano de 2012, um estudo sobre a tecnologia e infraestrutura dos polos. Utilizando o cadastro do Sistema de Acompanhamento e Avaliação dos Cursos do Sistema da Rede e-Tec Brasil – SAAS (2012) foram questionados 206 polos.

No sentido de entender a realidade dos polos por distribuição de regiões, a análise do grupo revela que 133 polos da Rede e-Tec Brasil estão distribuídos da seguinte forma em valor relativo: 33,1% (44) dos polos de apoio presencial concentram-se na região sul; 31,6% (42) no nordeste; 21,7% (29) na região sudeste; 11,3% (15) no norte; e 2,3% (3) no centro-oeste brasileiro.

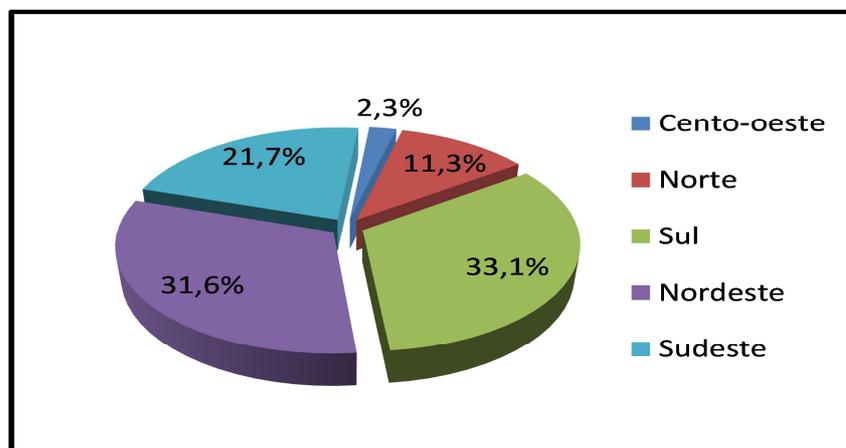


Figura 4 - Distribuição de polos por região (%)

Fonte -Relatório Executivo de Pesquisa - Concepção e Desenvolvimento de Metodologia para a Implementação do Currículo Referência para a Rede e-Tec Brasil. Florianópolis. 2012. p123.

Nesta perspectiva, o coordenador da Rede e-Tec Brasil, Sr. Fernando Amorim, em apresentação realizada no 3º Encontro Presencial de Gestores em EAD, ocorrido em Curitiba em agosto de 2011, informa que o Governo Federal projeta estruturar mil polos e atender 143 mil alunos até 2014.

Para a oferta de ensino a distância são necessários os mesmos elementos constitutivos da modalidade presencial. Os elementos podem ser desdobrados, segundo Catapan (2009, p.73) em “um plano de imanência- a concepção pedagógica-, um plano de ação- a relação entre os atores-, e um plano de gestão – as condições institucionais exigidas”.

Na organização da gestão da política pública, Rede e-Tec Brasil, e para a efetiva implementação, as instituições interessadas devem ofertar cursos de educação profissional técnica na modalidade à distância já em funcionamento ou aprovado em instituições de ensino presencial. Para conceber a autorização, as instituições devem encaminhar a proposta de interesse em ofertar cursos à Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação (MEC) na qual deve conter as condições exigidas para a aprovação.

A instituição proponente que não tiver o projeto e-Tec aprovado deve encaminhar solicitação de autorização ao MEC, devidamente identificada, contendo a proposta além da apresentação do credenciamento da instituição e da autorização dos cursos pelo órgão competente. Já a instituição que for utilizar a metodologia ou tecnologia de outra instituição que já tem o projeto e-Tec aprovado, deve apresentar relação de polos, cursos e vagas a oferecer, termo de cooperação com a instituição fornecedora da metodologia/tecnologia e detalhamento das despesas para implantação da proposta. E deverá encaminhar, em anexo, a cópia do Plano de Trabalho Anual – PTA.

Todo o apoio financeiro às instituições participantes da Rede e-Tec Brasil, vinculadas à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação fica estabelecido pela Resolução CD/FNDE, N° 06, de 10 de Abril de 2012 . Neste contexto, estabelece o Plano de Trabalho Anual da oferta dos cursos e da gestão da Rede e-Tec Brasil nas instituições proponentes, nas instituições parceiras e nos polos de apoio presencial.

Diversas são as ações que a Rede e-Tec Brasil têm promovido para a institucionalização da política pública. Ainda como sistema e-Tec os cursos técnicos à distância tinham por parâmetro os referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. No entanto, as Instituições ofertantes destes cursos, tendo por base o princípio da autonomia, nominavam livremente os cursos que ofereciam. Este fato trouxe como consequência, a multiplicidade de nomenclaturas para as mesmas áreas de

conhecimento. Para superar tal situação, a solução encontrada pelo MEC foi a de organizar os cursos por eixos tecnológicos.

Desde então, a oferta dos cursos de formação profissional técnica de nível médio e PROEJA passa a atender o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos que “organiza as diversas áreas do conhecimento em torno de 12 eixos tecnológicos com núcleos politécnicos comuns, que tornam o processo educativo mais produtivo, mais integrado e sincronizado” (CATAPAN, 2011, p.11). O que não resolve o problema da dispersão e da multiplicidade de nomenclaturas de disciplinas resultando em uma produção acelerada de materiais didáticos.

Neste sentido, em julho de 2008, o MEC/SEED solicita um estudo para verificar a convergência das ementas ofertadas em todos os cursos do Sistema e-Tec. A Comissão de Validação de Materiais Didáticos para o Sistema e-Tec da UFSC organiza um projeto de pesquisa para analisar os projetos dos cursos e verificar a possível convergência entre cursos e ementas. Desta forma é elaborado o Currículo de Referência - uma construção de forma coletiva que envolveu, principalmente, os coordenadores e professores do então Sistema e-Tec Brasil - para os cursos técnicos na modalidade à distância, com a finalidade de equacionar a dispersão na produção dos materiais didáticos.

Em outubro de 2010, em um Seminário Nacional congregando aproximadamente trezentos participantes entre os pesquisadores, coordenadores de cursos, coordenadores gerais do e-Tec e autoridades da SETEC/MEC, realizou-se o lançamento da versão preliminar do Currículo Referência. Catapan (2010) ao referenciar sobre a o Currículo Referência para os cursos Técnicos a Distância frisa que é uma referência e não tem como objetivo a padronização.

Este processo precisa estar aberto aos princípios da modalidade da Educação a Distância, o que requer outra postura pedagógica, muito mais dinâmica, flexível, fluídica e, ao mesmo tempo, rigorosa para superar as nuances das novidades dos modismos e esse consolidar de fato como um processo de extensão e inovação no sistema de formação profissional de nível técnico. (CATAPAN, 2010, p.18).

Devido ao seu caráter processual e para a efetiva implantação do Currículo de Referência Nacional, fez-se necessário conhecer a realidade da Rede e-Tec Brasil, o que levou a criação do Fórum Nacional da Educação Profissional Técnica a Distância, o FNEAD, em agosto de 2011, na cidade de Curitiba. Oficializado através da Carta de Curitiba inicia

com 106 membros ligados diretamente a Rede e-Tec Brasil, entre eles: coordenador de curso, coordenador geral, coordenador adjunto e pesquisadores.

Desta forma, a primeira inquietação do FNEAD relaciona-se com a efetivação da Rede e-Tec Brasil no contexto nacional. Este fato trouxe a formação de oito grupos de pesquisa os quais buscam compreender sobre a infraestrutura de polos, a tecnologia de comunicação e informação, o projeto pedagógico dos cursos ofertados, os materiais didáticos, a modalidade PROEJA a distância, a gestão institucional, a formação continuada dos gestores e o acompanhamento e avaliação da Rede e-Tec Brasil.

O primeiro resultado da pesquisa origina o painel temático “Gestão e Políticas na Rede e-Tec Brasil: Análise de condições e perspectivas” no II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, no mês de maio de 2012, em Florianópolis, a primeira avaliação das ações da Rede e-Tec Brasil.

Como parte das atividades para divulgar informações a respeito dos processos e política da Rede e-Tec Brasil, no mesmo evento, acontece a aprovação em assembleia geral do Regimento do Fórum Nacional de Educação Profissional Técnica a Distância – FNEAD e o lançamento oficial do Currículo Referência para o Sistema e-Tec Brasil: uma construção Coletiva.

2 METODOLOGIA DE ANÁLISE DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO IFTO

A pesquisa, na perspectiva avaliativa, realizada no Instituto Federal de Educação do Tocantins, ocorreu devido ao fato de o Instituto ter implantado a educação a distância no ensino profissional tecnológico, no início de 2009, através do Sistema e-Tec, o que provocou a busca em compreender o processo de institucionalização dessa política e de outras modalidades a distância que são utilizadas em uma instituição de ensino com sólidos referenciais presenciais.

A compreensão desse processo tem como objetivo a construção de instrumentos para ajudar a modificar práticas didáticas, metodologias ou mesmo reestruturar os programas de educação a distância. A função da avaliação, segundo Dias Sobrinho (2008, p.205), “não é revelar ou determinar a verdade, mas sim fundar as possibilidades para os processos sociais reflexivos que produzam os sentidos a respeito das ações, relações e produções educativas”.

Desta forma, a pesquisa possibilita a riqueza da diversidade na unidade do conhecimento que pode ter uma abordagem quantitativa e/ou qualitativa. A que ora se apresenta é do tipo descritivo, com abordagem e foco na pesquisa qualitativa e, considerando a ausência de dados e elementos sobre as condições de institucionalização da educação a distância nos Institutos Federais, abarca o tipo exploratório, que segundo Gil (2009, p.41), é aquela que possibilita uma primeira aproximação com determinado fato e/ou realidade, instrumentalizando o pesquisador para uma formulação mais precisa sobre a problemática a ser posteriormente pesquisada e cuja estratégia vale-se, dentre outros, de levantamento de dados, seja através da bibliografia já existente ou de dados da realidade.

Neste contexto a pesquisa tem como função específica, coletar informações referentes à normatização da educação a distância no contexto nacional e no Instituto Federal de Educação do Tocantins (IFTO) viabilizando a pesquisa social. Gil (2009, p.42) argumenta que “as pesquisas descritivas são juntamente, com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”. Para tanto foi combinada a perspectiva exploratória com a abordagem emancipatória. A avaliação emancipatória, segundo Saul (2010, p.65)

[...] caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação de programas educacionais ou sociais. Ela está situada numa vertente político-pedagógica

cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas.

A avaliação emancipatória apresenta de acordo com sua precursora, Ana Maria Saul, três momentos para nortear a apresentação dos procedimentos que podem se interpelar ou se sobrepor, tendo um momento prévio para a preparação da investigação. Neste trabalho, a audácia de trabalhar os dois primeiros momentos vem em busca de resposta para esta proposta de educação a distância ofertada por uma instituição de educação presencial e entender as características que a norteiam, tendo como base a análise crítica dos gestores. Mas devido ao pouco tempo despendido para a análise dos dados, o terceiro momento da avaliação será tema para outro estudo.

Em Santos (1985, p.51)

[...]a formulação de critérios para avaliar ou desenhar políticas sociais não podem ser outra coisa que permanente experimento com o imprevisível, lance de dados em que os seres humanos são ao mesmo tempo os jogadores, os dados e os fabricantes do acaso.

O que vem reforçar a proposta da avaliação emancipatória segundo Saul (2010. p.65) “o compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua própria história e gerem as suas próprias alternativas de ação.”

Realizar uma pesquisa buscando avaliar a institucionalização da política pública do ensino profissional tecnológico do Tocantins mediante a educação a distância, na perspectiva emancipatória, não é uma tarefa rotineira, pois não há conhecimento de nenhum trabalho de avaliação em relação às práticas desta modalidade de ensino profissional tecnológico.

A coleta dos dados e informações do estudo empírico deram-se por meio de leitura orientada com base em um instrumento construído a partir de subsídios classificados em aspectos essenciais, para as informações com previsão legal e, aspectos necessários, para aqueles que tivessem, em outros estudos, elementos sobre a educação a distância, a política pública, a institucionalização e avaliação emancipatória. De forma resumida, as dimensões de análise foram assim consideradas:

a) Aspectos essenciais: Plano de desenvolvimento institucional do IFTO (PDI); Regulamento da Organização Didático-Pedagógico dos cursos de graduação presenciais do IFTO; Regulamento da Organização Didático-Pedagógico dos cursos técnicos de nível médio

e fundamental profissionalizante presenciais do IFTO; Regimento geral do IFTO; Plano de Desenvolvimento Organizacional(PDO); Organização didático-pedagógico dos cursos técnicos a distância (ODP); Regulamentação da educação a distância; Projetos pedagógicos dos cursos técnicos; Projetos pedagógicos do ensino médio integrado ao Técnico; Projetos pedagógicos dos Tecnólogos do IFTO; Edital de Seleção nº 01/2007/SEED/SETEC/MEC; Normativa CNE/CEB 06/2012; a Portaria 4059/2004; a Proposta de Institucionalização da Educação a Distância nos IFs; Proposta de institucionalização da educação a distância (EaD) nas instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de 11/2012.

b) Aspectos necessários: Parada (2006), Dye (2009), Alves (2009), Rua (1998), Santos (1985), Saraiva (1996), Moraes (2010), Moran (2011), Belloni (2006) Pereira e Moraes (2009), Pretti (2009), Triesen (2011), Litto (2009), Catapan (2003), Decreto 7.589/11, Lei 9.394/96, Guimarães (1996), Gil(2009), Nunes (2010), Franco (2012), Saul (2010).

No que se refere à limitação da pesquisa pode ser retratada através de dois fatores. O primeiro trata-se da literatura e o outro refere-se à coleta de dados e informações. Por se tratar de uma política social que ultrapassa décadas, uma vasta e diversificada literatura pode ser encontrada. Contudo, a maioria dos autores referencia a educação a distância no âmbito da educação superior. Diante disso, restrições são inerentes ao buscar compreender uma política pública em pleno desenvolvimento direcionada à educação profissional. Neste contexto encontram-se os documentos institucionais onde o elemento dificultador aponta para a validade destes. Os Projetos Pedagógicos de Curso dos *campi*, os documentos de regulamentação e orientação didática estão passando por um processo de reestruturação e adequação à nova normativa institucional.

No que se refere à pesquisa empírica, o aspecto mais delicado para todos os pesquisadores é o fator tempo. Este delicado aspecto limitador se agrava quando a pesquisa não se restringe às atribuições da pesquisadora. O fato de conciliar pesquisa concomitantemente às atribuições de docência e atividades presenciais fica mais agravante quando se busca disponibilidade de tempo de quarenta e um gestores de EaD que também acumulam outras funções na educação.

Contudo, outros aspectos limitantes conduziram a pesquisa em educação a distância e alguns atribuídos à própria tecnologia, como: (i) sobrecarga nas caixas de e-mail dos gestores que provoca dificuldades para responder questionário online. Ora era deletado por engano, ora não tinha disponibilidade de tempo para responder tantas mensagens, (ii) falta de experiência de alguns gestores em educação a distância/IFTO em manusear questionário *online*; (iii)

interdependência do gestor da plataforma para cadastrar atores da pesquisa para a participação no *fórum* e; (iv) falta de experiência de muitos gestores em lidar com a *plataforma moodle* - ambiente de aprendizagem responsável pelas atividades *online* dos cursos e disciplinas a distância do IFTO, ou mesmo desconhecimento da plataforma para a interação no *fórum*. E ainda aspectos necessários para a oferta da tecnologia como: (i) a falta de energia nos polos; (ii) disponibilidade de internet; (iii) problema de acesso à plataforma, assim como no portal do IFTO.

Vale ressaltar que a escolha em estudar esta política pública deve-se ao fato do envolvimento direto da pesquisadora em atividades na Rede e-Tec Brasil e na percepção da expansão da modalidade a distância dentro dos Institutos Federais de Educação de forma descompromissada.

Não é uma política entre as outras, dotada de um atributo que a diferencia das demais, mas da mesma ordem lógica. Ela é, em realidade, uma política de ordem superior, metapolítica, que justifica o ordenamento de quaisquer outras políticas. O que equivale dizer que justifica o ordenamento de escolhas trágicas. (SANTOS, 1985, p.37).

Para uma política que traça a história na busca da transformação do desenho econômico e social do estado do Tocantins é necessário envolver os atores de forma a propor uma avaliação emancipatória onde permita, a todos, condições de repensarem suas práticas e ações, e a partir delas propor melhores alternativas para a institucionalização da educação a distância no Estado.

Seguindo a perspectiva da avaliação emancipatória de Saul (2010), foram envolvidos como principais gestores da Rede e-Tec Brasil no IFTO os seguintes atores:

- Reitor do IFTO,
- Pró-reitor de ensino do IFTO,
- Diretor EaD do IFTO,
- Coordenador Geral e-Tec Brasil,
- Coordenador Adjunto e-Tec Brasil,
- Coordenadores de tutoria a distância e presencial (02),
- Diretores dos *campi* Palmas e Paraíso do Tocantins e Porto Nacional (03),
- Coordenadores de Polo de Apoio Presencial de Araguacema, Araguatins, Alvorada, Cristalândia, Colinas, Dianópolis, Guaraí, Natividade, Taquatinga, Tocantinópolis, Palmas, Paraíso, Pedro Afonso, Porto Nacional e Gurupi (15),

- Coordenadores dos cursos Técnicos em Agroecologia, Controle Ambiental, Informática para Web, Manutenção e Suporte em Informática, Marketing, Meio Ambiente, Serviços Públicos, Secretariado, Segurança do Trabalho (09),
- Coordenadores das áreas de Ambiente e Saúde, Recursos Naturais, Informática, Gestão e Negócios e, Segurança do câmpus Palmas; e os coordenadores de área Ambiente e Saúde e, Gestão no câmpus de Paraíso (07).

2.1 A Avaliação Emancipatória: o novo paradigma da educação profissional a distância

A avaliação emancipatória é um novo paradigma da avaliação que não desconsidera pressupostos existentes, contudo, delineia um novo caminho através de um processo dialógico onde os sujeitos desenvolvem suas próprias ações. Lembrando que a avaliação emancipatória em seu paradigma têm por base três vertentes teórico-metodológicas: a avaliação democrática, a crítica institucional e a pesquisa participante.

Para tanto, para subsidiar a avaliação, Saul (2006, apud. MOURA, 2012, p.38) propõe a “busca de um novo caminho para a relação pesquisador-pesquisado, para a rejeição dos pressupostos teórico-metodológicos e para o baixo impacto dos resultados avaliativos no contexto educacional”, desta forma foram utilizados diversificados instrumentos que por vezes conversam entre si para aferir o resultado dos objetivos.

Nestes termos, a pesquisa empírica, com a participação dos gestores da EaD/TO, ajuda a compreender que a avaliação da política de educação a distância deve ser uma construção coletiva com funções de informação para tomada de decisão de caráter público, pedagógico e administrativo.

Segundo Saul (2010, p.26) a avaliação, “em seu sentido amplo, apresenta-se como atividade associada à experiência cotidiana do ser humano”. Para Durkheim (1987) citado por Sousa (2011, p.195) “todo e qualquer sistema educativo é um produto histórico, que só a história pode explicar. É uma verdadeira instituição social. Nem é mesmo raro que a história de um país venha a refletir-se nele”.

Na busca de novos paradigmas a avaliação emancipatória na perspectiva de Saul(2010, p.66) traz uma nova proposta de avaliação.

A avaliação emancipatória tem dois objetivos básicos: iluminar o caminho da transformação das audiências e beneficiar as audiências no sentido de torná-las autodeterminadas. O primeiro indica que a avaliação esta comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar, a partir do autoconhecimento crítico do concreto, do real que possibilita a clarificação de alternativas para a revisão desse real. O segundo objetivo “aposta” no calor emancipador dessa abordagem, para os agentes que integram um programa educacional. Acredita que esse processo pode permitir que o homem, através da consciência crítica, imprima uma direção às suas ações nos contextos em que se situa, de acordo com os valores que eleger e com os quais se compromete no decurso de sua historicidade.

A transformação da realidade de uma política pública está atrelada aos rumos que tomam os interesses e a consciência crítica dos atores. E a avaliação emancipatória tem representabilidade na avaliação democrática dentro dos programas educacionais. Segundo Barry Mac Donald (1997) citado por Saul (2010, p.56) a avaliação democrática ainda é um modelo que vem crescendo nas discussões do âmbito educacional, pois, trata-se de uma reação à predominância dos estudos do tipo burocráticos.

[...] reconhece a existência de um pluralismo de valores e procura representar uma gama variada de interesses ao formular suas indagações principais. O valor básico é de uma cidadania consciente e o avaliador age como um intermediário nas trocas de informação entre os diferentes grupos. Suas técnicas de coleta e apresentação de dados devem ser acessíveis a audiências não especializadas. A principal atividade do avaliador consiste no levantamento das concepções e reações acerca do programa estudado. Ele oferece sigilo aos informantes, dando-lhes ao mesmo tempo controle sobre o uso que fará das informações obtidas. O relatório avaliativo não traz recomendações [...] os conceitos-chaves da avaliação democrática são “sigilo”, “negociação” e “acessibilidade”. O conceito fundamental que a justifica é o “direito a informação”.

Assim, na busca de valorizar uma cidadania consciente, privada, sobretudo, pelos conceitos de acessibilidade e direito à informação, pode retratar o momento prévio da avaliação. Dentro desse procedimento fizeram parte conversas informais com os gestores do IFTO e professores de ensino técnico e tecnológico do IFTO para sentir as possibilidades e limites da avaliação, a delimitação dos atores envolvidos e a escolha dos instrumentos de apoio para a avaliação.

2.1.1 A descrição da realidade da educação a distância no IFTO: o primeiro momento

O momento de caracterizar e situar a política “em dimensões intrínsecas, bem como compreendê-lo nos contornos que o cercavam” (SAUL, 2010, p.72) caracteriza-se como o primeiro momento da avaliação. Na descrição da realidade é notório considerar material concreto que evidencia a reflexão dos gestores da educação profissional na modalidade a distância. Busca-se, de fato, as formas de utilização, inserção e de contextualização do ensino a distância, das disciplinas semipresenciais, do acesso *oblended learning* e da virtualização da escola tradicional.

Dos instrumentos para subsidiar a pesquisa nesta etapa, a análise documental perpassa pelos documentos institucional e governamental. Para atender o objetivo em analisar a estrutura de regulamentação da educação a distância no IFTO, esta investigação acontece por meio de coleta de dados e informações em portais dos *campi* e nos arquivos dos departamentos institucionais, entre eles, pró-reitorias, diretorias e coordenação de ensino e organizadas em um quadro denominado “Análise do contexto dos Projetos do IFTO sobre metodologias EaD”.

Quadro 1 – Documentos institucionais e fonte de pesquisa

Documento institucional	Fonte de pesquisa
Plano de desenvolvimento institucional do IFTO – PDI 2010-2014	http://www.ifto.edu.br/ifto_cms/docs/arquivos/290220121627PDI_2010_2014.pdf
Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	http://www.ifto.edu.br/ifto_cms/docs/arquivos/110620131043RegimentoGeraldolFTO.PDF
Regulamento da Organização Didático-Pedagógico dos cursos de graduação presenciais do IFTO	http://www.ifto.edu.br/ifto_cms/docs/arquivos/010220131052ODPatualizadagraduao31.01.2013.pdf
Regulamento da Organização Didático Pedagógico dos Cursos Técnicos de nível médio e fundamental profissionalizante presenciais do IFTO	http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/doc_construcao.php
Organização didático-pedagógico dos cursos técnicos a distância –ODP	http://www.ifto.edu.br/ifto_cms/docs/arquivos/240220121638ODPEducaoaDistncia.pdf
Regulamentação da Educação a Distância	http://www.ifto.edu.br/ifto_cms/docs/arquivos/120620120908RegulamentaodaEADnoIFTO.pdf
Projetos pedagógicos dos cursos técnicos- PPC-CT	Diretoria do Ensino Básico e Técnico do IFTO <atualizado em 26/03/2013>
Projetos pedagógicos do ensino médio integrado ao Técnico - PPC-EMI	Diretoria do Ensino Básico e Técnico do IFTO <atualizado em 26/03/2013>
Projetos pedagógicos dos cursos Tecnólogos – PPC-CST	Diretoria do Ensino Superior do IFTO

Fonte: elaborado pela autora

Para tanto, parâmetros avaliatórios foram elaborados para orientar a análise dos documentos institucionais.

Quadro 2 – Parâmetros para avaliação dos documentos institucionais

Aspectos avaliados	Critérios de análise
Oferta da metodologia EaD	Sim - quando há registrado de métodos de oferta da modalidade a distância. Não - quando não encontra registro de métodos de oferta da modalidade a distância.
Descrição da metodologia	Semipresencial – quando a oferta é a distância com percentual presencial online - quando a oferta é através de ferramentas web e meios eletrônicos. blended learning - quando é híbrido. A oferta é presencial com um percentual à distância.

Fonte: elaborado pela autora

Para analisar documentos Gil (2009. p.45) afirma,

[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser relacionados de acordo com os objetivos da pesquisa que são em grande número.[...] apenas há de se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais.

Desta forma, a observação sistemática orienta a busca dos parâmetros nos documentos em diversas fontes de pesquisa na expectativa de encontrar explicação para as barreiras reais que os documentos regulamentadores propõem e as práticas adotadas. Saul (2010, p.60) caracteriza como *a expressão e descrição da realidade*, “frequentemente esse material revela as posições dos participantes de um grupo a respeito das situações de trabalho e de vida”. É momento de assumir a crítica de sua ação através da reflexão de sua prática.

Avaliar os documentos governamentais tem como objetivo atingir a proposta de relacionar as políticas federativas que normatizam a educação a distância no contexto nacional e sua aplicabilidade no Instituto Federal de Educação do Tocantins.

Dos documentos governamentais foram analisados:

a) Edital de Seleção nº 01/2007/SEED/SETEC/MEC que visa à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio através de projetos de cursos técnicos de educação profissional técnica de nível médio a distância,

b) Normativa CNE/CEB 06/2012, que define diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

c) Portaria 4.059/2004 onde as instituições de ensino superior poderão introduzir na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem a modalidade semipresencial;

d) Proposta de Institucionalização da Educação a Distância nos IFs pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, que se remete nos formatos centralizado, descentralizado e semicentralizado;

e) Proposta de institucionalização da educação a distância (EaD) nas instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), de 11/2012 um estudo do Grupo de Trabalho integrado por Pró-Reitores de Ensino que cria os campus EaD.

E desta forma, aferir os objetivos educacionais do IFTO que envolvem a educação a distância na “análise das disfunções e barreiras reais e potenciais que obstaculizam a consecução do desejável” (SAUL, 2010, p.60), nas relações de aplicabilidade real e desejada da política pública no contexto profissional técnico e tecnológico.

Dos instrumentos de pesquisa utilizados para a pesquisa empírica na busca para conhecer a realidade da política pública no IFTO, as entrevistas intercalam-se com questionários. Devido à diversidade de traçados e o expressivo número de interações dos gestores da Rede e-Tec Brasil no Tocantins optou-se por entrevista semiestruturada, na qual foi ouvido um grupo de seis gestores que compreende o reitor do IFTO, o pró-reitor de educação, o diretor de Educação a Distância, os diretores dos *campi* Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional.

As entrevistas transcorridas com este grupo de gestores de forma individualizada têm como sentido primar pelo sigilo. Na busca de certificar sua percepção sobre a modalidade EaD no IFTO, três aspectos orientaram a entrevista: a regulamentação da EaD no IFTO, a oferta EaD no IFTO e o modelo EaD. Cada aspecto organiza e direciona uma série de aproximadamente três questionamentos que subdividem-se em outros, objetivando conhecer o comprometimento, as pretensões e ações transformadoras dos gestores do IFTO no sentido de institucionalizar a educação a distância no presente contexto da educação profissional e tecnológica do Tocantins.

participação dos coordenadores da Rede e-Tec Brasil, do polos de apoio presencial, de tutoria, de curso e de área perfazendo um total de 35 atores. Devido a ferramenta *Google Docs* permitir que os usuários criem e editem documentos *online* ao mesmo tempo, colaborando em tempo real com outro usuário no próprio *e-mail*, o entrevistado pode opinar e fazer a devolutiva da resposta do questionário através da própria ferramenta.

The image shows a Google Forms interface. The title is "Pesquisa sobre avaliação da institucionalização da EaD no context". Below the title is a block of introductory text in Portuguese, explaining the purpose of the research and the role of the respondents. The main question is "Qual sua ligação com o ensino a distância do IFTO?" with five radio button options: "Coordenador e-Tec Brasil", "Coordenador de Polo", "Coordenador de Curso", "Coordenador de Tutoria", and "Coordenador de Área". Below this is another question: "Quanto tempo atua no ensino a distância?" with two radio button options: "0 - 1 ano" and "1 - 3 anos".

Figura 6: Modelo da pesquisa *online* sobre a institucionalização da EaD
Fonte: Fragmento da pesquisa enviado aos gestores EaD em 13/03/2013

Para que o questionário traduza a proposta real da consciência crítica, onde os coordenadores possam enfatizar a realidade da educação a distância, ocorreu o teste inicial com a participação de cinco atores envolvidos com esta modalidade da Rede e-Tec Brasil.

O pré-teste⁶ aconteceu de forma individualizada, em um único dia, no ambiente *online* através de ferramenta gratuita *Google docs* que apresenta na sua modalidade possibilidades de permissão para o entrevistado intervir nos questionamentos e fazer seu *feedback* sobre o entendimento, a clareza da linguagem e dificuldades percebidas. Sobretudo, ao deparar com o avaliador técnico pode tomar outro formato. Neste caso, tudo que não está claro é classificado, sobretudo, a validade e confiabilidade do instrumento.

No intuito de buscar a validade, isto é, de verificar se o instrumento mede o que se propõe a medir, a confiabilidade, que se, relacionada com a isenção de erros aleatórios dos instrumentos, o questionário foi organizado com base no método de escala de Likert⁷.

⁶ Tem por finalidade avaliar o instrumento enquanto tal e visa garantir que esteja de acordo com o que se pretende medir..

⁷ Elaborado por Rensis Likert, em 1932, a Escala de Likert ou Escalas Somadas requerem que os entrevistados indiquem grau de concordância ou discordância com declarações relativas à atitude que está sendo medida. São atribuídos valores numéricos e/ou sinais às respostas para refletir a força e a direção da reação do entrevistado.

Elaborado com dezesseis questões tem como direcionamento cinco indicadores: a oferta da EaD no IFTO, a regulamentação da EaD no IFTO, a estruturação da gestão da EaD no IFTO e o modelo EaD, e outro que releva o tempo de envolvimento dos gestores com a educação a distância no Instituto Federal de Educação do Tocantins. A cada indicador está relacionado um agrupamento de aspectos organizados para receberem duas categorias de conceitos.

Em função das peculiaridades e características para realizar a aferição, cada indicador recebeu conceitos. Para os indicadores a oferta da EaD no IFTO e, o modelo do IFTO, os conceitos são:

- Totalmente favorável
- Favorável
- Indiferente
- Não favorável
- Totalmente desfavorável

Para os indicadores da regulamentação da EaD no IFTO e a estruturação da Gestão EaD/IFTO, os conceitos são:

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo/Nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

O método de Likert consiste em propor uma série de enunciados, expressando opiniões que sejam indicadoras de atitude positiva e negativa em relação ao objeto em pauta. O participante, no caso, os gestores da educação a distância, posiciona-se em relação a cada enunciado, expressando o seu grau de concordância ou discordância com ele.

Uma vez que a pesquisa compreende uma área geográfica de quinze municípios distribuídos em uma extensão de 278.420,7Km² não pode deixar de ser registrada a economia de recursos proporcionada pelo instrumento, o *SurveyMonkey*, devido ao grande alcance geográfico, além de garantir a autonomia nas respostas e a privacidade dos participantes que não sofrem influência do entrevistador.

O fundamento teórico da eficácia do questionário está em Gil (2009). É possível verificar que o questionário apresenta inúmeras vantagens em relação à entrevista quando elas são comparadas.

- Possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas num área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado por correio;
- Implica menores gastos com pessoas, posto que não exige treinamento de pesquisadores
- Garante autonomia nas respostas;
- Permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais convenientes;
- Não expõe os pesquisadores a influência das opiniões e aspecto pessoal do entrevistado. (GIL, 2009, p.122).

O questionário permite recolher uma amostra dos conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos. Desta forma, a escolha da aplicação do questionário *online* teve o intuito de aproximar a busca do conhecimento da política pública de educação a distância com a destreza do entrevistado no manuseio do instrumento.

No sentido de buscar a transformação ou as alterações substanciais do programa educacional de forma coletiva pelos envolvidos, no instrumento dialético, a proposta do outro instrumento de pesquisa, o fórum de discussão, no ambiente *moodle*, promove e busca a participação de forma segura e livre.

De acordo com Coleman e Blumler (2009) citado por Amorim (2012. p.86),

[...]a Internet pode ser empregada para viabilizar uma série de princípios básicos da democracia deliberativa. O acesso à informação equilibrada pressupõe informar razoavelmente o cidadão, bem como sondar o seu entendimento sobre as questões em pauta. Assim, a prestação de informação aos cidadãos destinada à deliberação precisa ser ampla, equilibrada e acessível. Não é o caso que, para participar dos debates, todos os cidadãos precisem ler ou estudar as informações fornecidas na mesma medida, mas devem existir esforços pelos agentes políticos no sentido de fornecer toda a base necessária para o processo deliberativo informado.

Para tanto, é preciso que existam regras claras e de conhecimento público sobre o debate democrático. Para orientar o pensamento crítico o fórum inicia com a seguinte pergunta: O que é necessário, de fato, para institucionalizar a educação a distância nos Institutos Federais?

Para o debate racional, é preciso destinar tempo expansivo o suficiente para o processo deliberativo de forma a permitir aos cidadãos tempo suficiente para raciocinar sobre o

problema. Para atender a essa preocupação os debates do fórum iniciam em abril de 2013, e têm a participação garantida até junho de 2013.

2.1.3 A análise da criação coletiva: o terceiro momento

O terceiro momento, não contemplado nesta pesquisa, significará a geração de propostas alternativas para a institucionalização da Rede e-Tec Brasil. Saul (2010, p.81) apresenta como a criação coletiva, tendo “por base a análise crítica do programa, numa perspectiva de avanço e transformação em relação às dificuldades constatadas”. Dias Sobrinho (2008, p.206) acredita que neste momento da avaliação existe “uma forte sinergia entre avaliação e valores democráticos e republicanos, bem como políticas que neles se fundamentam, tais como o conhecimento para a emancipação, a justiça social, a inclusão”.

Os procedimentos para este momento incluem a análise das tendências evidenciadas através das entrevistas e questionários, a listagem de sugestões sobre a institucionalização da EaD através do Fórum e a discussão do documento incorporando as propostas dos atores envolvidos na pesquisa.

Para tanto, um processo de avaliação somente se completa quando é externalizado à comunidade.

O processo de institucionalização se fortalece como política pública na medida em que o sistema complexo da EaD, vinculado ao aspecto tecnológico, pedagógico, administrativo-financeiro, possui um contínuo e sólido processo de avaliação que passa necessariamente pelos componentes da aprendizagem e institucional.(ROCHA et al, 2011, p.1).

Nesta perspectiva, o resultado dessa avaliação fornecerá subsídios para iluminar os caminhos de outras políticas que já estão ou serão implantadas neste contexto de educação profissional e tecnológica do estado do Tocantins. Belloni (2009, p.32) já afirmava a importância da avaliação institucional na educação para o aprimoramento da gestão administrativa e pedagógica e para o processo de ampliação democrática, um “instrumento de melhoria da educação - da qualidade e democratização - com impacto no processo de transformação social”.

3. O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

3.1 O IFTO e a expansão do Ensino Profissionalizante no Tocantins

O contexto contemporâneo mostra uma nova característica da política da educação da Rede Federal onde “configura como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas” (BRASIL, 2012, p.7), deixando a figura de educação protetora das classes desprovidas. Neste aspecto, a agregação ao desenvolvimento de novas tecnologias, à produção e à prestação de serviços provocou a busca de alternativas para atender essa nova demanda com a diversificação de programas e cursos no âmbito educacional para elevar os níveis da qualidade da oferta dos Institutos Federais de Ensino.

A busca em atender a meta de expansão da rede federal e as novas perspectivas de mercado, tem levado à implantação de escolas profissionalizantes em lugares até então distantes dos centros considerados economicamente e tecnologicamente desenvolvidos.

Neste sentido, com a criação do estado do Tocantins e uma significativa concentração populacional intensificou-se a implantação da primeira Escola Técnica Federal de Palmas, ETF-Palmas, em 2003, trazendo seis cursos técnicos subsequentes e quatro médios integrados. O processo rápido de expansão provoca em apenas dois anos a necessidade de qualificação em nível superior. Assim, no ano de 2005, a ETF-Palmas protocola a primeira solicitação de autorização ao Ministério de Educação e Cultura para ofertar cursos superiores de tecnologia.

Com a nova formatação da Rede Federal de Ensino, em 2008, e a estruturação 38 Institutos Federais (IFs) a Escola Técnica Federal de Palmas passa a fazer parte dos Institutos Federais de Educação como *campus* e, dentro deste contexto, a criação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Tocantins (IFTO) agregando a Escola Agrotécnica de Araguatins, também, como *campus*.

Constituído em seis *campus*, estruturados para a oferta da modalidade presencial em ensino médio integrado e PROEJA, subsequente e superior, dentre eles, diferencia o *campus* Palmas com a modalidade a distância em cursos subsequentes. A implantação da educação a distância no ensino profissional tecnológico aconteceu em 2009 através do Sistema e-Tec com a oferta de quatro cursos técnicos nesta modalidade.

Com a sede da diretoria da educação a distância (DEAD) no *campus* Palmas composta por um coordenador geral e-Tec, um coordenador adjunto, quatro coordenadores de cursos e uma equipe de professores bolsistas que utilizando um modelo EaD desenvolvido para comunicar com o aluno por materiais impressos, escritos de forma dialogada e, por um ambiente de aprendizagem digital, o *moodle* apoiado por uma tutoria presencial em polos e uma virtual, foram oportunizados a seis diferentes municípios do Tocantins 900 matrículas para o ensino profissionalizante.

O reflexo deste impacto no quantitativo de vagas em educação técnica influenciou na meta no Plano de Desenvolvimento Interno (PDI) do IFTO. Desta forma, o PDI foi elaborado sob uma projeção em ofertar onze mil vagas presenciais e aproximadamente duas mil vagas para a modalidade à distância dentro do período letivo de 2010 a 2014.

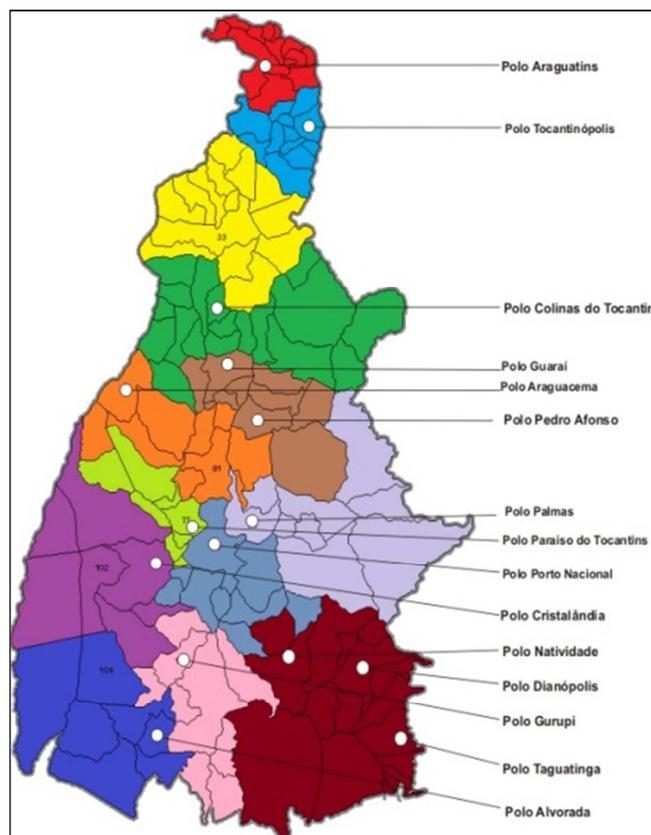


Figura 7: Polos de apoio presencial da Rede e-Tec Brasil no Tocantins
Fonte:DEAD/IFTO-2012

No ano de 2011, acontece a 2ª edição dos cursos técnicos organizada observando o sistema rotativo de oferta. Desta forma foram oferecidos novecentas novas matrículas para suprir a demanda da região, contudo, privando a alternância de público. No primeiro semestre de 2012, através do edital 2012/01, uma nova demanda de cursos técnicos e a entrada do

campus Paraíso de Tocantins e do *campus* Porto Nacional como ofertante da modalidade a distância, vem suprir a necessidade de qualificação em nove novas regiões do estado de Tocantins.

Desta forma, quatro novos cursos de formação técnica oportunizam mais 950 vagas, totalizando 1.584 matrículas efetivas na modalidade do ensino técnico a distância pela Rede e-Tec Brasil, no segundo semestre de 2012, expandido a educação técnica estrategicamente em quinze diferentes regiões do estado do Tocantins.

Com a expansão da educação a distância no IFTO, a equipe da DEAD ganha espaço próprio na Reitoria e a adesão de uma equipe técnica: revisor, programador, editor. Essa medida leva a adequação da EaD-IFTO ao modelo de estrutura semicentralizado na qual as atividades sistêmicas que partem do departamento de educação a distância devem ser acompanhadas pela pró-reitoria de ensino do Instituto. E as atividades que têm caráter operacional que envolvem o desenvolvimento dos cursos devem ser organizadas dentro do *campus* ofertante da modalidade a distância.

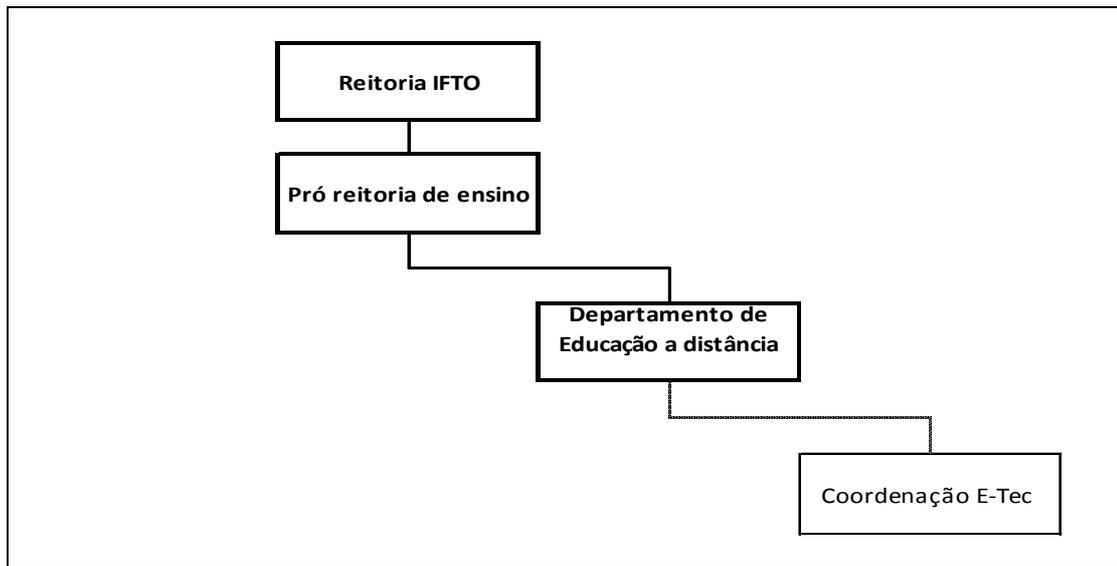


Figura 8: Modelo de organização da EaD /IFTO 2013

Fonte: desenvolvido pela autora

Ao adotar o modelo semicentralizado onde as atividades que envolvem o desenvolvimento e organização dos cursos devem ser de responsabilidade do *campus*, outras formas de educação a distância têm sido implantadas no Instituto Federal de Educação. Ofertada como uma alternativa para a complementação de carga horária de curso esta modalidade começou a fazer parte do calendário pós- greve servidor público do *campus* que teve as atividades letivas paralisadas durante o ano de 2011 e 2012.

Considerando as dimensões do estado do Tocantins e a quantidade de pessoas a serem educadas, a educação a distância tem sido vista como uma importante alternativa educacional, contudo, deve-se preocupar em preservar a qualidade da oferta do ensino. O sistema de implantação da EaD adotado no País preocupa Moran (2011, p.126) “a EaD começou sem uma regulação específica. Alguns enxergaram nela uma oportunidade de crescimento rápido e o fizeram sem tomar os devidos cuidados. Instalaram unidades de apoio ou polos em locais muitas vezes inadequados ou com parceiros pouco confiáveis.” A educação a distância do IFTO funciona através de sistema de parcerias entre União, Estado e Município.

3.2. Análise e Discussão dos resultados

Para a análise da visão participativa dos gestores do IFTO/EaD e gestores da Rede-Tec Brasil sobre a institucionalização da EaD no IFTO utilizou-se quatro instrumentos qualitativos: análise documental, a entrevista semi-estruturada, o questionário e o fórum de discussão.

A análise de contexto dos documentos governamentais e institucionais sobre as metodologias de educação a distância no IFTO teve a finalidade de compreender o respaldo legal da modalidade EaD. A proposta de conhecer as propostas de modelos de gestão de EaD no âmbito da educação profissional indicaram para uma análise da percepção dos gestores do IFTO/EaD sobre a educação a distância no IFTO através da entrevista semi-estruturada.

Nas questões que envolvem a gestão e a estruturação da EaD no IFTO sob a perspectiva dos gestores do IFTO/EaD e gestores da Rede-Tec Brasil optou-se para o instrumento que também tem característica quantitativa: a ferramenta *Google docs*, para medir o nível de satisfação e concordância sobre a política pública da educação a distância.

Ofórum de discussão propiciou registros para entender o comprometimento dos gestores que estão diretamente ligados com a educação a distância em relação a institucionalização da mesma.

Desta forma, o *corpus* empírico da pesquisa sobre o processo da institucionalização da educação a distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins – IFTO está estruturado na figura 9 onde mostra como ocorreramos procedimentos de análise na perspectiva da avaliação emancipatória.

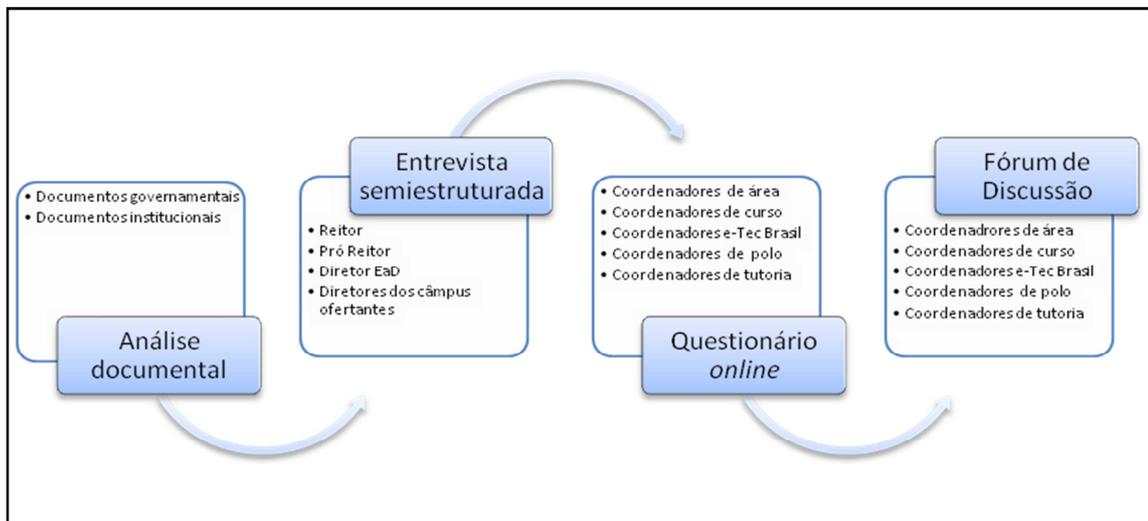


Figura 9: Procedimentos para análise na perspectiva da avaliação emancipatória
Fonte: Desenvolvido pela autora

A pesquisa seguiu na perspectiva da avaliação emancipatória de Saul (2010) e como momento balizador: *a descrição da realidade e a crítica da realidade* da educação a distância no contexto da educação profissional do Instituto Federal de Educação do Tocantins.

A *descrição da realidade* envolveu dois propósitos: situar a regulamentação da educação a distância no contexto da educação profissional tecnológica através de documentos e caracterizar a educação a distância no IFTO. Para situar a regulamentação foram analisados documentos institucionais e governamentais e para caracterizar a EaD utilizou-se de entrevista com a Reitoria e Diretores de *Campus*.

A *crítica da realidade* envolveu procedimentos em nível de coordenadores da educação a distância. Neste momento buscou-se caracterizar “a tomada de consciência e explicação das defasagens, desajustes e contradições existentes” (SAUL, 2010, p.74) e, para tanto, foram utilizados dois procedimentos: a ferramenta *SurveyMonkey*, neste caso, o questionário *google docs* e o fórum de discussão.

O paradigma da avaliação emancipatória da educação a distância retratado na pesquisa da trajetória da educação a distância segue os princípios da avaliação emancipatória de Saul (2010) onde se percebe uma ação educacional contínua que ora pode se intercalar, ora pode se interpor e ora pode ser percebida ações independentes gerando suas próprias alternativas conforme figura 10.

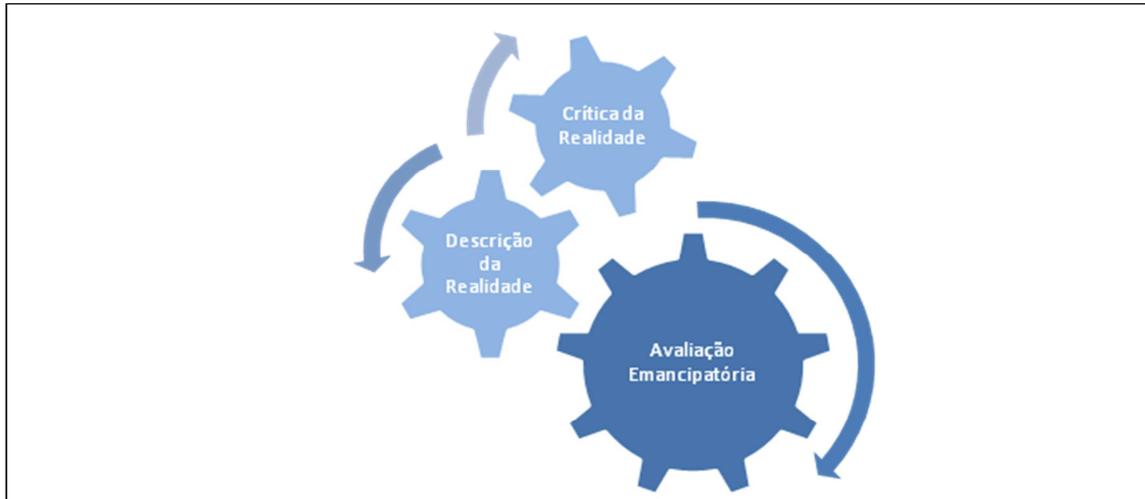


Figura 10: O paradigma da avaliação emancipatória da EaD no IFTO
 Fonte: Desenvolvido pela autora

3.3 As traduções dos documentos governamentais e institucionais sobre as metodologias da educação a distância no IFTO

A análise de documentos na maioria das investigações educacionais é usada ou serve para complementar a informação obtida por outros métodos e espera encontrar nos documentos informações úteis para o objeto em estudo.

Como afirma Saul (2010, p.60) “frequentemente esse material revela as posições dos participantes de um grupo a respeito das situações de trabalho e de vida” e na expectativa de encontrar explicação para as barreiras reais que os documentos regulamentadores propõem e as práticas adotadas, o primeiro documento analisado deveria ser o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins– IFTO para o período de 2010 – 2014, o PDI.

Contudo, a metodologia adotada para a análise de conteúdo dos documentos seguiu a ordem de importância das normas. Elaborado e publicado dois anos após, em 2011, ao PDI, o primeiro documento que recebeu a análise foi o Regimento Geral do IFTO⁸. Na estrutura organizacional do Regimento Geral onde define-se a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível, está disposta a atribuição da Pró-Reitoria de Ensino a qual faz parte a Diretoria de Educação a Distância.

⁸Conjunto de normas que disciplinam as atividades comuns aos vários órgãos e serviços integrantes da estrutura organizacional do IFTO, nos planos administrativo, didático-pedagógico e disciplinar, com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias.

No artigo 60, o Regimento Geral relata que à Pró-reitoria de Ensino compete:

- I- propor e acompanhar políticas e diretrizes voltadas ao emento das ofertas de educação profissional, científica e tecnológica de nível médio e superior de graduação;
- II- zelar pelo cumprimento dos regulamentos e normas relacionados à formação inicial e continuada e de educação técnica de nível médio e superior de graduação;
- e [...]
- IX- zelar pela adequação dos cursos ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Projeto Pedagógico Institucional (IFTO, 2011, p.31).

O artigo 66 define as competências para a Diretoria de Educação a Distância:

- I - desenvolver uma cultura institucional favorável à incorporação das tecnologias digitais ao ensino-aprendizagem nas diferentes modalidades e níveis de ensino;
 - II - apoiar, acompanhar e controlar o uso das tecnologias digitais no ensino presencial dos cursos regulares, do IFTO;
 - III - promover o acesso ao ensino técnico e superior a jovens e adultos, mediante programas de Educação a Distância;
 - IV - fomentar a interação e articulação interinstitucionais para a execução de projetos de Educação a Distância;
 - V - assessorar a Reitoria e as Pró-reitorias em assuntos relacionados à educação a distância e tecnologias digitais aplicadas à educação, em todos os níveis e modalidades;
 - VI - promover e aprimorar, continuamente, a produção e integração de mídias, metodologias e tecnologias para educação a distância e apoio ao ensino presencial;
 - VII - promover a capacitação e aperfeiçoamento contínuo de servidores para o uso de tecnologias digitais no ensino a distância, em consonância com a política de capacitação do IFTO;
 - VIII - buscar a cooperação de instituições locais e estrangeiras, com objetivo de desenvolver a educação a distância em parceria;
 - IX - organizar e acompanhar a aplicação das tecnologias digitais nos programas de formação desenvolvidos pelo IFTO e pelos seus parceiros;
 - X - executar outras funções que lhe tenham sido atribuídas.
- (IFTO, 2011, p.37)

Após conhecer as atribuições dos gestores para a educação profissional tecnológica iniciou-se análise dos documentos regulamentadores. Para nortear as ações do Instituto Federal de Educação do Tocantins na implantação e implementação de cursos nos *campus* acontece a redação do Plano de Desenvolvimento do IFTO.

No sentido de buscar “a possibilidade do exercício de um novo olhar para esta nova institucionalidade trazida pela criação dos Institutos Federais”, (2009, p.5), o PDI por meio das políticas públicas em educação a distância do Ministério da Educação, possibilita ao

IFTO, através de sua redação, participar de dois grandes projetos que visam aumentar a oferta tanto de ensino técnico, quanto do superior à distância. Nas páginas 43 e 44, o PDI esclarece:

O IFTO é habilitado para atuar nas duas frentes, na modalidade a distância, propostas pelo MEC e atualmente tem seu foco maior no Programa e-Tec. O objetivo do programa é democratizar o acesso ao ensino técnico público, por meio da modalidade de educação a distância, visando levar cursos técnicos a regiões distantes das instituições de ensino técnico e para a periferia das grandes cidades brasileiras, incentivando os jovens a concluírem o ensino médio. Tem por público alvo os jovens residentes em municípios não assistidos por ensino técnico e das periferias das grandes cidades que concluíram o ensino médio ou estão em vias de conclusão.(IFTO, 2009, p.43)

Nesta prerrogativa, o Relatório de Gestão do IFTO- exercício 2012, descreveu na “Ampliação da Oferta de Vagas” para cursos de formação profissional à distância nas redes de educação profissional e tecnológica que, o Departamento de Educação a Distância apresentou quatro projetos de cursos técnicos subsequentes à distância para o período de 2009 a 2010, e que “pretende-se implantar, no período de 2010 a 2014, mais três polos e mais seis cursos técnicos subsequentes.”(BRASIL, 2013, p.29).

Em relação à oferta de curso superior, o Plano de Desenvolvimento (2009, p.44) relata que a “proposta de expansão do departamento de educação a distância do Instituto prevê, também, a implantação de dois cursos de licenciatura, iniciando o primeiro curso no segundo semestre de 2010 e o segundo no primeiro semestre de 2011.”

Para nortear o trabalho institucional o PDI (2009, p.44) aponta a necessidade de criar diretrizes para subsidiar a política institucional, “elas deverão retratar ações que se afinam com os anseios da comunidade, comprometidas com o conhecimento já acumulado pela humanidade e que deve estar à disposição de todos.” Deste modo, o próximo documento a receber a análise foi o Projeto Pedagógico Institucional – PPI.

O Projeto Pedagógico Institucional - PPI do IFTO é o documento que visa estabelecer políticas, norteadas as ações educacionais para a consolidação da missão, dos objetivos, de princípios e das diretrizes, propiciando qualidade e, sobretudo, a ampliação de direitos de cidadania para a população envolvida.

O que regulamenta o PPI é a organização didático-pedagógica dos cursos – ODP que tem a função de organizar de forma a atender às necessidades de cada modalidade e deve ter a

estruturação aprovada pelo Conselho Superior⁹. Em virtude de ofertar diferentes modalidades de ensino superior o que tem interesse para o estudo no momento são os cursos de tecnologia. No entanto, o conteúdo do regulamento da organização didático-pedagógica dos cursos de graduação presenciais do IFTO relata no capítulo II sobre Ingresso, artigo 59, a oferta da modalidade semipresencial para todos os cursos de graduação:

§ 1º. O IFTO poderá ofertar nos seus cursos de graduação reconhecidos componentes curriculares que utilizem modalidade semipresencial, integral ou parcial, desde que observado o disposto na Portaria 4059, de 10 de dezembro de 2004. (IFTO, 2011, p.27).

A portaria 4.059 de 10 de dezembro de 2004 do Ministério da Educação institui em seu artigo 1:

§1º. Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.

§ 2º. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso. (BRASIL, 2004)

A partir desse ponto buscou-se no conteúdo dos projetos pedagógicos de curso superior ministrados pelo IFTO o amparo legal proporcionado pela Portaria 4.059 nos projetos pedagógicos dos cursos superiores em tecnologia. Contudo, os projetos pedagógicos dos seis cursos superiores de tecnologia que compreendem a carga horária de aula entre 1.680 horas a 2.990 horas ofertados por diferentes *campus* do IFTO não descrevem formas ou métodos de utilização da modalidade semipresencial, integral ou parcial, mesmo tendo sido reformulados e ajustados às normativas educacionais do Instituto Federal de Tocantins no ano de 2012.

⁹ CONSUP- é o órgão máximo do IFTO, de caráter consultivo e deliberativo, ao qual compete às decisões para execução da política geral, regulamentado pela lei vigente e em conformidade com o estabelecido pelo Estatuto do IFTO.

Quadro 3-Análise do contexto dos Projetos Pedagógicos de Cursos Superiores em Tecnologia (tecnólogos)do IFTO sobre as metodologias EaD.

Perfil do curso					Critérios de análise da metodologia em EaD	
Projeto Pedagógico de Curso em Tecnologia	CH	Tipo de Curso	Oferta	Câmpus	Oferta	Descrição
					Sim/Não	Semipresencial/ online/ <i>blended learning</i>
Alimentos	2.800h	Tecnologia	Presencial	Paraíso do Tocantins	não	-
Agronegócio	2.700h	Tecnologia	Presencial	Palmas	não	-
Gestão da Tecnologia da informação	2.990h	Tecnologia	Presencial	Paraíso do Tocantins	não	-
Gestão pública	1.680h	Tecnologia	Presencial	Palmas	não	-
Logística	2.070h	Tecnologia	Presencial	Porto Nacional	não	-
Sistemas para internet	2.260h	Tecnologia	Presencial	Palmas	não	-

Fonte: Projetos Pedagógicos de Cursos Superior em Tecnologia do IFTO - 2010 a 2013

No sentido de buscar verificar se ocorria a metodologia em EaD semipresencial, online e *blended learning* foram examinados os PPC agrupados por modalidade de ensino, sendo ensino superior e ensino básico e técnico, com leitura atualizada até o mês de fevereiro de 2013.

A Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 setembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio prevê no capítulo 3, a duração dos cursos, com atividades não presenciais de até 20% da carga horária diária do curso, coincide com o processo de reestruturação e reformulação da Organização Didático-Pedagógica dos cursos técnicos de nível médio e fundamental profissionalizantes presenciais do IFTO e conseqüentemente dos PPCs do IFTO.

Mesmo sem a aprovação da ODP dos cursos técnicos pelo CONSUP no capítulo que trata da Estrutura Organizacional e dos níveis, modalidades de ensino e suas articulações podem ser encontradas referências sobre a oferta da modalidade a distância.

Art. 18-A. Os cursos de que trata esse regulamento, poderão ser ofertados a distância observando-se legislação específica.

§1º Nos cursos presenciais onde haja articulação entre a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos 20% (vinte por cento) da

carga horária poderá ser ministrada à distância obedecendo à legislação específica, a logística de cada campus e a proposta materializada no PPC.

§2º Nos cursos integrados regulares, concomitantes e subsequentes presenciais o campus poderá utilizar-se de mecanismos próprios da Educação a Distância para complementar a carga horária aos mínimos estabelecidos em lei, devendo tal metodologia e seus mecanismos reduzidos a termo no PPC.(MEC, 2012 , p.8).

Porém, os quarenta e sete projetos pedagógicos dos cursos básico e técnico ofertados de modo presencial não registram a metodologia EaD em suas diretrizes.

Quadro 4– Análise do contexto dos Projetos Pedagógicos de Cursos Básicos e Técnicos do IFTO sobre as metodologias EaD

Perfil do curso					Critérios de análise da metodologia em EaD	
Projeto Pedagógico de cursos básicos e técnicos	CH	Tipo de curso	Oferta	Campus	Oferta	Descrição
					Sim/Não	Semipresencial/ online/ <i>blended learning</i>
Administração	3.800h	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	Palmas	Não	-
Administração	1.200h	Subsequente	Presencial	Paraíso do Tocantins	Não	-
Agricultura familiar	1.666h	PROEJA – FIC	Presencial	Paraíso do Tocantins	Não	-
Agrimensura	1.700h	Subsequente	Presencial	Palmas	Não	-
Agrimensura	3.800h	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	Palmas	Não	-
Agroecologia	1.200h	Subsequente	a Distância	Palmas	Sim	semipresencial
Agroindústria	1.600h	Subsequente	Presencial	Paraíso do Tocantins	Não	-
Agroindústria	3.600h	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	Paraíso do Tocantins	Não	-
Agronegócio	1.500h	Subsequente	Presencial	Gurupi	Não	-
Agronegócio	4.000h	Médio Integrado	Presencial	Gurupi	Não	-
Agronegócio	3.800h	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	Palmas	Não	-
Agropecuária	4.800h	Médio Integrado	Presencial	Araguatins	Não	-
Agropecuária	1.720h	Subsequente	Presencial	Araguatins	Não	-
Análises clínicas	1.530h	Subsequente	Presencial	Araguaína	Não	-
Arte dramática	993h	Subsequente	Presencial	Gurupi	Não	-
Atendimento	1.467h	PROEJA – FIC	Presencial	Palmas	Não	-

Comércio	2.200h	PROEJA – Técnico	Presencial	Gurupi	Não	-
Controle ambiental	1.400h	Subsequente	Presencial	Palmas	Não	-
Controle ambiental	1.065h	Subsequente	a Distância	Palmas	Sim	Semipresencial
Edificações	1.700h	Subsequente	Presencial	Gurupi	Não	-
Edificações	1.700h	Subsequente	Presencial	Palmas	não	-
Eletrotécnica	3.800h	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	Palmas	não	-
Eletrotécnica	1.700h	Subsequente	Presencial	Palmas	não	-
Enfermagem	1.834h	Subsequente	Presencial	Araguaína	não	-
Eventos	3.800h	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	Palmas	não	-
Florestas	1.560h	Subsequente	Presencial	Palmas	não	-
Gerência de saúde	1.572h	Subsequente	Presencial	Araguaína	não	-
Hospedagem	1.240h	Subsequente	Presencial	Palmas	não	-
Informática	4.400h	Médio Integrado	Presencial	Araguaína	não	-
Informática	1.300h	Concomitante	Presencial	Araguatins	não	-
Informática	4.080h	Médio Integrado	Presencial	Araguatins	não	-
Informática	2.680h	PROEJA – Técnico	Presencial	Araguatins	não	-
Informática	3.800h	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	Palmas	não	-
Informática	1.700h	Subsequente	Presencial	Palmas	não	-
Informática	1.200h	Subsequente	a Distância	Palmas	sim	semipresencial
Informática	3.600h	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	Paraíso do Tocantins	não	-
Informática	1.200h	Subsequente	Presencial	Paraíso do Tocantins	não	-
Informática	1.160h	Subsequente	Presencial	Porto Nacional	não	-
Informática para internet	1.233h	Subsequente	Presencial	Araguaína	não	-
Logística	1.160h	Subsequente	Presencial	Porto Nacional	não	-
Manutenção e operação de microcomputadores	1467h	PROEJA – FIC	Presencial	Palmas	não	-
Manutenção e suporte em informática	1.035h	Subsequente	a Distância	Palmas	sim	semipresencial
Marketing	1.200h	Subsequente	a Distância	Palmas	sim	semipresencial
Mecatrônica	3.800h	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	Palmas	não	-
Mecatrônica	1.653h	Subsequente	Presencial	Palmas	não	-
Meio ambiente	3.800h	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	Paraíso do Tocantins	não	-

Meio ambiente	1.200h	Subsequente	Presencial	Paraíso do Tocantins	não	-
Meio ambiente		Subsequente	a Distância	Paraíso do Tocantins	sim	semipresencial
Meio ambiente	4.200h	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	Porto Nacional	não	-
Operador de computador	1.666h	PROEJA – FIC	Presencial	Paraíso do Tocantins	não	-
Secretariado	1.200h	Subsequente	Presencial	Palmas	não	-
Secretariado	800h	Subsequente	À distância	Palmas	sim	semipresencial
Segurança do trabalho	1.533h	Subsequente	Presencial	Palmas	não	-
Segurança do trabalho	1.335h	Subsequente	a Distância	Palmas	sim	semipresencial
Serviços públicos		Subsequente	a Distância	Paraíso do Tocantins	sim	semipresencial
Vendas	2.400h	PROEJA – Técnico	Presencial	Porto Nacional	não	-
Vigilância em saúde	2.600h	PROEJA – Técnico	Presencial	Araguaína	não	-

Fonte: Projetos pedagógicos de Cursos Básicos e Técnicos do IFTO - 2010 a 2013.

Para os cursos com oferta de nível médio oferecidos na modalidade de Educação a Distância, a Resolução CNE/CEB nº 6, em seu artigo 33, descreve:

Os cursos técnicos de nível médio oferecidos, na modalidade de Educação a Distância, no âmbito da área profissional da Saúde, devem cumprir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de carga horária presencial, sendo que, no caso dos demais eixos tecnológicos, será exigido um mínimo de 20% (vinte por cento) de carga horária presencial, nos termos das normas específicas definidas em cada sistema de ensino. (MEC, 2012, p.9).

Para atender a metodologia em utilizar atividades não presenciais de até 80% da carga horária do curso, todos os PPCs foram reformulados de acordo com as orientações da organização didático-pedagógica dos cursos técnicos a distância do IFTO, que em sua organização didática, artigo 88, reforça a Resolução CNE/CEB nº 6.

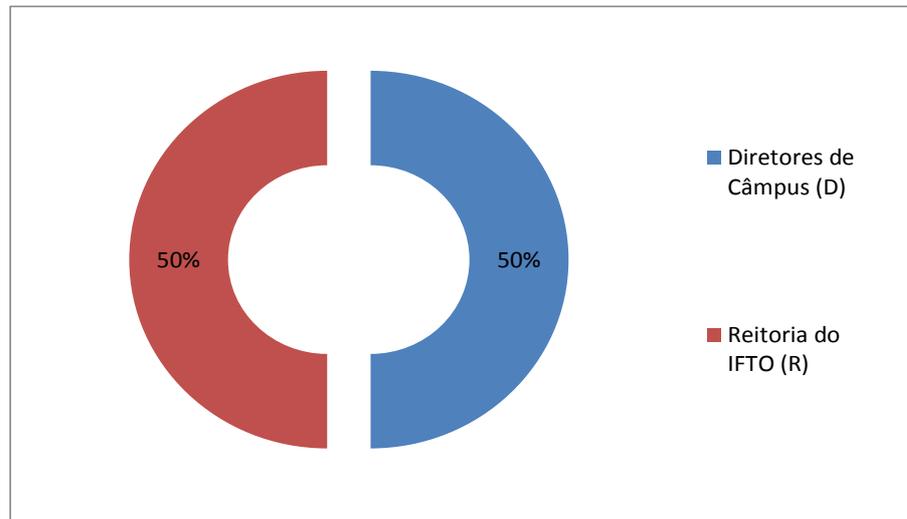
O IFTO oferta nove cursos técnicos a distância sendo que: três compreendem o eixo de Gestão e Negócios, dois o eixo Informação e Comunicação, um está inserido no eixo de Segurança, dois no eixo de Recursos Naturais e por fim um no eixo de Ambiente e Saúde.

3.4 A percepção dos gestores do IFTO/EaD sobre a Educação a Distância no IFTO através de instrumento qualitativo: a entrevista semi-estruturada

Na perspectiva da descrição da realidade do objeto, a entrevista com os gestores da educação a distância, neste contexto, o Reitor do IFTO, o pró-reitor, o diretor EaD e os diretores do campus Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional, teve como objetivo tratar de questões relacionadas com a regulamentação da EaD, a oferta EaD e o modelo EaD no IFTO.

As entrevistas foram realizadas em local e hora previamente escolhidos pelos entrevistados e duraram de uma a duas horas. O roteiro da entrevista foi elaborado com questões semi-estruturadas no sentido de orientar o assunto, mas de modo a permitir reflexões sobre as ações desenvolvidas. As respostas foram gravadas e transcritas e optou-se pela identificação das falas com a letra "D" para os três diretores de *campus* e a letra "R" para o Reitor, pró-reitor e Diretor EaD que resume em seis atores.

Gráfico 1 – A população representativa da entrevista semi-estruturada



Fonte: pesquisa realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

Na análise de conteúdo utilizou-se da regra da exaustividade, “uma vez definido o campo do *corpus* sobre determinado assunto é preciso considerar todos os elementos desse *corpus*.”(FRANCO,2012, p.55).Neste contexto percebe-se que de fato que outras posições foram reveladas e considerando a questão levantada inicial sobre a regulamentação da educação a distância as observações aconteceram a respeito do instrumento norteador principal do Instituto o Projeto de Desenvolvimento Institucional- PDI.

Tanto dos gestores dos *Campi* ofertantes da modalidade à distância quanto os gestores ligados a Reitoria IFTO expressaram sobre a necessidade de reformulação do PDI construído em 2010, data da transição da Escola Técnica de Palmas para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins como pode ser comprovado no quadro abaixo:

Quadro 5 – A realidade do PDI na perspectiva dos gestores do IFTO

Sub-Categorias	Grupo D	Grupo R
Reestruturação	[...] temos que ser claros e dizer com franqueza que nosso PDI carece de uma revisão urgente. (D)	[...] hoje o PDI retrata a realidade dos campi de 3 anos atrás, portanto, ele precisa ser atualizado. (R)
Viabilidade	[...]fiz parte da comissão de constituição do PDI, em 2010. E já se passaram quase 3 anos e existem alguns fatos e cursos lançados que hoje se discute a viabilidade de implantação ou não deles. (D)	[...] temos que atualizar seu PDI com vistas nesta nova realidade, pois a realidade de hoje é totalmente diferente de 3 anos atrás, temos que enxergar o que a comunidade espera. (R)
Normatização	[...]se nós formos ler o PDI iremos verificar que ele é mais um documento formal que um documento que serve para parametrizar o planejamento de nossas ofertas. (D)	[...]com relação as nossas normativas temos um PDI que foi construído há um tempo atrás. Eu não diria que ele é o PDI. Ele foi desenvolvido por questão de cumprimento e exigências, e a gente tá devendo na sua atualização. (R) [...]agora com a nova gestão da Rede onde o decreto 6589/MEC/e-Tec fala da oferta de cursos técnicos e tecnológicos, nos dá abertura para a oferta dos tecnólogos dentro dos Institutos e não mais pela UAB.(R)
Oferta EaD	[...]o câmpus não tinha experiência com essa modalidade de ensino e sequer citamos no nosso PPI a possibilidade de nos inserimos neste tipo de oferta. Hoje se formos ver o PDI do Instituto no que tange o <i>campi</i> Tocantins nem sequer é citado a existência ou a oferta do ensino a distância. (D)	[...]o PDI foi um documento que foi construído as pressas. Ele passou do padrão de Escola Técnica para IFTO. Quando se construiu o PDI colocou 20% de vagas também para EaD oferecer as licenciaturas.(R) [...]na construção do PDI, não houve a participação de membro da educação a distância. Na época respondia pela coordenação geral da EaD e a única coisa que foi solicitado foi um histórico da EaD.(R)
Demandas	[...]expresso que o PDI é um documento que tem que ser passado	[...]nós temos que observar, inclusive, observar as demandas na modalidade de

	<p>por constante revisão. Aquilo que pode ser uma demanda hoje pode não ser uma demanda para amanhã. A dinâmica do processo educativo hoje é muito grande (D)</p> <p>[...]o PDI foi construído antes da implantação de alguns campi, alguns estavam sendo construídos e representado por um gestor foi pensado alguns cursos para determinadas regiões. Mas não existia um estudo de demanda.(D)</p>	<p>EaD para atender as licenciaturas que é o nosso foco dos institutos. Nós precisamos inserir, também, os tecnólogos. Mas precisamos manter, minimamente, 50% das vagas para o ensino técnico. (R)</p>
--	--	---

Fonte: pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

No entanto, para conhecer a descrição da realidade da EaD dentro do *campus* é essencial saber como o documento institucional que normatiza e orienta a oferta dos cursos, os Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC, estão organizados. Para dar conta desta realidade, os gestores EaD informam que os PPCs dos *campi* estão sendo ajustados ao formato da Instrução Normativa 004 proposto pela Reitoria em 10 de dezembro de 2012 e, para os cursos da modalidade a distância, o IFTO orienta que siga as diretrizes da ODP a distância e as indicações do Currículo Referência.

Quadro 6- A realidade dos PPC na perspectiva dos gestores do IFTO

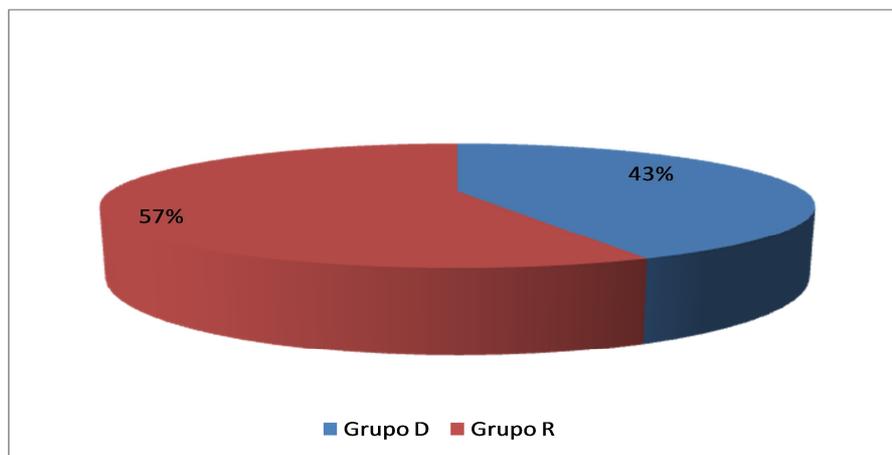
Sub-Categorias	Grupo D	Grupo R
Adequação		<p>[...]para os quatros primeiros cursos que abrimos em 2009 estamos iniciando o processo de atualização através de uma comissão que irá reestruturá-lo. Acredito que na reoferta destes cursos eles já estarão totalmente legalizados.(R)</p> <p>[...]os cursos novos que iniciaram em 2012 já estão dentro da Normativa 04 que regulamenta os trabalhos dos cursos dos campi (R)</p> <p>[...]a adequação dos cursos para a nova oferta já venha embasado 100% dentro do Currículo Referência e automaticamente dentro do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.(R)</p>
Percentuais à		

distância dentro de cursos presenciais	<p>[...]dentro dos PPC presenciais do <i>campus</i> não foi definido o percentual que deverá ser trabalhado o ensino a distância. Os projetos pedagógicos não foram alterados totalmente.(D)</p> <p>[...]não existe ainda esse trabalho de reformulação curricular de curso, apenas atendemos as necessidades de Legislação de disciplinas que são obrigatórias. Uma vez que a Legislação apareceu posterior a aprovação dos PPC no Conselho Superior.(D)</p> <p>[...]aprovado no conselho superior para que passa a constar em todos os PPCs a possibilidade de se utilizar até 20% da carga horária dos cursos na modalidade não presencial. (D)</p>	<p>[...]relacionado aos percentuais a distância dentro dos cursos presenciais. Estes cursos não estão ligados a diretoria da Educação a Distância. Porém a DEAD deu o <i>now-howd</i> para trabalhar a plataforma moodle.(R)</p>
--	--	--

Fonte: pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

Para manifestar o conhecimento da realidade sobre Projetos Pedagógicos dos cursos somente 2 integrantes do grupo D participaram, sendo que um manifestou duplamente sobre o assunto. Do grupo R aconteceu a manifestação dos 3 integrantes sendo que ocorreram em dois momentos a manifestação de um deles. O que leva a pensar que os gestores dos *campi* do IFTO, sendo representados por 50% dos atores pesquisados não entendem como importante a adaptação dos PPC para comportar as normativas governamentais nas questões ligadas às metodologias não presenciais. Essa preocupação ainda está constituída no âmbito de Reitoria, sendo que 57% das respostas partiram do grupo R.

Gráfico 2 – A população representativa sobre a realidade do PPC



Fonte: pesquisa realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

Para orientar os cursos técnicos a distância dentro dos Institutos se fazia necessário uma organização didática pedagógica voltada para a modalidade a distância. Devido a nova política ter como espelho a Universidade Aberta do Brasil –UAB - as normativas eram imaginadas por um Instituto.

Desta forma a difusão inicial da informação acontecia através de Institutos, um Instituto construía uma normativa e repassava ao outro. Assim foi o mecanismo de trabalho onde cada instituto criou sua potencialidade. Contudo, o IFTO sentiu necessidade de um documento para acompanhamento pedagógico dos cursos técnicos subsequentes no sentido de orientar a modalidade a distância nas suas especificidades.

A organização didático- pedagógica dos cursos de educação profissional técnica de nível médio a distância – ODP teve sua primeira versão construída em 2011 por um equipe de profissionais técnicos que de algum modo atrelava sua prática pedagógica aos cursos técnicos da Rede e-Tec Brasil/IFTO. Contudo, ao ser efetivada algumas contradições com a realidade desejada e pretendida foram percebidas e ajustadas através de uma nova revisão da ODP em 2012.

Quadro 7- A realidade da organização didático-pedagógica na perspectiva dos gestores

Sub-categorias	Grupo D	Grupo R
Adequação Reestruturação		[...]construímos nossa Organização Didática Pedagógica no ano de 2012. Fizemos dentro daqui que era nossa primeira visão, porém, quanto foi para ser operacionalizada percebemos que precisaria ser explicado melhor alguns tópicos. (R) [...] com essa estruturação da ODP vamos incluir os cursos superiores, graduação e pós-graduação. Ou seja não será só para os cursos técnicos subsequentes, mas para todas as ofertas de modalidade EaD dentro do Instituto.(R)
Funções normativas	[...]temos somente a ODP que regulamenta as funções normativas, os comportamentos dentro desta modalidade de ensino. Existe a ODP que serve para o Instituto como um todo. Dentro do câmpus não temos outro documento. (D)	[...]lembrando que a ODP é única e específica para a EaD/Rede e-Tec. É a única que foi elaborada até agora, é a nossa do estado de Tocantins. (R)

Fonte: pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

Na relação das normativas governamentais que autorizam instituições de ensino a utilizarem a modalidade semipresencial, o Ministério da Educação instituiu a portaria 4.059/2005 para o segmento de ensino superior e a normativa 06/2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. A portaria 4.059/2005 orienta a oferta desde que não ultrapasse 20% do curso e, a normativa 06/2012 prevê atividades não presenciais de até 20% da carga horária diária do curso respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o plano de curso técnico de nível médio.

A realidade da aplicabilidade das normativas nas práticas educacionais dos cursos presenciais sobre a utilização não presencial vem corroborar com o pensamento exposto no quadro 6. No entendimento do grupo D essa possibilidade somente tem propósito para reposição de aula e ajustamento de calendário acadêmico letivo devido à greves docentes ocorridas em 2011 e 2012.

Quadro 8- A realidade da aplicabilidade das normativas governamentais nos cursos do IFTO

Sub-categorias	Grupo D	Grupo R
Utilização	<p>[...]na prática nós temos utilizado hoje o percentual não presencial muito mais para atender nossa demanda de reposição de carga horária em vista das eventuais greves. (D)</p> <p>[...] temos utilizado dessa possibilidade que as portarias nos ofertam para fazer essa reposição na modalidade não presencial (D)</p>	
Aceitação	<p>[...] uma vez que as portarias exigem que aja esta possibilidade de se utilizar até 20% da carga horária dos cursos na modalidade não presencial nos PPCs. Como não tinha portaria para o execução no ensino médio ou melhor não tinha previsão. Então nos precipitamos e já fizemos essa alteração nos PPC junto ao conselho superior (D)</p>	

Fonte: pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

A descrição da realidade perpassou ainda sobre as formas como são elaboradas, regulamentadas e administradas as novas ofertas de cursos à distância e gestão dos documentos acadêmicos dos estudantes à distância. O grupo R coloca que muitas questões

relacionadas com os cursos ofertados pela Rede e-Tec Brasil, inclusive, a regulamentação da documentação relacionada com os estudantes, são decisões da DEAD e Pró-reitoria de ensino, mas a aprovação da oferta dos cursos é de âmbito do colegiado dirigente do IF proponente.

Na realidade, o modelo administrativo adotado pelo IFTO traduz que, a responsabilidade orçamentária financeira e acadêmica, na organização dos cursos à distância, são do *campus* que oferta os cursos pela Rede e-Tec Brasil. Contudo, a formatação dos cursos deve respeitar os critérios da Rede e-Tec, as instituições devem oferecer cursos à distância somente quando existir a oferta dele presencial em Instituição de ensino pública.

Dentro dessa prerrogativa, entende-se e justifica-se a integração dos currículos acadêmicos que vem ocorrendo em *campus* após a nova adequação a IN 04/2010. Em relatos do grupo D são encontradas informações sobre cursos que estão sendo elaborados pelos próprios colegiados do *campus* que são muito similares aos que oferecem presencialmente. O que pode refletir nas ações sobre a gestão dos documentos relatadas no quadro 10.

Quadro 9 – A realidade sobre a formatação de curso para atender a EaD

Sub-Categorias	Grupo D	Grupo R
Demanda	<p>[...]os cursos que estão sendo ofertados pelo câmpus foram através do estudo de demanda.(D)</p> <p>[...] internamente se faz a discussão se existe recurso humano capaz de abarcar aquele curso A,B,C ou D do polo A,B,C ou D. Agora o curso em si ele deve atender a demanda local, o arranjo produtivo local. (D)</p> <p>[...]temos demandas criadas pelo próprio colegiado dos professores que entendem que temos condições de oferta tal curso.(D)</p>	<p>[...]o Brasil evoluiu um pouquinho em termos de qualificação e hoje temos que buscar atender demandas existentes nos municípios. Se a demanda do município é por uma graduação ou uma pós-graduação não adianta ofertar curso técnico. (R)</p> <p>[...]a gente acompanha esse estudo de demandas para ter certeza se vai atender os arranjos produtivos locais e desenvolvimento daquela região.(R)</p>
Alternativas	<p>[...] certamente o Instituto não terá recurso humano e estrutura para ofertar o mesmo curso em muitos polos. Mas ele deve migrar. Em determinado momento oferta em uma determinada região/polo, posteriormente, ele deve migrar para atender a necessidade de outro polo.(D)</p> <p>[...]com relação aos alunos terem aceitado essa modalidade não presencial foi após uma reunião com os representantes de turma onde os</p>	

	alunos acharem bastante interessante principalmente porque os prejudicados seriam eles por ter como frequentar as aulas.(D)	
Dificuldades	[...] oferta da educação a distância não pode ser encarada como problemas, mas uma série de dificuldades do ponto de vista operacional. Hoje nos campi, principalmente o campus “P1” tem um recurso de custeio insuficiente para fazer isso.(D)	[...] percebo que não avançamos mais pelo medo de encarar o novo por parte de alguns diretores. O medo de encarar o novo, o medo de sobrecarregar os poucos professores que têm, que os professores vão dividir o que faz presencialmente porque já tem muita tarefa. (R)
Integração	[...]estamos aproveitando projetos que já são ofertados em outras instituições também na modalidade de ensino a distância. Aí fazemos pequenas adequações para a realidade local então são projetos que já vêm prontos.(D) [...]cursos que estão sendo elaborados pelos próprios colegiados do câmpus uma vez que são muitos similares ao que oferecemos presencialmente.(D) [...] ensino a distância está integrado com o ensino presencial. Não se deve ter tanta distinção não deve diferenciar o aluno à distância do presencial ele deve ter as mesmas habilidades, mas com metodologias diferentes. (D)	[...] nós estamos formatando todo o curso e no segundo momento esta decisão de oferta é decidida no âmbito do colégio dirigente. Sempre observado os limites que temos dos níveis de modalidades de acordo com a educação presencial dos Institutos.(R)
Autonomia		[...] a DEAD está ligada a pró-reitoria de ensino. Os cursos que são oferecidos a distância são dos campi. Não da diretoria ou a reitoria, ou seja, hoje temos 7 cursos a distância que são oferecidos pelo campus Palmas e 2 cursos que são oferecidos pelo campus Paraíso. O fato da plataforma estar separada é porque os cursos presenciais serem especificamente do campus, tanto a plataforma quanto a gestão deles. (R) [...]se os câmpus vão adotar ou não, ai a gente deixa trabalhar a autonomia dos campus. A gente dá o respaldo e cria mecanismos para proporcionar o campus adotar essa modalidade de ensino.(R) [...].a gente vê a autonomia do campus

		<p>obviamente tratando das normativas legais. A gente tem hoje um novo quadro de possibilidades de educação a distância dentro dos cursos presenciais e achamos isso muito interessante.(R)</p> <p>[...]existe um critério da Rede e-Tec para as Instituições Federais que que somente poderá oferecer um curso a distância se tem ele presencial. (R)</p>
Responsabilidade		<p>[...] acompanhamento de aluno no polo e coleta de dados pelo SISTEC deveriam ser das coordenações de área dos cursos, juntamente, com os coordenadores de curso, a direção de ensino presencial e gerência do ensino técnico.(R)</p> <p>[...] DEAD que não tem responsabilidade sobre o aluno presencial. A gente tem uma cooresponsabilidade com o aluno à distância e, mais uma vez, nenhuma com o aluno presencial. O fato é: quem é dono do filho deve criar o filho.(R)</p> <p>[...] muitos pontos são decisões da DEAD e Pró-reitoria de ensino. (R)</p>
Parceria	[...] não se oferta um curso a “puro sangue” haja vista que temos os parceiros: os municípios e o estado e, há de se ter uma conversa com esses parceiros.(D)	

Fonte: pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

O grupo D relata que a série de dificuldades do ponto de vista operacional enfrentado para a oferta EaD, a falta de informação sobre normativas e procedimentos e, ainda, a necessidade de participação ativa de discussões dentro da DEAD é refletida talvez por falta de experiência dos gestores EaD que não discutem formas de procedimentos sobre as normativas e documentos orientadores relacionados com a modalidade à distância.

Devido a gestão dos documentos dos estudantes, as normativas legais, dentre outros documentos EaD passarem a ser de autonomia do campus estes tem adotado os mesmos procedimentos da gestão dos cursos presenciais. Neste sentido, na falta do documento norteador as revelações sobre o gerenciamento das propostas partem de demandas por vezes de visão individualista, de interesses políticos em consonância com a falta de conhecimento de alguns diretores do IFTO traduzindo a pouca participação da comunidade interessada.

Quadro 10 –A realidade sobre a Gestão de documentos

Sub-Categorias	Grupo D	Grupo R
Experiência	[...]para funcionar é necessário participação ativa de discussões dentro da DEAD. (D) [...]avisar sobre normativas e procedimentos. O que hoje não tem acontecido muito. Talvez por falta de experiência e por isso não se discute os procedimentos.(D)	
Integração	[...]gestão dos documentos EaD é feito da mesma forma que é feita a gestão dos cursos presenciais.(D)	[...]a gente considera que o aluno EaD seja um aluno normal igual ao presencial. Que o documento dele flua ali como a mesma agilidade ou demora dos presenciais. (R)
Responsabilidade	[...]parte dos documentos da EaD está junto a Reitoria e no câmpus fica centralizado junto as coordenações. Já matrículas e documentos de alunos estão dentro do Registro Escolar do câmpus. (D)	[...]tem discutido esta gestão de documentos no sentido que o campus que ministra determinados cursos EaD que faça a gestão ali. (R) [...]a responsabilidade é do campus tanto a parte orçamentária financeira quanto a parte acadêmica.(R) [...]o papel da Diretoria da Educação a Distância seria trabalhar planejamento e estratégias para o crescimento da EaD.(R) [...]a questão documentos de alunos é de responsabilidade dos campi ofertantes. Da turma de 2012 já passamos esta responsabilidade para os campi.(R)

Fonte:pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

Com a proposta de expansão da educação, a educação profissional na modalidade a distância tem buscado espaço neste contexto profissional marcado por um tradicional histórico de ensino presencial. Para o estado do Tocantins, que comporta uma grande extensão de pequenas cidades, assentamentos, comunidades indígenas e ribeirinhas, a educação a distância é uma prática educacional que pode alcançar e suprir as necessidades de capacitação da população através de mecanismos de comunicação onde a distância seria um fator limitador para o conhecimento.

Para suprir os anseios da população, os gestores do IFTO acreditam que a educação a distância seja uma alternativa para a população menos assistida do Estado. Isto devido a uma das facilidades que a EaD proporciona, em poder fazer rodízio de ofertas de cursos, para

atender a necessidade específica de determinado município ou público. A outra alternativa compreende a contabilização dos 20% não presenciais para ajudar estudantes que estão comprometidos eventualmente com o trabalho, e ainda, em proporcionar uma forma de atender um maior número de acadêmicos adventistas, que não realizam atividades entre o período das 18 horas da 6ª feira às 18 horas do sábado.

Mesmo entendendo que os Institutos estão no limite das demandas impostas pelo MEC, o grupo D acredita que a alternativa para o ensino é a modalidade à distância. Para tanto, os outros *campi* devem perder o medo e o receio em fazer esta oferta, e deixam que EaD pode permitir outros benefícios, entre eles, o acréscimo orçamentário do *campus*.

Quadro 11 – A realidade sobre expansão da EaD dentro Educação profissional

Sub-Categorias	Grupo D	Grupo R
Demandas		<p>[...] atualizar para as demandas atuais e não existe mais aquela ignorância do desconhecido e do medo em ofertar a EaD. (R)</p> <p>[...]é mais um mecanismo, mais um instrumento para tentamos atingir estas metas, tentar atender demandas do mundo do trabalho em cidades do interior que não tem como implantar câmpus. (R)</p> <p>[...]sabendo que nossa realidade é diferenciada das demais pela questão da região. Mas no geral estamos no caminho certo para atender a SETEC com as demandas de formação de mão de obra para o mundo do trabalho. E a EaD é o caminho mais certo. (R)</p> <p>[...]se daqui a pouco precisamos de mais uma turma pelas condições locais forma-se mais uma turma, mas se daqui a poucos anos a demanda não para aquele profissional mas para outro, temos essa facilidade de fazer a mudança e atender aquela demanda do município. Acho que essa é o grande ponto positivo da educação a distância. (R)</p>
Oferta	[...] hoje nos temos além dos cursos da Rede e-Tec algumas especializações sendo formatadas à distância. E existe um anseio muito grande para ofertarmos cursos superiores: graduações e licenciaturas. Estamos finalizando	[...]no cenário nacional tem algumas instituições que têm se destacado por número de alunos devido a EaD, incluindo, principalmente, o aluno online. Eles começaram através de convênio para ofertar cursos <i>online</i> , que são na verdade os antigos cursos telepresenciais. São

	<p>um tecnólogo para ser ofertado na modalidade a distância.(D)</p> <p>[...]no início de 2014 acredito que há de se fazer uma discussão maior em relação em como utilizar esse ensino a distância e as formas de como contabilizar esses 20% não presenciais uma vez que estaremos ajudando os alunos adventistas e ainda aqueles que não podem vir as aulas pois estão trabalhando. (D)</p>	<p> cursos que questiono quanto a qualidade, pois eles não tem uma plataforma de apoio.(R)</p>
Alternativas	<p>[...]eu vejo a EaD como uma das alternativas para a população menos assistida do estado embora o homem do campo nas conversas dos movimentos sociais que realizamos é muito aquém dessa modalidade. (D)</p>	<p>[...]é verdade que a Rede Federal tem uma missão muito complexa e grande em cadeira nacional. Tudo que é atividade recai para a Rede Federal. Todos os dias surgem novos programas e políticas para os Institutos e não dá tempo de pensarmos nem naquilo que estamos fazendo. A gente só vai recebendo e tentando fazer. Eu diria que estamos no nosso limite. E os diretores de campus também entendem dessa forma. (R)</p>
Benefícios	<p>[...] no ponto de vista de gestão é bastante vantajoso ofertar curso a distância. Porque tem um incremento no orçamento por conta da oferta desses cursos. O que vem beneficiar bastante o desenvolvimento do próprio campus. (D)</p>	
Institucionalização	<p>[...]quando o MEC começa a trabalhar essas propostas a gente nunca sabe o que realmente a gente vai trazer de concreto e o que vai ser só discurso.(D)</p> <p>[...]quando a gente fala em institucionalização nos devemos trabalhar com todos os campi. Por que só o campus “Ps” ofertam EaD? Eu lamento dizer que esta faltando coragem de nossos colegas para absorver essa oferta também. (D)</p> <p>[...]para os cursos no Bico do Papagaio, a 700km da capital, não temos campus que poderíamos estar fazendo a gestão das ofertas a partir de lá. A nossa realidade é que temos feito a partir daqui é por que temos o entendimento da necessidade da oferta dos cursos a distância em todo o estado. O trabalho institucional é mais amplo.(D)</p>	

Infraestrutura	[...]no meu ponto de vista os institutos podem e devem ofertar a EaD. O que nós devemos é ter uma estrutura adequada.(D)	
----------------	--	--

Fonte: pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

Dentro dessa prerrogativa de expansão da educação na modalidade a distância o Decreto 7.589/2012, artigo 5º, preconiza que para “integrar a Rede e-Tec Brasil as instituições interessadas deverão constituir polos de apoio presencial para a execução de atividades didático-administrativas de suporte aos cursos ofertados”. Para a implantação de polos de apoio presencial utiliza-se o critério da pesquisa de Arranjo Produtivo Local –APL- sempre em consonância com algum tipo de demanda em nível de estado ou em nível de prefeitura municipal.

O grupo R deixa claro que a demanda e os pedidos partem das esferas administrativas, contudo a aprovação parte do Instituto após uma nova análise de demanda de profissionais para o desenvolvimento local.

Quadro 12 –A realidade sobre a implantação de polos para atender a EaD

Sub-Categorias	Grupo D	Grupo R
Demanda	<p>[...]vamos criar esse curso, mas a identificação em qual polo esse curso vai ser ofertado e na verdade através de pesquisa.(D)</p> <p>[...]Secretaria de Tecnologia e Secretaria de Educação do Estado através das diretorias regionais encaminham formulários as escolas, principalmente, aos alunos do ensino médio que preenchem. Verificamos se tem ou não no polo uma tendência para área requisitada a oferta. Após é selecionado os polos mais interessantes para serem atendidos.(D)</p>	<p>[...]existem pedidos de qualificação e formação profissional e implantação de polos EaD por prefeitos, por deputados estaduais ou por federais, por senador. Mas parte do princípio que a gente amadureça neste sentido de fazer um levantamento de demanda de mão de obra para aquela realidade. Devemos ter essa sintonia com as demandas locais. A gente não pode se dar ao luxo de errar neste sentido. (R)</p> <p>[...]então essas demandas estão sempre em consonância com algum tipo de demanda ou em nível de estado ou em nível de prefeituras municipais.(R)</p>
Ampliação		<p>[...]temos ampliado polos EaD, consideravelmente. Mas temos mais dez pedidos hoje na instituição para implantar esses polos via EaD em vários municípios do estado de Tocantins. Temos que ganhar pernas para isso. (R)</p>

Responsabilidade		[...] temos os polos que funcionam dentro do campus. Esse polos, sim, nós somos responsáveis.(R)
------------------	--	--

Fonte: pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

Para ter atendimento com qualidade entende-se que requer o acompanhamento da realidade das tecnologias e comunicação (quadro 14) articuladas como infraestrutura (quadro 15). O grupo D entende e atrela a qualidade do ensino às habilidades práticas. O que consolida o conhecimento teórico com a habilidade prática são as melhorias tanto de espaço físico da EaD, quanto dos polos de apoio presencial. Porém, alguns entrevistados apontaram que a dificuldade para contornar esse problema reflete de um grande problema que é a utilização da política pública vinculada à interesses particulares.

O grupo R corrobora com o pensamento do grupo D quando afirma que precisa entender essa realidade para aumentar a capacidade de atendimento nas mais diferentes cidades. Essa ação pode facilitar o trabalho do estudante na EaD e ainda proporcionar mais qualidade nos cursos e agilidade nos processos decisórios. Dentro das expectativas de investimentos necessários e imediatos para atender os estudantes, a prioridade recai nos laboratórios práticos, equipamentos de telecomunicações, estúdios e recepção do sistema de telecomunicações.

Dentre os problemas enfrentados pelas Instituições são priorizados as dificuldades para transmissão do aprendizado, a falta de espaços adequados para produção de aulas virtuais, a conexão com a Internet, e sobretudo, a queda de energia constante no Estado. Reflexões que podem ser comprovadas nos quadros 14 e 15.

Quadro 13 – A realidade sobre o atendimento com qualidade da EaD

Sub-Categorias	Grupo D	Grupo R
Aulas práticas	<p>[...]os cursos técnicos, boa parte deles, pressupõem essa prática e às vezes não temos essa mobilidade de ponto de vista de estrutura laboratorial. Temos que avançar no sentido da oferta de aulas práticas de aulas de laboratórios. Neste ponto acredito que temos que crescer. (D)</p> <p>[...]é certo que temos que criar estruturas para transportamos os laboratórios até essas cidades ou trazeremos os estudantes dentro de</p>	

	um planejamento para uma estrutura que seja fixa e demande determinada estrutura física para comportar aquele laboratório.(D)	
Inferência	[...]ponto de vista pedagógico acredito que não haver empecilho para a oferta de curso a distância é o mesmo que o curso presencial. Deve ter o trabalho para que esse curso tenha o mesmo nível de qualidade, para que os alunos tenham o mesmo nível de ensino da política da globalidade. (D)	[...]hoje não temos mais esse preconceito por acreditar que o ensino não tem qualidade. Pelo menos no colégio dirigentes, nenhum integrante, tem feito essa inferência sobre a EaD. (R) [...]precisamos entender como aumentar esta capacidade de atendimento nas mais diferentes cidades. A EaD não é mais barreira, nem dúvida. É uma realidade que precisamos consolidar, se já que, não está consolidado. (R)
Investimento	[...]com minha experiência de educador do campo eu acredito que se houver um investimento dentro dos locais que vão receber essas informações. Eu vejo a EaD com melhor qualidade que as presenciais. (D)	[...]são novos tempos. A EaD chegou para ficar. É importante salientar que a EaD é tal qual a presencial como acontecem alguns momentos em que temos encontros presenciais.(R) [...]precisamos pensar em proporcionar mais facilidade para o aluno trabalhar as provas online. Para ganhar qualidade nos nossos cursos e agilidade nos processos.(R)
Questões políticas	[...]o parceiro colocou aquele curso por um fator político para dizer que: aqui na cidade tem a oferta de um curso X, mas ele não entende que precisa mantê-lo, que existe um custo. Isso, às vezes, temos que ficar negociando ou mudando a qualidade do curso por falta dessa infraestrutura lá. (D)	[...]temos Instituto com mais de 25 mil alunos a distância e aí começo a questionar a qualidade do curso. Será que é só colocar uma quantidade de diplomas com carimbo do IF vai trazer benefício para a comunidade como um todo? Ou vai trazer uma vergonha nacional para que fez o curso pelo Instituto, e não sabe fazer nada!(R)
Descrédito	[...]acho que existe um sentimento que as pessoas tem de que nós que fazemos a educação a distância e que, a qualidade de ensino deve ser igual ao presencial e não se discute mais isso.(D)	

Fonte: pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

Quadro 14– A realidade sobre Tecnologia e Comunicação

Sub-Categorias	Grupo D	Grupo R
Investimento	<p>[...]é preciso que façam um investimento neste locais que vão receber o sinal, que seja via satélite, pois vejo um deficiência mto grande neste apoio local principalmente nos municípios (D)</p> <p>[...]necessário investir em equipamentos de melhor qualidade de telecomunicações e estúdios e recepção do sistema de telecomunicações.(D)</p> <p>[...]acompanhia telefônica não consegue oferta internet para nós. O que inviabiliza nós pensarmos em disponibilizar uma outra estrutura para os alunos.(D)</p>	<p>[...]estamos fazendo alguns estudos para disponibilizar para os polos um servidor onde vai trabalhar ligado a DEAD como um espelho de nosso setor. Só que ele vai trabalhar <i>online</i> dentro da rede privada de cada polo e vai fazer a sincronia com nosso servidor três vezes por dia. (R)</p>
Deficiência	<p>[...]a tecnologia outro fator complicado dentro do estado. O próprio sistema de informação é deficiente, existe muita queda de energia elétrica devida o servidor está centralizado no câmpus Palmas (D)</p> <p>[...]temos uma dificuldade muito grande principalmente em relação ao acesso a internet.(D)</p> <p>[...]temos dificuldades para a utilização da plataforma moodle. Temos dificuldade com servidor que não suporta.(D)</p>	<p>[...]a parte de comunicação melhorou muito com a ampliação de nosso link. Mas a parte da comunicação específica como, transmissão de dados, nós ainda temos uma lacuna onde os polos ainda tem uma internet ruim.(R)</p>

Fonte:pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

Quadro 15 – A realidade sobre Infraestrutura para a oferta da EaD

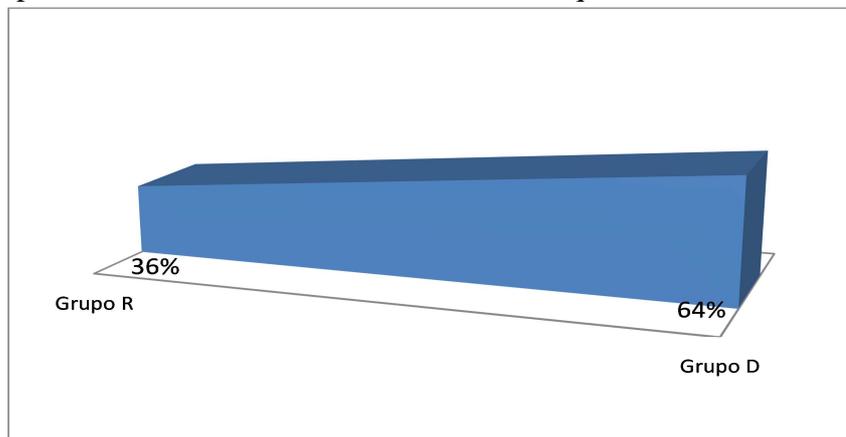
Sub-Categorias	Grupo D	Grupo R
Espaço físico	<p>[...]a curto prazo e não só para essa modalidade, também para o presencial, necessitamos de sala de aula pois há demanda tanto para o a distância e ou para o presencial. A carência é grande onde estamos utilizando laboratórios de química e</p>	<p>[...]precisa melhorar muito tanto o espaço físico da EaD, quanto dos polos de apoio presencial. Temos alguns polos que suportam bem, mas temos muito que precisam melhorar.(R)</p>

	<p>física como salas de aulas para atender essa necessidades.(D)</p> <p>[...]e essa é uma situação que não está totalmente definida dentro do IFTO. Como ficará essa infraestrutura. Se cada campus que irá ofertar deverá construir sua infraestrutura separada (D)</p> <p>[...]as salas de aula e o espaço para coordenação está sendo adaptado. Nós não tínhamos previsão para esses cursos há um ano atrás quando abrimos.(D)</p>	
Tecnologia	[...]o câmpus não está preparado, principalmente, em relação às transmissões de conteúdos, salas específicas para gravação de vídeo aula.(D)	[...]tem que estruturar a parte de equipamentos e multimídias para oferta uma boa EaD e quando surgir este servidor tem que haver capacitação para essa demanda. (R)

Fonte: pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

Para melhor facilitar o processo plural sobre a realidade do atendimento com qualidade da EaD, os esclarecimentos e as informações relacionadas com Tecnologia e Comunicação e, com a Infraestrutura foram representadas de forma visual. O gráfico 7 mostra que 64% das respostas advêm do grupo D e, somente, 36% das respostas partiram do grupo R. Isto comprova a necessidade de uma gestão participativa pois, aqueles que estão na ponta mais baixa da hierarquia tem o conhecimento onde as coisas de fato acontecem, mas não são os que controlam as estratégias das ações.

Gráfico 3 – Representatividade sobre o atendimento com qualidade da EaD



Fonte: pesquisa realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

A Rede e-Tec Brasil/IFTO tem sua equipe constituída por professorpesquisador, coordenador de curso e coordenador e-Tec Brasil vinculados em sistema de bolsa do FNDE, fundamentada na Resolução CD/FNDE nº 18/2010. Mediante a forma de remuneração não criar vínculo empregatício com a Instituição a DEAD, buscou-se atrelar esse atendimento profissional ao fato de ter que ser servidor ou que tenha vínculo com a Rede Federal, desta forma ficam assistidas tanto às modalidades de ensino presencial, quanto à distância.

Nestes termos, o grupo D concorda com o grupo R que deveria ter um quadro de servidores específicos para a EaD devido a insuficiência de profissional para prestar serviços em todos os programas e modalidades presenciais. O Termo de compromisso do bolsista deixa claro que “não há possibilidade de assumir outras funções na DEAD, na condição de bolsista do FNDE que configure acúmulo de bolsa, bem como por regulamentação da Portaria Normativa Nº 01/2012/Reitoria/IFTO de 18/05/2012”

Alternativas para solucionar questões relacionadas com o ensino à distância tem sido discutidas dentro da CAPES. Cogitou-se, no início do ano, em 2013, a possibilidade da retirada das bolsas. Contudo, este pensamento não corrobora com os entrevistados, o grupo D afirma que o sistema de remuneração em bolsa é muito vantajoso. Acreditam que devido a modalidade à distância ser nova na Instituição de Ensino, existem ainda muitas dificuldades de entendimento e que não o IFTO estaria preparado para entender como contabilizar a carga horária que o servidor se dedica a EaD à carga horária semanal de trabalho institucional.

Quadro 16 -A realidade sobre a remuneração dos profissionais envolvidos

Sub-Categorias	Grupo D	Grupo R
Funcionalidade	<p>[...]a EaD funciona hoje por conta da bolsa. Isso faz com que o servidor tenha interesse.(D)</p> <p>[...] a bolsa simplifica tudo.(D)</p> <p>[...] a institucionalização da EaD no IFTO pressupõe a constituição de um quadro de servidores que recebam bolsas e recebam salário, isto é, um servidor para ofertar serviço, exclusivamente, para a educação a distância. Agora isso depende de uma criação de uma política. É muito mais ampla do que só no âmbito do Instituto Federal. Essa definição é no nível federal</p>	<p>[...] hoje nós temos via e-Tec o contrato temporário através de bolsas para os profissionais. Acontece que nem sempre as coisas se resolvem dentro do tempo. Como, por exemplo, um aluno que não cumpriu todos os créditos. No segundo momento como é que ele vai quitar isso? Já que o professor era responsável pelo contrato e ele atende até determinado tempo? (R)</p>

	como uma construção de <i>campi</i> .(D)	
Dificuldades	[...]a bolsa hoje é muito vantajosa neste sentido. Não tendo a remuneração da bolsa teríamos que entender como contabilizar essa carga horária que o servidor se dedica a EaD na carga semanal dele que eu acho muito difícil. (D)	
Prestação de serviços	<p>[...]hoje nos temos o quadro de servidores que atende o EaD e o presencial. Digamos um misto de prestação de serviços aja visto que o professor concorre a uma bolsa ou ele recebe sua remuneração.(D)</p> <p>[...]ele não tem uma carga horária definido só pra aquilo. Então na verdade é uma prestação de serviços que na minha concepção não é nem bolsa. Bolsa pressupõe que você não tem que dedicar um tempo específico só pra aquilo. No meu ponto de vista a EaD funciona como uma prestação de serviço (D)</p> <p>[...] servidor começar a perceber que não é desespero por dinheiro, mas que pode ter uma complementação no salário pensando que participação desse curso EaD não traz uma sobrecarga de trabalho, mas sim um benefício social.(D)</p>	[...]discutiui-se junto a CAPES, uma discussão forte no início deste ano de 2013 a possibilidade da retirada das bolsas. Com a retirada sabemos que a EaD pode ser “sucumbida” da forma que criada. (R)

Fonte: pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

Para melhor organizar a equipe EaD, os entrevistados acreditam que uma estrutura com servidores efetivos exclusivos proporciona melhor resultado às necessidades dos estudantes da modalidade à distância. Questões relacionadas com a falta de compromisso dos professores, estruturação de equipamentos de multimídias e especificidades da EaD seriam possivelmente sanadas.

Desta forma, a proposta encaminhada à SETEC/MEC, de um quadro de servidores exclusivos, tem projeção de que 50% do quadro deva ficar exclusivo para o EaD e os demais para fazer a transposição do presencial/EaD ou EaD/presencial. O grupo D acredita ser importante ter hibridação de equipes que atuam nas duas modalidades de ensino.

Quadro 17 – A realidade sobre os profissionais envolvidos com a EaD

Sub-Categorias	Grupo D	Grupo R
Exclusividade	<p>[...] acredito que pelo menos 50% do quadro deva ficar exclusivo para o EaD e os demais, até pela qualidade de melhorias de curso, para fazer a transposição do presencial/EaD ou EaD/presencial e importante ter essa hibridação de equipes que atuam no EaD e no presencial.(D)</p> <p>[...] o IFTO deveria pensar em ter código de vagas para professores EaD nos próximos concursos. Temos profissionais especializados no Brasil e formados que podem atuar diretamente pensando exclusivamente EaD. (D)</p>	<p>[...] já encaminhamos a SETEC/MEC um quadro de servidores específicos para a EaD, pois temos que estruturar a parte de equipamentos e multimídias para oferta uma boa EaD. (R)</p> <p>[...] no último concurso o MEC deixou em “<i>stand by</i>” alguns profissionais específicos para EaD e estas demandas vão surgindo para atender às especificidades da EaD. Existem alguns técnicos que já vão assumir. (R)</p> <p>[...] serão disponibilizadas 40 vagas para o quadro de servidores técnicos do IFTO para EaD para 2013. (R)</p>
Disponibilidade	<p>[...]o que se faz hoje e verificar se temos disponibilidade de recursos humanos haja vista que temos um quadro de pessoal que atende tanto os cursos presenciais quanto os cursos à distância. (D)</p> <p>[...] entendemos que não existe volume de pessoal para trabalhar centralizado e nem descentralizado.(D)</p>	<p>[...]o quadro de servidores é um anseio nosso que o modelo do campus virtual traz possivelmente resolução do problema da falta de compromisso dos professores.(R)</p> <p>[...] hoje nosso número de servidores é insuficiente. Com vagas para docentes exclusiva para a EaD.(R)</p>
Perfil profissional	<p>[...]não temos servidores para servir exclusivamente a EaD, são mobilizados todos as modalidades juntas.(D)</p>	<p>[...] oquadro de servidores ainda é um ponto que deve ser melhorado.(R)</p> <p>[...] não há necessidade de um servidor específico para o EaD.(R)</p>

Fonte:pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

Nos relatos dos participantes, tanto do grupo D, quanto do grupo R, ficou evidente a preocupação com a capacitação do pessoal envolvido na EaD. Devido a Rede e-Tec Brasil não ter um planejamento para procedimentos de treinamento, as preocupações relacionadas com a metodologia e a periodicidade apontam para uma capacitação coletiva, generalizada e periódica que poderá ser de forma presencial ou através da plataforma *moodle*. O grupo D acredita que a capacitação coletiva promove a socialização dos problemas locais e pode proporcionar uma solução através da troca de conhecimento entre os profissionais.

Para que traga resultados satisfatórios, o grupo D orienta que a capacitação deve fazer partedo calendário anual do IFTO. No sentido de promover a inclusão dos profissionais que

têm interesse ou que trabalham nas modalidades à distância e presencial e, não somente, os profissionais exclusivos da Rede e-Tec Brasil.

Quadro 18 – A realidade sobre a capacitação dos profissionais envolvidos

Sub-Categorias	Grupo D	Grupo R
Metodologia	<p>[...] uma capacitação coletiva pode ser até através da plataforma moodle você socializa e busca resolver os problemas locais a partir dessas capacitações e troca de conhecimento entre esses profissionais que estão atuando na área.(D)</p> <p>[...]é feito um período de ambientação com relação a plataforma em como trabalhar cursos a distância. É uma capacitação rápida.(D)</p>	<p>[...]tenho nem como falar em capacitação especificamente EaD, por que temos a situação de professores que trabalham no presencial e EaD. Acredito, então, que a capacitação é generalizada. Se capacita para EaD, se capacita para o presencial e para outros programas. (R)</p> <p>[...]hoje a capacitação é feita no moodle de uma forma bem especial via vídeo produzida por nós mesmos. (R)</p>
Periodicidade	<p>[...]deva existir um calendário anual no sentido que aja essa capacitação periódica uma vez que o estado é muito grande, há suas deficiências em um lugar e outro e ela esta mais à nível de coordenador. (D)</p>	<p>[...]a capacitação se faz realmente necessária para gente vivenciar melhor, ter mais propriedade, pertencer realmente a essa modalidade de ensino.(R)</p>
Responsabilidade	<p>[...] em relação a essa modalidade de 20% trabalhado na modalidade não presencial nós fizemos um momento de capacitação com todos os professores. (D)</p> <p>[...] há um período de capacitação sob a responsabilidade da DEAD.(D)</p>	
Rubrica		<p>[...] a Rede e-Tec não se preocupa com a capacitação em si, mas disponibiliza rubrica para o recurso.(R)</p>

Fonte: pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

A visão tanto do grupo D, quanto do grupo R, que para institucionalizar a educação a distância no estado do Tocantins não se pode negar a importância das parcerias com as esferas

administrativas. Porém, acreditam que o modelo de parceria somente funciona desde que as partes trabalhem juntas.

Através de convênio celebrado entre o IFTO, o Estado e Município, fica estabelecida as atribuições de cada um para a oferta da educação a distância. Neste acordo, o IFTO fica responsável pelo aprendizado e certificação; o Estado pela oferta e manutenção das tecnologias e; o município cuida da manutenção e oferta da estrutura física. Porém, o que tem preocupado os Gestores do IFTO são as dificuldades apresentadas pelos parceiros em cumprir as atribuições estabelecidas.

Muitas dificuldades foram citadas. Entre elas estão os servidores que atendem nos polos sem comprometimento e conhecimento da área educacional, a falta de gestão no polo e os recursos tecnológicos. Mas o ponto desafiador está relacionada com o comprometimento do gestor político em manter a estrutura do polo em funcionamento, com condições de ofertar um ensino com qualidade.

Mediante estes fatos a alternativa adotada por alguns proponentes do ensino à distância reflete na mudança dos polos para dentro do *campus*, contradizendo a proposta do MEC, em democratizar o acesso para atender às mudanças sociais.

Quadro 19– A realidade sobre as parcerias

Sub-Categorias	Grupo D	Grupo R
Avanços		<p>[...]nós avançamos muito mais dentro desses dois últimos anos até em relação às demandas que o estado nos fazia como cobranças. (R)</p> <p>[...]tínhamos polos com evasão muito grande, quando aconteceu a mudança de endereço ficando mais adequado salas de aula e laboratórios as evasões reduziram. (R)</p> <p>[...]temos outras parcerias que são os Institutos federais até outras escolas vinculadas às estaduais. (R)</p> <p>[...]tanto que no próprio site da SETEC tem um espaço onde esta disponibilizado todo o material produzido por todas as instituições do país. (R)</p>
Comprometimento	[...]deveremos buscar junto aos municípios o seu apoio. Eu acredito muito em parcerias desde que sejam construídas com solidez. (D)	[...] nós temos uma parceria muito forte com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado. (R)

	<p>[...]vejo uma rapidez remota que a EaD em parceria com os municípios não consiga atender essas necessidades de telecomunicações. Por isso acho importante buscar junto aos municípios essa viabilidade. (D)</p> <p>[...]as parcerias são difíceis até porque o servidor do município ou o servidor do estado que está na gestão do polo nem sempre é alguém que tem conhecimento da área educacional.(D)</p>	<p>[...]o MEC e SETEC pelo excesso de serviço até mesmo um PTA que era para ser liberado em janeiro ou fevereiro somente ia ser liberado em junho e julho. Isso ocasionava uma cadeia de atrasos e ficamos a mercê dessas situações. (R)</p> <p>[...]todo mundo quer, mas na hora de contribuir com sua parte não consegue arcar com a questão economia do próprio município ou pela visão do prefeito municipal. (R)</p> <p>[...]temos municípios onde prefeitos e secretaria de educação municipal tem um bom entendimento e zela pelo polo. Nós sentimos melhor e os alunos têm um rendimento melhor que em outros municípios que não dão a devida atenção. (R)</p> <p>[...]a Rede e-Tec cumpre próprio nome de rede porque as instituições são muito parceiras uma da outra. (R)</p> <p>[...]este modelo de parceria é fantástica desde que as duas partes trabalhem juntas. (R)</p> <p>[...]mas nós não temos tido <i>feedback</i> da Secretaria do Estado. (R)</p> <p>[...]quando a parceria é com a prefeitura tem sido mais fácil da gente trabalhar. Pois a gente faz um “olho a olho” com o prefeito. Define o perfil da pessoa que a gente quer para trabalhar, ou melhor, quem ele coloca lá. (R)</p> <p>[...]o município vai responsabilizar pela parte dele, que a estrutura local e o instituto por sua parte que a oferta do curso. Quando você trata a parceira com o estado, ele não sabe nem quantos alunos têm no polo. (R)</p> <p>[...]temos buscado estar próximos, mas o estado não quer esta proximidade, eles querem buscar a concorrência. (R)</p>
Viabilidade	<p>[...]nos locais onde o IFs tiverem condições de instalar o polo eu acho mais viável. (D)</p> <p>[...]hoje estas parcerias são necessárias, mas devemos caminhar ou avançar um pouco mais essa</p>	<p>[...]temos problemas com a oferta município, tivemos que mudar a EaD de local por duas vezes e a tendência vai ser a mudança para dentro do campus. Isso por que o município não dá conta de espaço adequado. Quando acontece este tipo de problemas os diretores tem que</p>

	<p>discussão. Da mesma forma que tem um gestor municipal que tem a visão da necessidade da oferta no determinado município, a visão do gestor de outro município pode ser completamente diferente.(D)</p> <p>[...]as parcerias são necessárias uma vez que seria muito difícil manter todos esses polos toda essa estrutura administrativa e operacional se fosse do IFTO, seria muito dispendiosa para nós.(D)</p>	<p>estar dispostos a levar a EaD para dentro do campus. (R)</p> <p>[...]o estado através das tecnologias nós encaminha as demandas. Ele faz os estudos de demandas em todos os municípios e de acordo com esse estudo nos encaminha para o estudo de abertura de polos. Neste momento a gente faz avaliação destes polos, caso aja condições de começar a funcionar, a gente avalia faz a certificação da abertura deste polo. (R)</p>
Independência	<p>[...]teria necessidade de toda cidade ter uma estrutura capaz de dar o mesmo tratamento a todos os polos. Primeiramente teríamos que ter um ponto de transmissão capaz para ter então a estrutura de recebimento de transmissão. Só depois disso teríamos condições de ofertar ensino e- Tec sem a participação de nossos parceiros.(D)</p> <p>[...]não é uma política necessária para o estado como um todo, mas uma visão de um governo que está naquele momento. E aí a gente fica na dependência do governo e da vontade do gestor. Então para que nos façamos uma oferta única nós teremos que ter independência em relação a estes parceiros.(D)</p>	
Infraestrutura	<p>[...]não é responsabilidade do IFTO em manter a infraestrutura. Mas sim, do parceiro que está lá na ponta. (D).</p> <p>[...]nós temos encontrado dificuldades com essas parcerias, temos alguns polos que são bastante precários em termos de infraestrutura.(D)</p>	<p>[...]Infelizmente o que tem deparado muito é com a falta de estrutura em muitos municípios que prometem quando fazem a convênio, mas não consegue implementar(R)</p>
Gestão	<p>[...] é importantíssimo buscar as parcerias para atender o público alvo que está inserido dentro dos municípios.</p> <p>[...] o polo de EaD deve ser mantido pelo governo do estado ou pelo município.(D)</p> <p>[...]reclamam que o polo está sujo, as máquinas estão estragadas. Isso não cabe a nós, isso é atribuição dos</p>	<p>[...] levar mais a sério a questão dos contratos com esse parceiros. Deixando bem claro com cada um se ele vai conceder a fatia que lhes convêm. (R)</p> <p>[...]acredito que a gente tem que rediscutir com a própria SETEC este papel que tem ficado mais na autonomia dos Institutos. Inclusive na hora da SETEC descentralizar para as prefeituras a gente centraliza mais no instituto pois temos condições melhores de execução</p>

	parceiros.(D) [...]mas ao maior dificuldade realmente é essa interação com o parceiro externo. Que não necessariamente entende a vantagem de ter aquele curso no município dele.(D)	quando for desta natureza. (R)
Tecnologia		[...] tivemos que levar os computadores senão as aulas não começariam. Deparamos com outros problemas como sinal de internet e pagamento de energia. (R)
Institucionalização		[...]para institucionalizar a EaD no estado de Tocantins, temos trabalhado com a busca de parceria com os municípios e dentro dos <i>campi</i> do IFTO. Existe uma discussão de abrir mais polos dentro dos campi ou nos município que fizeram este convênio diretamente com o instituto. (R)

Fonte: pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

Com a nova formatação da escola Técnica Federal para Instituto Federal de Educação aconteça ampliação de modalidades de ensino profissionalizante, sobretudo, do ensino superior e do à distância. Esse novo formato leva o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF a discutir, em 2010, sobre a institucionalização da EaD dentro do Institutos Federais.

Dentre os vários entendimentos que perpassam pelo processo de institucionalização no âmbito das instituições de ensino, três propostas para normatizar a institucionalização da educação a distância nos Institutos Federais de Educação transitaram nos formatos centralizado, descentralizado e semicentralizado. O IFTO optou pelo modelo semicentralizado em maio de 2012, que configura a organização estrutural em dois âmbitos: atividades sistêmicas na Reitoria onde se planeja e orienta a EaD e, as atividades operacionais relacionadas com os cursos no *campus* ofertante.

Devido as especificidades para o atendimento dos estudantes a distância no contexto brasileiro, os modelos propostos pelo CONIF não atenderam alguns *campi*. Um novo formato de modelo, de Câmpus virtual ou Câmpus EaD inicia as discussões do CONIF em 2012. Mediante a essa nova proposta de modelo, os entrevistados do IFTO se contrapõem aos modelos apontando os pontos negativos e positivos de cada.

Ao modelo Câmpus Virtual, os gestores IFTO atribuem novas conquistas relacionadas com equipamentos, apoio financeiro para realização de atividades, contratação de professores

exclusivos para a modalidade,acréscimo de matrículas de estudantes EaD, além de demonstrar ser um modelo de gestão menos centralizado.

Os pontos negativos apontados no modelo semicentralizado advêm do grupo R. Acreditamque o modelo não cumpriu o propósito dele dentro do tempo em relação às normativas escritas,nas formas de execuçãoda EaD, resultando ao *campus* um trabalhado com a EaD nas mesmas premissas do ensino presencial e com formato de gestão centralizada. Mas os favoráveis ao atual modelo, o grupo D, acredita que os pontos negativos do modelo semicentralizado tem sido fruto da inexperiência na execução e manifesta-se favorável a permanência do atual modelo.

Desta forma, conclui-se que, tanto o Grupo D, quanto, o Grupo R acreditam que o modelo semicentralizado comporta as necessidades do Estado.

Quadro 20 – A realidade sobre o Modelo EaD do IFTO

Sub-Categorias	Grupo D	Grupo R
Critério de Oferta	[...]acho que a partir a educação a distância consolidamos e atenderemos nosso papel de levar ensino público gratuito e de qualidade a população desassistida que não esta recebendo esse ensino. (D)	[...]nós temos correntes que dizem que o modelo semicentralizado é o ideal. Mas ao mesmo tempo tem correntes que dizem que não. Que deveria ser aperfeiçoado. (R) [...]se o <i>campus</i> vai atender determinada demanda daquela região naquele município de acordo com sua formação fica mais barato trabalhar na sua regionalidade. (R)
Câmpus Virtual	[...]essa discussão acontece no CONIF, acontece no MEC, na SETEC de um novo modelo para a EaD. Existem algumas propostas, entre elas, aqui se nota-se que, a que tem mais condições de vingar é a chamada Câmpus virtual. É um câmpus de vai funcionar com estrutura basicamente com a de um câmpus normal com seus cargos e funções e vai tá ofertando essa EaD para os Institutos. (D) [...]uma estrutura para ser um campus EaD nos moldes como é permitido com servidores e professores para o EaD pode ser que funcione.(D) [...]o que a gente faz no âmbito do	[...]temos a perspectiva da EaD deixar de ser uma diretoria e passar a ser campus virtual. (R) [...]vamos trabalhar para passar a DEAD de modelo semicentralizado para uma unidade centralizada. Aí estes alunos passariam a serem certificados pelo câmpus virtual. Essa discussão tem sido realizada no colégio dos Dirigentes onde todos os diretores são favoráveis. (R) [...]agora dentro do IFTO estamos caminhando para a institucionalização do modelo semicentralizada para o centralizado. Saindo do perfil onde os <i>campi</i> oferecem os cursos, para o modelo EaD câmpus virtual, onde os cursos serão oferecidos pelo câmpus virtual com a anuência dos <i>campus</i> que são os

	<p>Instituto Federal hoje não vejo como nós criarmos um campi 100% EaD. Qual seria o quadro de servidores, qual seriam os recursos humanos para essa oferta? Vamos suprimir alguns cursos presenciais para possamos destinar essas pessoas para trabalharem no ensino a distância.(D)</p> <p>[...]percebi que os IFs tem várias demandas a ser consolidadas. Eu vejo que o campus que fosse trabalhar estruturado a partir desse modelo teriam principalmente equipamentos, apoio financeiro para realização de atividades, contratação de professores que ficaria exclusivamente para essa modalidade.(D)</p>	<p>criadores, os pais dos cursos. (R)</p> <p>[...] nós nunca conseguimos aprofundar essa discussão. Inclusive se discutiu se o modelo ideal para a EaD era um câmpus virtual. Existe instituto que tem câmpus virtual, outros que a EaD fica na Reitoria e outros que ficam dentro dos <i>campi</i>. A gente não aprofundou esta discussão. Se o modelo do campus virtual é o ideal ou não. (R)</p>
Modelo semicentralizado	<p>[...]sem um aporte maior de infraestrutura, de pessoal e financeira o modelo semicentralizado funciona melhor. Porque se divide a responsabilidade entre Reitoria e câmpus. (D)</p> <p>[...]esse modelo semicentralizado que estamos utilizando hoje. Ele dá certo. O que falta é agente amadurecer o que é oferta da EaD. As pessoas que estão no campus entenderem como isso deve funcionar e participar de modo mais ativo dessa discussão dentro da Diretoria de EaD.(D)</p> <p>[...]dentro do próprio modelo hoje eu não saberia dizer um ponto negativo. O que há são essas pequenas dificuldades, mas com ajustes e com o passar do tempo podemos resolver isso tranquilamente.(D)</p> <p>[...]esse modelo semicentralizado pode vir a melhorar e ser muito bom. Mas nós precisamos de pessoas que sejam engajadas e comprometidas com aquilo que faz. (D)</p>	<p>[...]o modelo semicentralizado na verdade não cumpriu o propósito dele dentro do tempo dele. Saímos de uma estrutura que não tinha nenhum estudo onde a e-Tec era um programa, onde começamos a trabalhar criando normativas pelo meio do caminho fazendo coisas em comum acordo com os institutos mas sem normativas escritas. (R)</p> <p>[...]o modelo que temos hoje precisa ser melhorado em termos de alcance de números. Talvez melhor as tecnologias de comunicação e informação, através de videoconferências, televisão. Precisamos fazer ajustes que não são muito complicados. Mas, esse caminho acredito que seja o mais adequado até que me prove o contrário. (R)</p> <p>[...]prefiro acreditar que seja mais funcional cada <i>campus</i> assumir os cursos seja eles técnicos ou superiores de EaD na forma descentralizado ficando mais leve para que o processo ocorra. (R)</p> <p>[...]a gente entende que a gestão maior ficando na Reitoria, e que cada campus desenvolva os cursos que lhes são peculiares. Vejo que essa forma semicentralizada seja a ideal hoje. (R)</p>
Gestão	[...]o ponto negativo do modelo	[...]sou bem barrerista quanto ao nosso

	<p>atual é o modelo de gestão dentro do IFTO que seria solucionado com o modelo centralizado. Acho que as dificuldades que temos é na forma de executar a EaD.(D)</p> <p>[...]os pontos negativos do modelo semicentralizado tem sido mais fruto da inexperiência na execução dos cursos EaD. (D)</p>	<p>modelo. Pois acredito que estamos bem melhor que muitos. (R)</p> <p>[...]sobre o modelo semicentralizado, esse modelo nos atende dentro do que foi pensado e criado desde de 2009. A gente tem notado que existem alguns problemas. Pois trabalhamos da mesma forma que no ensino presencial. (R)</p>
Institucionalização	<p>[...]a leitura que faço sobre institucionalização é sobre uma estrutura <i>campi</i> a distância. Neste sentido deve passar por uma estruturação inclusive de pessoal, docentes e servidores administrativos trabalhando exclusivamente para a oferta da modalidade EaD.(D)</p> <p>[...]na consolidação desses projetos de modelos no Brasil dentro dos IFs deva ter um plano de criação de <i>campus</i> de EaD para que possa administrar com maior qualidade. Com certeza as nossas matriculas iriam ultrapassar as do ensino presencial (D)</p>	
Pessoal envolvido		<p>[...]por que se criarmos hoje um <i>campus</i> especificamente EaD nos teríamos que ter quadro de professores para isso. Não sei até que ponto o governo está disposto a criar um <i>câmpus</i> EaD, inclusive por causa dos professores que vão ministrar aulas somente nessa modalidade de ensino. (R)</p> <p>[...]automaticamente foi discutido a possibilidade de criar vagas para professor EaD. Sobre esta discussão não temos clareza se vai funcionar bem ou não. Precisamos amadurecer essas discussões. Elas ficaram meio adormecidas até por falta desta informações da SETEC/MEC no sentido de continuar se haverá liberação de código de vagas do EaD. Nós ainda não temos essa clareza. (R)</p>

Fonte: pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

A educação a distância vem a tempos sendo percebida, interpretada e definida por diversos autores e estudiosos. Pretti (2009, p.44) remete à educação a distância como o processo de aprendizagem centrado na relação sujeito que aprende e sujeito que ensina, isto é:

- o sujeito aprendente, com capacidade de “autonomia relativa” (intelectual e moral) e de gerir sua formação;
- em interação com professores, orientadores /tutores, colegas;
- processo de mediatização por um conjunto de recursos didáticos e tecnológicos acessíveis ao estudante;
- apoiado por uma “instituição ensinante” que lhe oferece todo tipo de suporte (do cognitivo ao efetivo), para que se realize a mediação pedagógica, a interação e a intersubjetividade;
- processo este que se realiza principalmente e/ou “a distância”.

Na visão dos gestores do grupo D, a educação a distância ainda sofre preconceitos pela sociedade em geral e por parte de muitos gestores que têm a prática do ensino presencial com deficiências no IFTO. Porém, acredita que deve crescer e ser inserida de forma igualitária aos cursos presenciais no PDI e, o fortalecimento deverá ocorrer através de momentos de troca de experiências entre os atores que praticam o ensino à distância e os que ainda não têm essa prática. Para em seguida traçar caminhos e alternativas para implementar a EaD, tanto para a modalidade a distância, quanto para cursos semi-presenciais e híbridos.

O grupo R afirma que não vê preconceito da EaD nem por parte dos gestores e nem pelos servidores, porque essa é uma realidade da educação. Mas acredita que o MEC deveria fazer uma pesquisa para ver a confiabilidade da sociedade em relação a EaD. O grupo entende que, por conta de fazer o novo o campus tem que racionar e planejar e, desta forma, acredita que outros campi não aderiram a EaD em função do reduzido quadro de servidores e do quantitativo de demandas de políticas governamentais.

Quadro 21 – A percepção dos gestores do IFTO sobre a Educação a Distância

Sub-Categorias	Grupo D	Grupo R
Autonomia		[...] às vezes a gente fica discutindo: “é política do MEC”. O MEC estabeleceu muito bem os números. Mas compete a nós, ao IFTO, ou ao campus definir quais são os cursos. Também não adianta ofertar 2 mil vagas para uma área que não tem demanda. Por mais que o MEC induz por números. (R)

<p>Alternativa para capacitação</p>		<p>[...] não vejo como preconceito por parte dos gestores e nem por parte dos servidores por que essa é uma realidade. Se formos para qualquer um do campus temos muitos servidores fazendo curso na modalidade a distância.(R)</p> <p>[...] possibilidade de criar um mestrado a distância isso mostra que até o MEC e os órgãos mais tradicionais como CAPES dizem que isso é possível. E que tem como controlar a qualidade de um mestrado que antes não era permitido. (R)</p>
<p>Fortalecimento</p>	<p>[...]essa mudança vem no crescente por que tenho procurado interagir, visitado os polos não no sentido de resolver os problemas de lá. Para isso existem as pessoas que praticam essa ação. Mas para a visão e concepção da gestão de como ela deve encarar com responsabilidade o ensino a distância. Hoje tenho a convicção que a EaD deve crescer e ser inserida de forma igualitária aos cursos presenciais no nosso PDI.(D)</p> <p>[...]se tivéssemos um momento de troca de experiências. Quem sabe se marcássemos um encontro para discutirmos a educação a distância em câmpus que não oferecem EaD, levássemos pessoas que fazem esse trabalho para ser discutido no meio de pessoas que não fazem seria de caráter bastante produtivo.(D)</p> <p>[...] acredito que é muito interessante até porque expande as possibilidades de aulas onde os professores podem utilizar de meios visuais e estimular os alunos a estudar em casa e mostrar que esse esforço está ajudando-o na sua formação. (D)</p>	<p>[...] o MEC precisa fazer um levantamento, uma pesquisa para ver a confiabilidade da sociedade em relação a EaD. No momento que a gente começa a formar com qualidade e as pessoas começam a ocupar o mercado de trabalho a gente precisa ver e se remedicionar. (R)</p>
<p>Interação</p>		<p>[...]no Brasil não se discute a educação a distância, mas temos uma grande demanda e temos dificuldades em ofertar. Temos alunos egressos desta modalidade a distância que se tem formando bons profissionais e selecionados em concurso. (R)</p> <p>[...]que têm ocorrido problemas porque</p>

		os colegas na área presencial ainda tem resistência com relação ao ensino a distância. Mas por outro lado percebemos em alguns deles que apresentava a característica mais tradicional, de repente se viu envolvido na EaD e achando a melhor metodologia do mundo utilizando como apoio didático para suas aulas. (R)
Planejamento	<p>[...] você cria um EaD você cria uma autonomia, uma decisão, melhora planejamento e melhora a exclusão.(D)</p> <p>[...]hoje está sendo praticamente imposto essa utilização por conta de nossa situação, mas a partir do inicio do ano pode se fazer um momento maior de discussão na comunidade(D)</p>	<p>[...]para fazer o novo tem que racionar e planejar. Entendo que por isso os campi não aderiram a EaD em função do quadro de servidores e em função do quantitativo de demandas de políticas governamentais. (R)</p> <p>[...]a EaD veio em uma boa hora, mas acredito que temos muito que crescer. Muitas discussões soltas pelo caminho, muitas definições por serem criadas, muitas obrigações que não foram definidas e quem serão os responsáveis por elas. Então temos muito caminho para andar. (R)</p> <p>[...]nós temos que melhorar algumas ações de gestão. E a gente caminha para isso melhorando a estrutura e o quadro de servidores. (R)</p>
Preconceito	<p>[...]sobre a educação a distância, eu falo que uma forma bastante tranquila que ela ainda sofre preconceitos pela sociedade em geral e por parte de muitos de nós gestores que temos a prática do ensino presencial com deficiências. E assim imaginamos que essa deficiência poderá ser acentuada na EaD. (D)</p> <p>[...]eu sou um dos que tinha determinado receio, determinado preconceito com a oferta do ensino a distância. Mudei com visão que mudei radicalmente. Por que o ensino a distância é o processo atualmente que faz com que possamos interiorizar o processo da educação, capacitar as pessoas junto às suas comunidades. (D)</p> <p>[...]ainda não é claro para nós. Precisamos sentar e aproveitar essa</p>	

	<p>experiência que está sendo “meio forçada” para traçarmos caminho e alternativas para implementarmos a EaD. (D)</p> <p>[...]professores alguns acham interessante a metodologia outros criticam e acham que a sala de aula não substitui. (D)</p> <p>[...]hoje está sendo praticamente imposto essa utilização por conta de nossa situação, mas a partir do início do ano pode se fazer um momento maior de discussão na comunidade(D)</p>	
--	--	--

Fonte: pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

A busca de modelo para a educação a distância prevê o fortalecimento da política pública no estado do Tocantins. Neste contexto, percebem-se os diferentes valores das teorias democráticas que, ora os gestores se completam, ora se contrapõem. De acordo com Amorim (2012) os modelos democráticos podem parecer antagônicos, mas por vezes se completam.

Na concepção liberal valoriza-se a proteção dos direitos, da liberdade e da autonomia do indivíduo. Na perspectiva participacionista, defendem-se altos níveis de *inputs* do cidadão no processo de tomada de decisão que, em seu nível extremo, se aproximam da democracia direta. A perspectiva deliberacionista dá importância à existência de espaços próprios e adequados para uma discussão política de qualidade que possa alcançar a deliberação pública entre seus participantes”(AMORIM, 2012, p.33).

Desta forma, o grupo D afirma que para definir a EaD como política de estado é necessário a participação da agenda construída por pessoas que vivenciam a realidade da modalidade para pautar-se da existência do determinado problema no sentido de sensibilizar as pessoas que hoje estão nos níveis mais altos de decisão política.

Uma política de estado se constitui com vários esforços e não com esforços individualizados. Para tanto, o grupo R acredita que a direção *docampus* que oferta a modalidade deve trabalhar o aspecto político entre as instâncias administrativas e com outros *campi*, no sentido de consolidar parceiras e maior envolvimento para acontecer, de fato, a consolidação da política de educação a distância no estado de Tocantins.

Quadro 22 – A realidade sobre o fortalecimento da política pública no Estado

Sub-Categorias	Grupo D	Grupo R
Autonomia		[...]o fortalecimento da política de estado vai além de uma simples estrutura. A direção deste câmpus deverá trabalhar mais politicamente com os estados para consolidar esta parceira. Terá que deixar de ser ofertante meramente técnico para ser um ofertante técnico com viés político. Na verdade é que deveria acontecer com nossos diretores. Ter estes “meio de campo” com a comunidade geral que hoje a gente não tem a autorização para isso, porque estamos submetidos hierarquicamente a instâncias superiores que são quem os responsáveis para fazer de forma direta a parceria com o Estado. (R)
Construção de agenda	[...]entendendo de uma forma geral para se participar de uma política de estado deve ser construir uma agenda. E uma agenda para as pessoas que definem uma política de estado ela se pauta na existência de um determinado problema. As pessoas olham que naquele ponto está nascendo uma demanda, essa demanda ter que ser crescente por parte da sociedade até que chegue nas pessoas que o representam, seja elas, vereadores, deputados, ou seja, de políticas de governos quanto se trata de estados, e na forma ampla de nível de estado no âmbito federal.(D)	
Decisão política	[...]há de se sensibilizar as pessoas que hoje estão nos níveis mais altos de decisão política. Por que é outra discussão que fazemos, pois muitas vezes defendemos que as instâncias devam ser técnicas ou ocupadas por técnicos. Mas nós sabemos que na maioria das vezes, nós, técnicos não implementamos decisões políticas. Isso não faz parte do nosso sistema. Então para que cheguemos lá, há de sensibilizarmos nossos políticos, particularmente, dentro do Ministério da Educação para que tem tenhamos a possibilidade de estar ofertando e ampliando a EaD. E independe do nível, se é médio ou	[...]esse papel de estar aproximando mais dos políticos locais, fazendo o meio de campo é imprescindível para a consolidação da EaD no estado. Mas é o perfil deles. (R) [...]melhorando essa política local de receber os cursos eu acredito que dependendo de algumas regiões a EaD será melhor que o presencial e a tendência do IF é crescer nessas modalidades de ensino.(R)

	curso superior de tecnologia ou licenciatura ou da Rede e-Tec ou UAB.(D)	
Investimento	[...]vejo um sucesso e não só o IFTO, mas de todos os IFs que devem investir porque os que estão menos assistidos no Brasil são as pessoas do interior, do campo. (D)	
Institucionalizada	[...]enquanto não tivermos todos trabalhando no EaD, ela pode ser ser institucionalizada(D) [...]a partir do momento que as pessoas perceberem a real necessidade e da importância dessa modalidade de ensino a distância para o nosso Estado. E que o estado tem um grande volume de pequenas cidades onde as pessoas não tem acesso a nenhuma perspectiva de ensino. Que esse EaD pode ser a salvação na vida de um jovem que tá ali sem saber o que fazer. Aí sim acho que estaria institucionalizado. (D)	[...]hoje temos vários esforços individuais que estão tentando fazer crescer e contagiar, mas não chega ao nível de uma institucionalização.(R)

Fonte: pesquisa semi-estruturada realizada com diretores e reitores – período de 29/01 a 29/03/2013.

Por conta da diversidade de temas tratados ao analisar a percepção dos gestores do IFTO sobre a EaD, o método de análise utilizado foi o de conteúdo de Bardin (1997). Para melhor entender as falas, o discurso, o conteúdo das respostas dos gestores houve a necessidade de “classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um regrupamento baseado em analogias” (FRANCO, 2012. p.63).

A partir das respostas analisadas que refletiu-se um expressivo quantitativo de subcategorias sobre as necessidades da educação a distância percebe-se que uma política educacional para ser institucionalizada tem que ser de interesse de todos os envolvidos. Sander (2005, p.74) afirma que “esse negócio só será um negócio bom e relevante se for bom e relevante para todas as partes envolvidas, sejam elas países, comunidades locais, organizações ou cidadãos individuais”.

3.5 A Educação a Distância do IFTO sob a perspectiva dos gestores do IFTO/EaD e gestores da Rede e-Tec Brasil

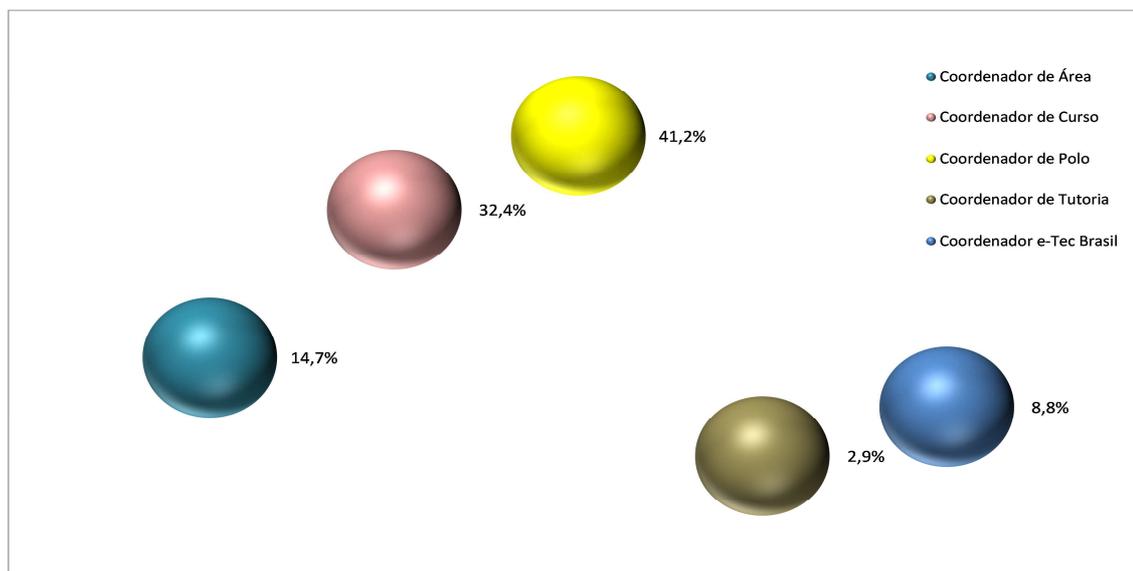
Na análise sobre a educação a distância no IFTO, sob a perspectiva dos gestores do Instituto, somente nove cursos técnicos registram a modalidade à distância de forma semipresencial. Modelo didático onde 80% das atividades da modalidade são a distância através de instrumentos tecnológicos como plataforma moodle, páginas web, e-mail, fórum, entre outros e 20% das atividades ofertadas de forma presencial nos polos de apoio presencial.

O formato do gestor administrativo nos locais da oferta do curso influencia na escolha do método de pesquisa que busca dados para a descrição da realidade dessa política pública. A proposta de conhecer a EaD “em suas diferentes dimensões intrínsecas, bem como compreendê-la nos contornos que a cercam” (SAUL, 2010, p.72) implica no conhecimento do saber dos coordenadores de polo de apoio presencial localizados em quinze diferentes municípios do estado do Tocantins.

E ainda, os coordenadores dos cursos e das áreas de ensino localizados em três campi distintos, os coordenadores da Rede e-Tec Brasil e coordenadores de Tutoria que desenvolvem suas atividades no prédio da Reitoria IFTO.

Com o intuito de obter um maior número de participações optou-se pelo método de enviar questionário para a lista de e-mail. Assim, 35 coordenadores receberam um questionário com dezesseis questões acompanhado de uma mensagem explicativa sobre o motivo da pesquisa, a forma de participação e envio do questionário em formato de resposta e, sobretudo, quanto ao resguardo do sigilo da identificação dos participantes.

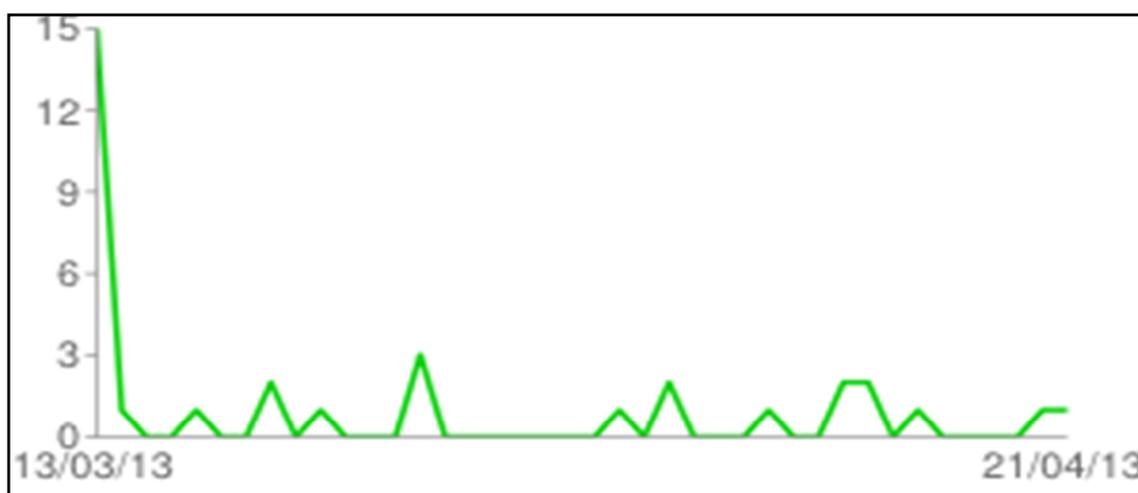
Para melhor entender as respostas contempladas, a pesquisa necessita de uma população representativa. Desta forma, os atores da EaD foram representados na sua totalidade pelos profissionais, sendo que 41,2% constitui-se de coordenadores de polo, 32,4% de coordenadores de curso e 14,7% de coordenadores de área do eixo tecnológico. Em nível menor de representatividade na educação a distância estão os coordenadores da Rede e-Tec Brasil com 8,8% e os coordenadores de tutoria com 2,9% .

Gráfico 4 - A população representativa da pesquisa no formato *Google Docs*

Fonte:Googledocs – Pesquisa realizada entre 13março a 21 de abril 2013.

A coleta de dados online, através do instrumento de pesquisa gratuito, o Google docs teve início no dia 13 de março de 2013, data do envio para as caixas de mensagem dos coordenadores envolvidos com educação à distância no IFTO. É fundamental destacar que o período de recebimento das respostas foi monitorado pela ferramenta de frequência do próprio questionário. Nos períodos onde as respostas encontravam-se em baixa e na tentativa de fazer todos participarem, a pesquisadora entrou em contato com os pesquisados, informando sobre a importância da participação no processo de construção da crítica da realidade sobre a institucionalização da EaD no IFTO.

Gráfico 6: Número de respostas diárias



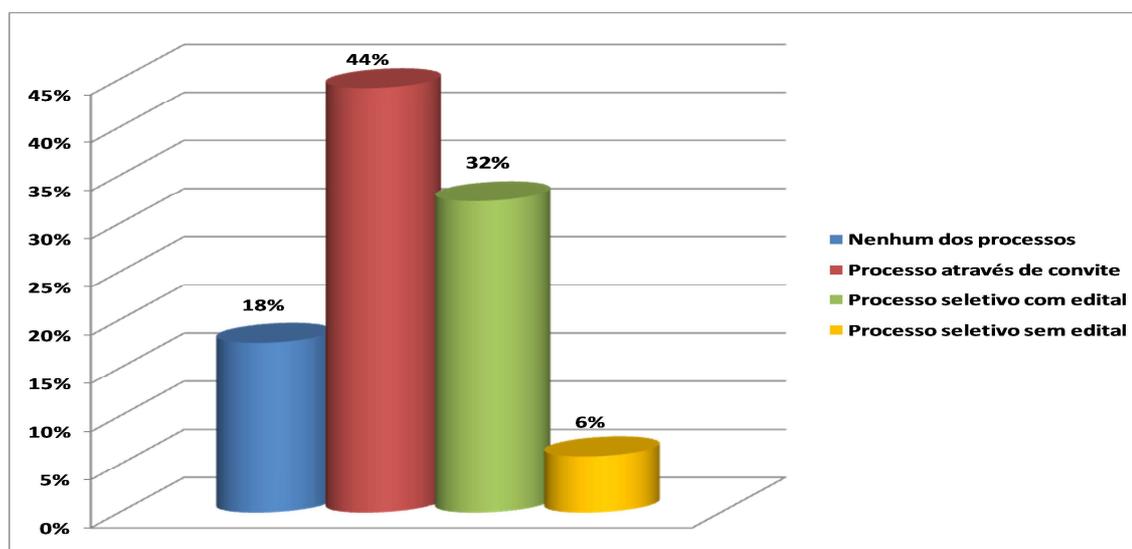
Fonte:<https://docs.google.com/forms>

No primeiro intervalo registrado a ferramenta de comunicação utilizada foi o telefone. Privados pelo sigilo sobre as respostas já obtidas, todos os coordenadores receberam a ligação telefônica em esclarecimento e agradecimento à participação na pesquisa. A partir dessa iniciativa foi constatado que alguns não haviam respondido devido à exclusão dos questionários, por engano, de sua caixa de mensagem. E outros que não haviam tido tempo disponível para atender à solicitação, justificado pelo quantitativo de mensagens que chegavam diariamente em seus endereços eletrônicos, inclusive de pesquisas *online* de discentes de pós-graduação.

No segundo e último intervalo sem respostas foi enviado e-mail informando que alguns ainda não haviam reenviado o questionário. Neste momento percebeu-se a dificuldade de algumas localidades em relação à velocidade e acesso a internet. Contudo, no intervalo de trinta e oito dias, obteve-se 34 respostas dos 35 questionários enviados. Destes, somente a coordenadora do curso Técnico em Secretariado, no caso, a pesquisadora, não participou do processo.

No questionário, além das questões que envolvem diretamente a política de educação a distância, a pesquisa direcionou três perguntas sobre a forma de envolvimento dos gestores com a modalidade, na tentativa de entender essa relação EaD e IFTO. Desta maneira, buscou-se verificar esclarecimentos de como aconteceu o processo de envolvimento com a modalidade a distância, que tipo de ligação tem esses atores com o ensino a distância, quanto tempo atuam na EaD.

Gráfico 7 - Processo de envolvimento dos gestores com a EaD

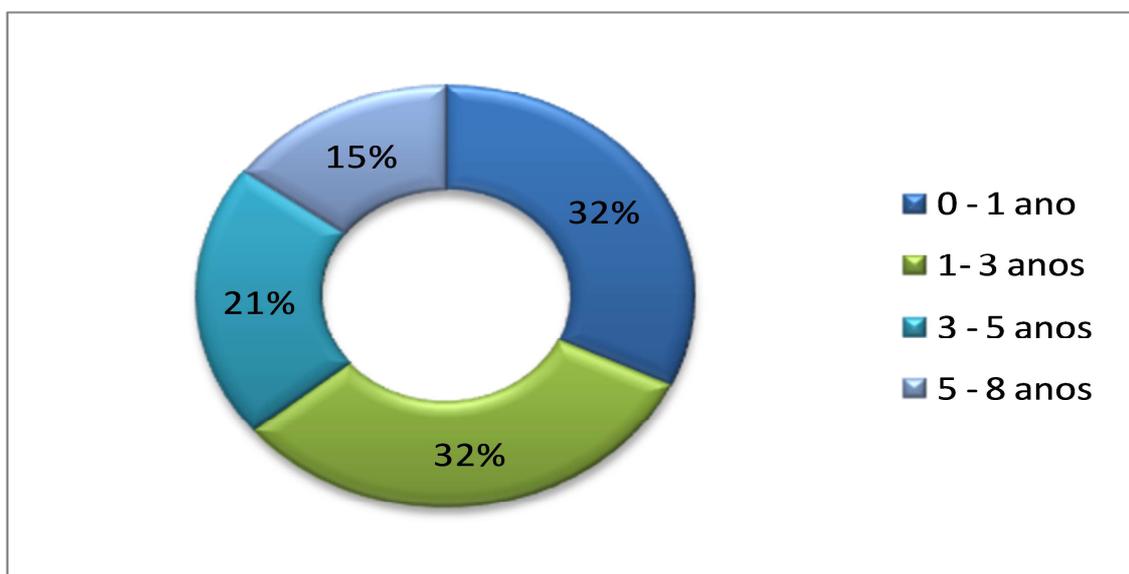


Fonte: Google docs – Pesquisa realizada entre 13 março a 21 de abril 2013.

Desta forma, foi constatado que o processo de envolvimento dos gestores EaD do IFTO acontece na maior parte através de convite. Assim, 44% dos coordenadores vieram fazer parte da educação a distância através de convite, sendo que 32% dos coordenadores estão na EaD porque participaram de editais, 6% passaram por um processo seletivo mas não participaram de editais e 18% dos coordenadores acreditam que seu envolvimento não aconteceu por nenhum desses processos.

Para entender melhor o tempo de envolvimento dos gestores com a EaD no IFTO é necessário elucidar que o Instituto Federal de Educação Profissional do Tocantins iniciou a oferta de ensino profissional técnico à distância no ano de 2009, através da Rede e-Tec Brasil. Neste contexto, pode se perceber que 85% dos coordenadores registram envolvimento após a primeira reoferta dos cursos técnicos à distância. Destes, 32% estão no intervalo de 1 a 3 anos de envolvimento, 32% tem menos de 1 ano de envolvimento e 21% no intervalo de 3 a 5 anos e 15% dos coordenadores já participavam da EaD antes da abertura dos cursos à distância, pois tem registro de envolvimento entre 5 a 8 anos.

Gráfico 8 - Tempo de envolvimento dos coordenadores com a EaD



Fonte:Googledocs – Pesquisa realizada entre 13março a 21 de abril 2013.

Com o propósito de entender a mensagem que constitui o pensamento crítico dos coordenadores foi combinado a proposta de análise de conteúdo de Bardin (1997) com o método de Likert (1932) onde observa-se o nível de frequência medidos pela satisfação ou concordância dos coordenadores da educação a distância no IFTO.

Para tanto, serão apresentados de forma sistemática quatro indicadores que analisados e observados pode-se constatar os níveis de frequência das respostas, medidos pela satisfação ou concordância. De acordo com Bardin (1997, p. 38) citado por Franco (2012, p.26) “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos, ou não)”.

A Tabela 1 que trata da oferta da EaD no IFTO inicia com o questionamento sobre o posicionamento em relação a oferta do ensino a distância no âmbito do IFTO.

Tabela 1 - Oferta da EaD no IFTO

Questões avaliadas	Serie	Favorável	Totalmente favorável	Indiferente	Não favorável	Totalmente Desfavorável
Os Institutos Federais de Educação, aqui representado o IFTO, vem tradicionalmente ofertando o ensino presencial. Qual seu posicionamento sobre a oferta do ensino a distância no âmbito do IFTO?	1	32,4%	67,6%	0,0%	0,0%	0,0%
Na Rede há duas possibilidades de oferta da EaD, a Universidade Aberta(UAB) que propõe cursos de licenciatura, extensão e pós graduação e a Rede e-Tec Brasil proponente de cursos técnicos e tecnólogos à distância. A missão do IFs, Lei 11.892/2008, inclui cursos de licenciatura e programas de formação pedagógica para a educação profissional no formato presencial. Concorda que o IFTO deva ofertar também cursos superiores e pós graduação no formato a distância?	2	47,1%	52,8%	0,0%	0,0%	0,0%
O IFTO oferta o ensino a distância em cursos técnicos desde 2009. Esse formato a distância deve acontecer também na forma semi presencial ou online nos cursos presenciais?	3	58,8%	35,3%	0,0%	5,9%	0,0%
A EaD da Rede e-Tec Brasil do IFTO utiliza a metodologia de ensino através da Internet(plataforma moodle), cadernos impressos e encontros presenciais. Para a consolidação da EaD no IFTO seria necessário adequação de outra metodologia?	4	38,2%	26,5%	23,5%	11,8%	0,0%
Para abertura e oferta de cursos EaD e implantação de polos de apoio presencial deve haver participação dos gestores EaD do IFTO no estudo da demanda das necessidades locais e regionais?	5	38,2%	58,8%	0,0%	2,8%	0,0%

Fonte:Googledocs – Pesquisa realizada entre 13março a 21 de abril 2013.

A partir dos percentuais obtidos, é possível perceber que todos estão de acordo com a oferta da modalidade em uma Instituição que traz um tradicional histórico presencial. Os números mostram que 67,6% dos gestores EaD demonstram serem totalmente favoráveis e 32,4% relataram serem favoráveis quanto à oferta da modalidade à distância.

O posicionamento dos coordenadores sobre a oferta da EaD pelo IFTO pode ser comprovado quando 58,8% declaram serem favoráveis para que o formato da educação a distância aconteça também no modelo didático semipresencial ou *online* nos cursos presenciais e 35,3% afirmam serem totalmente favoráveis. Sobre a oferta de cursos superiores e pós graduação no formato à distância 52,8% são totalmente favoráveis e 47,2% são favoráveis a essa nova formatação de oferta de ensino para o IFTO.

Para a oferta dos cursos a distância os gestores foram questionados sobre a atual metodologia de ensino. Constatou-se que os gestores são favoráveis à adequação de outra metodologia, sendo que 38,2% manifestaram favoráveis e 26,5% totalmente favoráveis. Atualmente, a operacionalização da metodologia de ensino da Rede e-Tec Brasil utiliza a Internet (plataforma *moodle*), material impresso e exige-se do estudante 20% de presencialidade. Nos cursos presenciais utiliza-se a plataforma *moodle* para complementação de aulas. Da totalidade dos participantes 23,5% mostram-se indiferentes quanto a outra metodologia e, 11,8% não são favoráveis às novas metodologias, o que indica falta de consenso em torno da temática.

O que pode ser o reflexo do alto percentual sobre a necessidade de uma gestão participativa. Sendo que 58,8% são totalmente favoráveis e 38,2% são favoráveis à gestão participativa, tanto no momento do estudo da demanda das necessidades locais e regionais para a oferta do ensino à distância, quanto na implantação dos cursos e polos.

Tabela 2- A regulamentação da EaD no IFTO

Questões Avaliadas	Série	RESPOSTAS				
		Concordo	Concordo totalmente	Não concordo/Nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
Os documentos institucionais do campus (PDI, PPP, PPC) favorecem a oferta e o fortalecimento da política pública EaD?	1	41,2%	17,7%	17,7%	14,7%	8,8%
Existe clareza nas diretrizes para o funcionamento da educação a distância no IFTO?	2	29,4%	20,6%	29,4%	11,8%	8,8%
O processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da EaD do IFTO deve acontecer de maneira coletiva e participativa pelos atores internos e externos envolvidos na EaD do Tocantins?	3	35,3%	64,7%	0,0%	0,0%	0,0%
Os documentos federais traduzem as necessidades da oferta da política pública EaD no IFTO?	4	40,0%	20,0%	23,3%	10,0%	6,7%
A normatização de documentos e da informação advindas da DEAD do IFTO atende as necessidades do campus ofertante?	5	47,1%	11,8%	23,5%	11,8%	5,9%

Fonte: *Googledocs* – Pesquisa realizada entre 13 março a 21 de abril 2013.

Para a institucionalização da política pública dentro do Instituto é determinante conhecer as normas e regimentos que orientam a oferta da modalidade no que tange o processo de formatação das normas e a clareza deste regulamento para as especificidades da modalidade.

Diante dos aspectos mencionados no processo de regulamentação da educação a distância, no contexto da educação profissional, percebe-se que os anseios dos gestores são atendidos de forma parcial. Sobre a normatização de documentos e de informação que partem da Direção da EaD do IFTO para atender às necessidades do *campus*, 47% concordam e

23,5% ficaram indecisos. Quando questionados sobre a clareza das diretrizes para o funcionamento da EaD, no IFTO, 29,4% concordam que existe clareza, 20,6% concordam totalmente, contudo, 29,4% ficaram indecisos. Em relação aos documentos governamentais traduzirem as necessidades da oferta da EaD, 40% concordam, 20% concordam totalmente e 23,3% não souberam dizer. Ressalta-se a completa aceitação de que o projeto político-pedagógico da EaD seja construído coletivamente, onde 64% concordam plenamente e 35,3% concordam. No entanto, esta metodologia não está explicitada no PDI da Instituição.

Para compreender melhor a funcionalidade da educação a distância é essencial buscar compreender fatores de organização física e, sobretudo sobre a gestão. Nesta perspectiva busca-se informações junto aos gestores quanto ao nível de concordância sobre a estruturação da gestão da EaD do IFTO nas questões relacionadas as tecnologias, as parcerias, a infraestrutura, a equipe e o modelo decisório.

Tabela 3- A estrutura da Gestão EaD/IFTO

Questões avaliadas	Série	RESPOSTAS				
		Concordo	Concordo totalmente	Não concordo/ Nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
Atualmente a gestão da EaD no IFTO é composto pelo Diretor EaD, pelos coordenadores geral e adjunto e-Tec Brasil, pelos coordenadores de polo, de tutoria, de curso e de área. A equipe de gestores da EaD do IFTO é suficiente para a oferta da modalidade?	1	50,0%	32,4%	5,9%	8,8%	2,9%
O espaço físico da EaD no IFTO é adequado para a oferta da modalidade?	2	32,4%	5,9%	20,6%	32,4%	8,8%
As tecnologias e a comunicação são adequadas para a oferta da modalidade a distância?	3	44,1%	8,8%	11,8%	32,4%	2,9%
O sistema de parcerias com o estado e município auxilia na oferta da modalidade a distância no Tocantins?	4	50,0%	20,6%	14,7%	14,7%	0,0%
Nos princípios da gestão democrática, as decisões são elaboradas e executadas de forma participativa e responsável. O modelo de gestão adotado pela EaD do IFTO segue estes princípios?	5	47,1%	14,7%	23,5%	11,8%	2,9%

Fonte: Google docs – Pesquisa realizada entre 13 março a 21 de abril 2013.

Desta forma o maior índice de concordância, 50% das opiniões oscilaram entre a questão relacionada com o tamanho da equipe gestora EaD e a necessidade de parcerias para a oferta da modalidade. Quanto à composição da equipe gestora, 50% concordam e 32,4% concordam totalmente que a equipe é suficiente para a organização da oferta da modalidade. Sobre o auxílio das parcerias na oferta da EaD 50% concordam e 20,6% concordam totalmente quanto à importância desses parceiros. O que se percebe que a essência da

formação e do tamanho da equipe está na consolidação das parcerias entre a União, Estado e Município.

O que pode induzir os gestores a pensarem que a gestão do EaD no IFTO segue os princípios da gestão democrática. Neste sentido, 47,1% concordam que o modelo de gestão adotado está nos princípios da gestão democrática, em contrapartida, 23,5% não concorda ou nem discorda da forma de gestão. Esse silêncio dos gestores leva a crer que embora trabalhem com uma política pública desconhecem seus princípios.

Muito embora 44,1% concordam que a tecnologia e a comunicação são adequadas para a oferta da EaD, um índice muito próximo de 32,4% dos gestores discordam e 11,8% não concorda e nem discorda sendo imparciais na discussão da realidade da EaD.

O que pode ser estendido à questão sobre a infraestrutura, onde o mesmo percentual de opiniões, 32,4% concordam que o espaço físico é adequado e outros 32,4% discordam e 20,6% não concorda e nem discorda. Neste sentido, entende-se que os gestores devam ter em mente modelos estruturais inovadores que possam liberar os gestores da obrigatoriedade de estarem em um lugar definido numa hora determinada.

Indagações como estas proporcionam a busca de respostas para o modelo de educação a distância no IFTO. O modelo da EaD adotado pelo IFTO comporta uma estrutura semicentralizada com atividades sistêmicas na Reitoria e a outra parte das atividades, a organização e estruturação dos cursos, na coordenação dos eixos tecnológicos no *campus* ofertante.

Tabela 4- O modelo da EaD no IFTO

Questões avaliadas	série	RESPOSTAS				
		Favorável	Totalmente favorável	Indiferente	Não favorável	Totalmente desfavorável
Atualmente a EaD está estruturada em um modelo semi centralizado. As atividades sistêmicas e a DEAD estão na Reitoria e a organização dos cursos dentro as áreas e diretorias de ensino do campus. O modelo EaD deve ser constituído dentro dos parâmetros e normativas do ensino presencial?	1	26,5%	17,7%	17,7%	29,4%	8,8%
A EaD deve constituir-se em moldes próprios e campus próprio?	2	38,2%	35,3%	5,9%	14,7%	5,9%
Toda equipe de gestores, professores e técnicos da EaD deve fazer parte do quadro de servidores efetivo do IFTO?	3	14,7%	14,7%	17,7%	47,1%	5,9%
A forma de reconhecimento pelas atividades exercidas na EaD, através de bolsas, para o servidor efetivo é a ideal?	4	50,0%	20,6%	14,7%	11,8%	2,9%

Fonte: Google docs – Pesquisa realizada entre 13março a 21 de abril 2013.

Neste contexto, para o modelo EaD constituído dentro dos parâmetros e normativas do ensino presencial 29,4% não são favoráveis e 8,8% são totalmente desfavoráveis. Contudo 26,5% dos gestores são favoráveis e 17,7% totalmente favoráveis. Também não pode deixar de ser registrado que 17,7% são indiferentes ao modelo apresentado aos IFs, em 2010, pelo CONIF.

Neste sentido 38,2% são favoráveis e 35,3% são totalmente favoráveis que a educação a distância seja constituída em um modelo com moldes próprios e *campus* próprio. Somente 14,7% dos gestores não são favoráveis a um modelo que diferencia do já existente.

Ao tratar da forma de incentivo e reconhecimento dos profissionais pelo trabalho na educação a distância, fundamentado na Resolução nº6/2012, onde estabelece orientações e diretrizes para o apoio financeiro às instituições participantes da Rede e-Tec Brasil, 50% dos gestores manifestaram-se favoráveis e 20,6% totalmente favoráveis à bolsa como forma de reconhecimento pelas atividades na EaD. Destes, 14,7% foram indiferentes e 11,8% não favoráveis, e um índice de 2,9% foram totalmente desfavoráveis.

Quanto à organização estrutural da equipe EaD (gestores, professores e técnicos) serem servidores da Rede Pública Federal, a maioria dos gestores, 47,1% não manifestaram-se favoráveis. Os indiferentes a essa formação estrutural constituíram-se em 17,7% dos gestores. Contudo, 25,4% acreditam que a equipe gestora deva fazer parte do quadro efetivo do IFTO. Destes, 14,7% são favoráveis e, em número igual totalmente favoráveis.

Um fato importante para ser ressaltado é que dos profissionais entrevistados somente os coordenadores de área não têm remuneração consignada ao orçamento do FNDE. Os coordenadores de polos são os únicos profissionais que não são servidores da Rede Federal, são vinculados à esfera municipal ou estadual, os parceiros do IFTO na oferta dos cursos técnicos da Rede e-Tec Brasil.

3.6 A visão participativa nos fóruns de discussão dos gestores do IFTO/EaD e gestores da Rede e-Tec Brasil sobre a institucionalização da EaD no IFTO

Ainda como proposta de discussão em conhecer a real necessidade sobre a institucionalização da EaD no IFTO foi indispensável propor uma ferramenta dialógica para

registrar a descrição interpretativa da crítica da realidade sobre o que pensam os gestores que conduzem a educação a distância no contexto profissional do IFTO.

Para organizar e sistematizar as percepções, experiências e anseios dos participantes foi aberto um fórum de discussão dentro da disciplina “A educação a distância no IFTO” no ambiente virtual da educação a distância do IFTO, no *moodle*, <<http://ntead.ifto.edu.br/ead/>>, no dia 02 de abril de 2013, com um intervalo de 90 dias para a interação dos gestores.

The screenshot shows a Moodle course page titled "Educação a Distância no IFTO". The main content area displays a forum post with the following text:

Seja bem vindo ao Fórum de Educação a Distância no IFTO

Olá Gestores EaD,

A proposta deste fórum é ter um espaço onde possamos discutir a institucionalização da educação a distância dentro do Instituto Federal de Educação - IFTO. De forma que poderemos registrar nossas experiências, dúvidas, melhorias e opiniões relacionadas com a política pública educação a distância dentro do Instituto e, consequentemente, dentro do estado de Tocantins.

Vamos interagir por um período de 60 dias. Não deixem de participar! É muito importante sua contribuição.

Profª Magali - mestranda pela FE/UnB

Glossário EaD

02 de abril a 02 de julho

Fórum "A educação a distância no IFTO"

Figura 11 – Página inicial do ambiente utilizado para a crítica da realidade
Fonte: <http://ntead.ifto.edu.br/moodle2/login/index.php>

A proposta do fórum através do *moodle* não se deu como uma escolha alienatória. Pensou-se numa forma de facilitar a participação dos envolvidos já que todos mantinham suas inscrições no ambiente como coordenadores ou professores formadores. Considerando importante a participação de todos os atores envolvidos na educação a distância, do IFTO, o convite foi direcionado aos quarenta e um gestores, no entanto, foram inscritos vinte e oito e na discussão da real situação da EaD participaram vinte e quatro coordenadores.

Para estimular a participação, os inscritos receberam uma mensagem sobre a proposta do fórum, da pesquisadora e coordenadora do curso Técnico em Secretariado na modalidade à distância.

Mensagem enviada: quarta, 3 abril 2013 - 08:49

Bom Dia Gestores EaD. A partir de hoje está aberto um fórum que tem como proposta discutir a institucionalização da educação a distância dentro do Instituto Federal de Educação-IFTO. Vamos interagir no sentido de registrarmos nossas experiências, dúvidas, melhorias e opiniões relacionadas com a política pública educação a distância dentro do Instituto e, conseqüentemente, dentro do estado de Tocantins. Não deixem de participar! É muito importante sua contribuição. Prof^a Magali - mestranda pela FE/UnB.

Pressupondo que para o início de um pensamento crítico exista a necessidade de orientação, a questão inicial definiu a problemática sobre a institucionalização da EaD no IFTO. Procurando atender ao paradigma de que o avaliador assume o papel de coordenador das ações para estimular a iniciativa do grupo na recondução do programa, durante as discussões as intervenções aconteceram no sentido de promover um debate “que favoreça o diálogo, a discussão, a busca e a análise crítica sobre o funcionamento real do programa” (SAUL, 2010, p.68). Várias mensagens foram enviadas através dos e-mails aos participantes inscritos no intuito de informar o caminho para entrar na discussão, provocar discussão e prazos de encerramento do fórum.

De maneira descentralizada, temas como gestão de recompensa; qualidade de ensino; gestão participativa e práticas educacionais; gestão de documentos e tutoria presencial conduziram distintas formas de pensamentos na busca de propostas para modelos educacionais de educação a distância para a efetivação da política pública no âmbito profissional tecnológico. O que proporcionou a análise de conteúdo pelo processo de impregnação.

O processo consistiu em diversas leituras dos textos buscando identificar temas emergentes, categorias e subcategorias comuns para determinar os blocos de assuntos. Para manter o sigilo da identificação das falas dos atores optou-se pela letra “A” para coordenadores de área, letra “C” para coordenadores de curso, letra “E” para coordenadores da Rede e-Tec Brasil, letra “P” para coordenadores de polo e letra “T” para coordenadores de tutoria.

Em seus argumentos sobre como melhorar os modelos de gestão, Moran (2011) orienta que no Brasil muitas instituições se encontram na etapa de conhecer o processo de EaD. E nestes termos, muitos pensamentos críticos direcionaram para a necessidade de maior comprometimento dos profissionais envolvidos com a política da educação a distância no

IFTO. Alguns acreditam que a forma de recompensa através de bolsas pode influenciar as ações dos atores envolvidos:

[...] para que a política pública "educação a distância" ser institucionalizada é necessário uma maior participação dos profissionais da educação, pois vejo que muitos só estão por uma complementação salarial, não por acreditar nesse "novo" formato de ensino. (C)

[...]nem todos cumprem com efetividade o compromisso assumido, muitos profissionais deixam a desejar, talvez pelo fato de ser uma bolsa. (P)

[...]enquanto for apenas complementação salarial para muitos dificilmente teremos excelentes resultados. (C)

[...] os profissionais não vestem a camisa dessa modalidade e a tratam como um "bico", de forma despreocupada e deixando de obedecer às normas e calendários. (C)

Dentro do processo emancipatório, a criação coletiva constitui o confronto dos métodos com os objetivos educacionais desejados. Saul (2010, p.61) orienta que “a partir de então, incursiona-se por caminhos mais profundos e complexos, que envolvem a programação, a organização educacional [...] procurando compreendê-los e explicá-los na trama de ambiente educacional e dos contornos sociais. Neste sentido, surgem propostas para a gestão de recompensas dos atores envolvidos na EaD:

[...] tirar a bolsa não seria adequado, acredito que um controle maior das ações que são desenvolvidas pelos profissionais sim, surtiria muito mais efeito. (P)

[...] o pagamento de bolsas fosse por etapas cumpridas. Cumpriu-se determinada etapa com qualidade, recebe. Não cumpriu, não recebe. (T)

Também não houve divergência de opiniões dos participantes em relação às questões sobre planejamento e gestão da educação a distância. Para garantir a qualidade no processo ensino aprendizagem algumas atribuições foram direcionadas para a necessidade de uma gestão comprometida, compartilhada e sem distância:

[...] seria significativo que gestores, diretores e demais pessoas envolvidas elencassem maior importância para a qualidade ao invés da quantidade, então, organizar, planejar ações que venham sanar primeiramente os problemas existentes. (P)

[...] a educação a distância é um processo inevitável, contudo padece por não ter um planejamento macro e articulado com as demais atividades do IF (C)

[...] nota-se que houve avanços e consolidações em relação ao oferecimento de oportunidades ao acesso à educação pública diferenciada a sociedade, porém todos os segmentos deveriam ter um olhar mais crítico, mais responsável e maior comprometimento em garantir qualidade do processo educacional de forma geral. (P)

[...] a educação a distância é uma ótima opção para quem não tem oportunidade, mas vejo que ainda tem muito que melhorar em relação ao apoio aos estudantes, muito desinteresse por parte dos gestores. (C)

[...] para o bom andamento de qualquer instituição, quanto mais na educação à distância a comunicação e a falta de comunicação produz sim, consequências diversas. E isto reflete no ensino e aprendizagem, no sucesso escolar do aluno e na permanência deste aluno nos estudos e porque não falar também no sucesso do professor e toda a equipe de trabalho. (C)

[...] é necessário rever a postura da coordenação, pois temos sofrido muito no polo por causa da postura de alguns coordenadores que deixam de realizar as suas atribuições. (P)

[...]se todos esses sujeitos responsáveis pela organização, administração e ensino não cumprirem seu papel, não há como processo de ensino- aprendizagem acontecer com qualidade. (T)

[...]há alguns pontos a serem melhorados dentro do IFTO em relação a EaD, como por exemplo, o compromisso por parte de alguns servidores que "assumiram" compromisso com o processo ensino-aprendizagem de nossos cursistas. (P)

E nesta consciência crítica os coordenadores de polo de apoio presencial efetivam seu descontentamento em relação às “distâncias que por vezes existem entre as propostas e as ações de uma organização”(SAUL, 2010, p.60) no que concorda com Moraes (2010, p.58) quando fala de educação formalizada “ submetida a controles administrativos, centralizados. Assim, pode-se dizer que o conhecimento é objetivado pela administração e pelos organizadores do ensino”.

[...]a não participação dos coordenadores de polo e tutores presenciais nos processos decisórios, junto à Coordenação Geral e mesmo junto a seus pares. Não existe um momento sequer para trocar experiências, fazer críticas e reavaliar condutas e procedimentos com a participação de todos os coordenadores. (P)

[...]nós que estamos na ponta somos os que mais sofrem com as consequências de algumas ações em que não fazemos parte na hora das tomadas de decisões.(P)

[...]na minha opinião, os cursos EaD perdem significativa qualidade à medida em que não existe interação de fato entre seus agentes internos e externos.(P)

[...]merece destaque a comunicação/integração entre os atores das esferas municipal, estadual e federal deixando a desejar em alguns pontos, como *feedback* entre alunos, tutores, professores, diretores, coordenadores, gestores e técnicos em geral. Algo que facilitaria e melhoraria os resultados como um todo. (P)

[...]acredito que o coordenador de curso, não deve ser um servidor cheio de outros compromissos. O polo necessita de um coordenador de curso que acompanhe o curso como um todo, que realize e monitore o planejamento e desenvolvimento das ações junto aos professores e tutores à distância, que se envolva com alunos e coordenação de polo, que acompanhe e supervisione as atividades de tutoria, as atividades dos professores.(P)

Para Preti (2010) torna-se sem sentido falar em distância no campo da comunicação quando as tecnologias permitem os diálogos e a interação entre pessoas em tempo real e Moran (2011, p.66) afirma a necessidade de planejamento bem elaborado, mas sem rigidez excessiva na oferta da EaD [...] “precisamos aprender a equilibrar o planejamento e a

flexibilidade - que está ligada ao conceito de liberdade, de criatividade [...]. Com a organização, buscamos gerenciar as divergências, os tempos, os conteúdos e os custos, estabelecemos os parâmetros fundamentais.”

Em relação a normatização da EaD, as críticas dos gestores sobre a organização da modalidade não são perceptíveis quanto à documentação para legitimar a institucionalização da EaD, mas as formas com estes documentos estão apoiando a política pública:

[...]que há falta de consenso e comprometimento entre os órgãos e políticas públicas com relação algumas questões básicas essenciais, isto é, seguir os prazos estabelecidos de acordo com o cronograma e documentos.

[...]percebi que o e-Tec não é bem acolhido por um grupo ou maioria (não sei bem), parece que existe uma resistência em aceitar. Acredito que isto envolve a política pública. Foi triste verificar isto, pois para nós aqui no polo, não vemos assim. Porém, há uma separação entre o presencial e o a distância. (P)

[...] documentos têm. Pra que documento mais norteador do que a ODP? Acredito que são particularidades dos cursos. Porém, mais ainda é a falta de uma Gestão participativa. (P)

[...] faz-se necessário organização em termos de recursos financeiros para que o cronograma de aulas presenciais seja cumprido. (C)

[...] não adianta haver regras se o cumprimento dessas não é acompanhado. Para que o estudante receba em seu município uma aula de qualidade é preciso todo um trabalho de equipe. Considero que essa equipe começa com os servidores da rede e-Tec, no Mec, e vai até o tutor presencial, que é quem tem “último” contato com o estudante. (T)

Preti (2009, p.116) afirma que a “legislação educacional é resultado de pressões sociais, em particular da comunidade educativa, em defesa da democratização da educação em confronto com os interesses de outros grupos".No sentido de justificar os conflitos existentes entre a legislação e o que a sociedade deseja, acabam por definir como política educacional espaços onde surgem movimentos e organizações buscando alternativas.

Desta forma, os participantes viram no fórum oportunidade para que pudessem tratar de outro assunto pertinente às instituições de apoio de ensino à distância, os polos de apoio presencial. Na forma de um novo tópico,os questionamentos buscavam alternativas para o gerenciamento da tutoria presencial, para a necessidade de normativas em estabelecer a proporção de tutoria à quantidade de estudantes matriculados nos cursos e,ainda, a qualidade do ensino. Neste tópico houve participação somente dos representados pela letra P:

[...] tutores deveriam ser relacionadas com o número de cursos e dois por cursos. Desde 2009 temos tido a oportunidade de trabalhar com dois tutores por curso. Trabalhar com tutores por número de alunos, digo com certeza, a experiência baixou a nossa qualidade na promoção do ensino e aprendizagem. (P)

[...] um acompanhamento e monitoramento de perto junto aos alunos cria-se uma afetividade entre aluno e tutor, pois o tutor passa a conhecer o aluno e o aluno conhece seu tutor e isto favorece o ensino e aprendizagem. (P)

[...] ele não tem mais uma turma de referência, atende todas as turmas e cursos. E com certeza um curso fica a desejar. (P)

[...] houve uma queda no rendimento e participação dos alunos nas atividades depois da readequação do MEC. Os que ficaram não estão conseguindo acompanhar todas as turmas e dependência só com vinte horas não dá tempo. (P)

[...]outra situação é que o polo também não fica a disposição dos alunos nos três turnos. Aqui atendemos no período matutino e noturno. Mas temos um número alto de alunos que moram na zona rural e quando tem uma carona na semana vem à cidade e aproveita para vir ao polo. Quando é à tarde, podemos até abrir o laboratório de informática para ele acessar, porém o acompanhamento às vezes não é possível. (P)

[...]tutor presencial é o profissional responsável por atender os alunos face a face. A agenda é definida de acordo com as necessidades dos alunos e em acordo com os horários dos tutores. Como estamos só com dois tutores fica difícil atender os três turnos. (P)

[...] ele é o responsável direto pelo bom andamento das atividades do curso e ganha credibilidade perante os alunos. Sua importância é fundamental no processo de desenvolvimento em EaD. Um por turno, por polo ou curso não é suficiente para suprir as necessidades do Polo ou auxílio aos alunos. (P)

[...] o tutor vai além daquilo que contempla em seu termo de compromisso. (P)

Após as críticas ao novo modelo de tutoria presencial permitido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, as sugestões para sanar as dificuldades enfrentadas nos polos são atribuídas ao MEC e ao IFTO:

[...] acredito que a Rede e-Tec é quem teria que avaliar, rever e refazer adequando-se de acordo com o diagnóstico feito para criar novos formatos de oferta de EaD (P)

[...] sei que já existe o processo de avaliação, porém não acredito que nas avaliações consta esta realidade. (P)

[...] também penso que o IFTO também pode contribuir para esta mudança.(P)

Desta forma, entende-se que há muitas razões para observar os diferentes processos da evolução da trajetória da educação a distância. E segundo Moraes (2010, p.30) “uma delas é a percepção de que há mais de um caminho para essa evolução- diferentes modelos, com diferentes contextos, diferentes padrões de dificuldades na implementação e aceitação” da institucionalização da EaD.

4. CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como intuito incitar a trajetória da educação a distância no contexto do ensino profissional no estado de Tocantins com a proposta de avaliar a institucionalização dessa política no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins – IFTO, na perspectiva da avaliação emancipatória.

Devido a rede federal de ensino profissional estar vivenciando a maior expansão de sua história, desde seu início em 1909, com a previsão de oportunizar capacitação de 600 mil pessoas, até o final de 2014, através de 562 *campi* que ofertarão diferenciadas modalidades de ensino, faz-se necessário um olhar mais profundo para as políticas públicas dentro dos IFs, na utilização da educação a distância no contexto do ensino profissional tecnológico.

Em razão dessa necessidade, a pesquisa teve seu *corpus* analisado na proposta metodológica da avaliação emancipatória de Saul (2010), nos dois primeiros momentos que tratam da *descrição da realidade e da crítica da realidade* da educação a distância no IFTO. Devido ao pouco tempo despendido para o estudo da pesquisa, o terceiro momento da avaliação emancipatória que tem “por base a análise crítica do programa, numa perspectiva de avanço e transformação em relação às dificuldades constatadas” (SAUL, 2010), não foi apresentado neste momento.

Para a tradução da realidade da institucionalização da educação a distância no IFTO, foram analisados documentos e entrevistados os gestores do Instituto. Os resultados indicam que os documentos orientadores de ensino do IFTO reafirmam a necessidade dessa nova organização de ensino à distância, proponente por documentos federativos. No entanto, percebeu-se que os documentos que regulamentam a oferta e o funcionamento do ensino no IFTO não corroboram com a legitimação da oferta de ensino à distância nos cursos presenciais.

No sentido de atender a organização didática e pedagógica dos cursos, todos os projetos pedagógicos foram adaptados à Instrução Normativa do IFTO – IN 04/2010 e, desta forma, orientados para que as práticas pedagógicas estivessem em consonância como as leis, decretos, resoluções e pareceres em vigência. Contudo, na análise de 63 projetos pedagógicos de educação básica, técnica e tecnológica, somente em 9 projetos pedagógicos de ensino técnico na modalidade à distância constam formas de utilização de ensino à distância.

Neste contexto, percebe-se que o IFTO tem dado continuidade às falhas já registradas nas instituições de Ensino Superior onde o Projeto Pedagógico Institucional tem, por muitas

vezes, a função de mera formalidade com práticas individuaisna construção de projetos pedagógicos, na gestão de cursos e na construção de metodologias. Para dar conta da produção e da socialização do conhecimento no sentido de mudar significadamente as ações individuais para as práticas participativas, compartilhadas e emancipatórias, o IFTO deverá buscar constituir uma ação maior de reflexão dos gestores, envolvendo o ensino à distânciacomo constituinte do processo de participação na educação profissional tecnológica.

O resultado relacionados à percepção dos Reitores e Diretores dos *campi* do IFTO, representados pelo Grupo R e pelo Grupo D, em relação a política pública da educação a distância,traduz os ideais dos modelos democráticos que, ora se contrapõem, ora se intercalam, quando os relatos são em torno de modelos estruturais, expansão da modalidade e parcerias para oferta do ensino à distância.

Na busca de entender o modelo para institucionalizar a educação a distância nos Institutos Federais, várias propostas vêm sendo apresentadas ao Ministério da Educação pelo CONIF. O IFTO adotou a proposta semicentralizado, em maio de 2012, mas o novo formato que iniciou as discussões nos moldes de Câmpus Virtual ou Câmpus EaD tem provocado nos gestores a necessidade de entender melhor a educação a distância.

No sentido de entender qual modelo comporta ou se aproxima das necessidades do Estado, tanto o grupo R, quanto o grupo Datribuemao modelo Câmpus Virtual novas conquistas relacionadas a equipamentos, acréscimo de matrículas de estudantes EaD, contratação de professores exclusivos para a modalidade e, sobretudo, acreditam em uma gestão menos centralizadora. Mesmo assim,os gruposmanifestam-se favoráveis a permanência do atual modelo, o modelo semicentralizado.

Os grupos acreditam que o modelo atual atende melhor a regionalidade, com menor custo e mais qualidade, além de aproximar o ensino à distância ao ensino presencial, através da combinação de tecnologias, de professores e, sobretudo, com o otimização do orçamentodescentralizado do campus. Relataram que, apesar do modelo não ter cumprido o seu propósito em relação às normativas e às atividades operacionais, os atores atribuem essas deficiências àfalta de comunicação e flexibilização da gestão sistêmica da EaD, as formas de execução da modalidade à distância que,por vezes, trabalham nas mesmas premissas do ensino presencial. Essa afirmação denota o reflexo do desconhecimento por parte dos gestores do IFTO sobre a política pública da educação a distância.

Embora os gestores pareçam concordar que não existe preconceitos quando à oferta da educação a distância no Instituto, os grupos deixam claro as dificuldades na expansão da educação a distância. Internamente, a EaD está relacionada ao planejamento para atender o

Decreto 4.059/2005 e a Resolução 06/2012, onde propõem a utilização de índices não presenciais para atender o ensino presencial. Na prática, a oferta da EaD tem sido realizada para a reposição de aula e ajustamento de calendário acadêmico letivo defasado, por causa das greves de docentes, ocorridas em 2011 e 2012. Externamente, a dificuldade está relacionada à adesão dos demais *campus* para a oferta da modalidade à distância e nas formas de como consolidar as parcerias externas.

Uma educação que transporta os limites de uma instituição para promover a integração social não tem como negar um suporte para esse processo em formato de parcerias. A atribuição de transportar e expandir o conhecimento para diferenciadas localidades, advém dos *campi*, e a atribuição de organizar e manter espaços e tecnologias, são do Município e do Estado.

Na análise da descrição da realidade percebida pelos gestores, várias são as dificuldades apresentadas pelas parcerias em cumprir as atribuições estabelecidas. Na tentativa de não deixar baixar o nível de qualidade do ensino, o Instituto Federal de Tocantins tem reavaliado a proposta do MEC em democratizar o acesso para atender as mudanças sociais e tem trazido para seu âmbito os polos de apoio presencial.

Neste contexto, entende-se que para institucionalizar a educação a distância em uma instituição de ensino profissional, deve-se propor a implementação de um plano de gestão participativa e continuada, para garantir e ofertar condições adequadas e suficientes para atender às especificidades, às expectativas, às necessidades e demandas da modalidade, dentro e fora da Instituição.

A busca da *crítica da realidade* da educação a distância, aconteceu através de participações dos coordenadores da Rede e-Tec Brasil (coordenadores da Rede e-Tec Brasil, coordenadores de polo, coordenadores de curso e coordenadores de tutoria) e, dos coordenadores de eixo tecnológico dos cursos técnicos presenciais, em fórum de discussão e, através de questionários online tipo *Google docs*.

Em busca de comprovação da crítica da realidade da EaD, a análise revelou que aqueles que estão na ponta mais baixa da hierarquia, estão cientes das ações que de fato acontecem, mas não são os que controlam as estratégias das ações devido a pouca participação e conhecimento das ações imediatas.

Fato que pode ser comprovado com a ausência dos gestores da EaD que fazem parte do quadro efetivo do IFTO nos espaços criados para integrar e organizar as ações no sentido de ultrapassar o gerenciamento individualizado do ensino. O que pode ser certificado através

do fórum de discussão, onde não houve a participação dos coordenadores da Rede e-Tec Brasil e dos coordenadores de área de ensino dos *campi*.

Dos profissionais participantes, somente os coordenadores de área não têm remuneração consignada ao orçamento do FNDE e os coordenadores de polos são os únicos profissionais que não são servidores da Rede Federal, estando vínculos à esfera municipal ou estadual, o que representa 41,2% da população dos participantes neste momento. Fator que determina que a política pública da EaD integra-se ao modelo de democracia participacionista, onde são defendidos os altos níveis de *inputs* no processo de tomada de decisão.

Nestes termos, o grupo de coordenadores defende que o formato da educação a distância deva acontecer também de forma semipresencial ou *online* nos cursos presenciais. Contudo, é necessário lembrar que os PPC não contemplam essa normativa.

Na crítica da realidade da EaD, o modelo de gestão compartilhada, comprometida, participativa e “sem distância” é defendido pela maioria dos atores, no momento do estudo da demanda das necessidades locais e regionais para a implantação de cursos e de polos e, no processo de elaboração dos documentos orientadores da educação.

Neste momento, as críticas dos gestores sobre a organização da modalidade não são perceptíveis quanto à documentação para legitimar a institucionalização da EaD, mas nas formas como estes documentos estão apoiando a política pública.

Na busca de entender uma política pública, a sociedade passa a colocar por diversas vezes demandas reprimidas, ou mesmo, demandas que não existiam até então. Essa dinâmica gera para os gestores novas perspectivas de ação. Desta forma, foram registradas, a seguir, através de observações da pesquisadora, algumas ações transformadoras ocorridas durante a pesquisa de avaliação emancipatória da educação a distância no IFTO:

- a) A utilização da resolução 06/2012 do MEC, que define atividades não presenciais de até 20% da carga horária diária do curso de nível médio, como complementação da carga horária do ano letivo de 2012 e 2013 para as aulas dos cursos presenciais do PROEJA, através da plataforma *moodle*, mesmo não tendo respaldo legal nos projetos pedagógicos dos cursos da educação profissional técnica de nível médio;
- b) A utilização da portaria 4.059/2004 do MEC, que define que esta oferta não ultrapasse 20% da carga horária total do curso de nível superior para a complementação da carga horária do ano letivo de 2012 e 2013 para as aulas dos cursos presenciais de

tecnologia através da plataforma *moodle*, apesar de não ter respaldo legal nos projetos pedagógicos dos cursos da educação de nível superior;

- c) Maior envolvimento da direção do *campus* e da educação a distância do IFTO com os estudantes da educação a distância da Rede e-Tec Brasil e a equipe de gestores de polos, através de visitas e reuniões no sentido de buscar entender as solicitações dos quinze polos de apoio presencial, evento ocorrido durante o ano de 2012;
- d) Nova sede da Diretoria EaD – DEAD e um estúdio para edição. Ambos com estruturas físicas localizadas junto ao Departamento de Educação, na Reitoria do IFTO;
- e) Disponibilização de códigos de vagas específicas para o departamento da Educação a distância, com sede na Reitoria IFTO. Primeira contratação da equipe técnica administrativa e pedagógica, em 2012 e, uma nova contratação de técnico administrativo em março/2013, resultando em quatro servidores específicos para o desenvolvimento das atividades junto à DEAD;
- f) Formulação da Organização Didática dos cursos da Rede e-Tec para a Educação a Distância IFTO, em 2012 e, reformulação no ano 2013 para atender a regulamentação da EaD no IFTO;
- g) Reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos da Rede e-Tec Brasil para atender a regulamentação da Organização Didática dos cursos da Rede e-Tec para a Educação a Distância IFTO e ao Currículo Referência dos Cursos Técnicos da Rede e-Tec Brasil;
- h) Reformulação dos termos de compromisso de professores formadores, de tutores a distância e de tutores presenciais, através de ação participativa dos gestores Rede e-Tec;
- i) Primeira cerimônia de formatura das turmas da Rede e-Tec Brasil/Tocantins. O evento aconteceu em maio de 2013, em seis polos de apoio presencial e certificou 182 profissionais;
- j) Formatação e *designer* da página *web* da educação a distância do IFTO, através de ação participativa da equipe técnica, de gestores e de coordenadores de curso da Rede e-Tec Brasil;

- k) Constituição de comissão e chamada pública para reformulação do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do IFTO. Evento ocorrido em março de 2013.

Desta forma, é preciso, tanto na educação a distância quanto na presencial, conciliar partes contraditórias, como a descentralização de decisões, a flexibilidade na gestão com comando, a visão estratégica e participação de todos, combinadas com o amadurecimento de acordos, de discussões e de leis, de modelos que promovam a disponibilidade e compromisso dos gestores com recompensas ou com remunerações acessíveis para institucionalizar a educação a distância.

Para os modelos de EaD serem inovados, criados, implementados e institucionalizados como política pública é importante o conhecimento racional da realidade vivenciada, além incentivar o processo de conscientização crítica dos atores envolvidos. Para que o CONIF traduza as propostas de institucionalização da EaD nos IFs, em propostas inclusivas, sem que haja a marginalização da profissionalização dos atores da educação, é necessário ouvir aqueles que na prática dão o rumo ao ensino à distância.

Neste sentido, esta pesquisa mostrou através do pensamento crítico dos gestores da educação a distância do IFTO que o processo de institucionalização da EaD, no contexto profissional tecnológico, tem pela frente muitos desafios. E que as incertezas dos gestores da EaD que provocaram os condicionamentos deterministas na EaD, favoreçam o nascimento de ações abertas, propícias à socialização do conhecimento e à criação de novas estruturas e novos modelos com abordagem democrática e emancipatória que possam favorecer a participação e a formação do coletivo na reflexão das práticas e na tomada de decisões para institucionalizar esta política pública.

REFERÊNCIAS

- AbraEAD. *Anuário Brasileiro de Educação Aberta e a Distância*. 2007. 3ª Ed. São Paulo: Instituto Monitor, 2007. <<http://www.abraead.com.br/anuario/anuario2007.pdf>>
- ABED. Associação Brasileira da Educação a Distância. Disponível em <<http://www.abed.org.br/site/pt/>>
- ALVES, João Roberto Moreira. *A história da EAD no Brasil* In: LITTO, Fredric Michael. FORMIGA, Manoel Marcos Maciel (Orgs) *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo. Pearson Education do Brasil. 2009, p. 9-13.
- AMORIM, Paula Karini Dias. *Democracia e Internet: a transparência de gestão nos portais eletrônicos das capitais brasileiras*. Salvador. Tese Doutorado. Universidade Federal da Bahia, 2012.
- BELLONI, Maria Luiza. *Educação a Distância*. 5ª ed. Autores Associados. Campinas. SP, 2009.
- BOTELHO, Antonio F. Amato. et al. *Polos de Apoio Presencial da Rede e-Tec Brasil: Locais adequados para Educação a Distância?* In CATAPAN, Araci Hack, Laffin Marcos. Relatório Executivo de Pesquisa - Concepção e Desenvolvimento de Metodologia para a Implementação do Currículo Referência para a Rede e-Tec Brasil. Florianópolis. 2012. p.119-128. Disponível em http://api.ning.com/files/TdIQzJmQRxTN8UXPj1pFMgMCPgJwd0UKm6J6nRQTDFfir5NAJn6svX2f232eIxIHWqCYj-IFAeh-D7RDqXTazfsXCAZ*1li/Parte2.pdf
- CATAPAN, Araci Hack; KASSICK, Clovis Nicanor; OTERO, Walter Ruben Iriondo. (Org) *Currículo Referência para o Sistema e-Tec Brasil*. Florianópolis: NUP/UFSC, 2011. <<http://www.etec.ufsc.br/file.php/1/cr/index.htm>>
- CATAPAN, Araci Hack. *Mediação Pedagógica Diferenciada* In: ALONSO, Katia Morosov. RODRIGUES, Rosângela Schwarz, BARBOSA, Joaquim Gonçalves. (Orgs) *Educação a Distância: práticas, reflexões e cenários plurais*. Cuiaba. MT EdUMT, 2009, p.71-79.
- COLEMAN, S; BLUMLER, J. G. *The internet and democratic citizenship: theory, practice and policy*. UK: Cambridge University Press, 2009.
- DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação*. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v.13, n.1, Mar.2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141440772008000100011&lng=en&nrm=iso>. access on 20 July 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772008000100011>>
- DYE, T.R. *Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas*. In: HEIDEMANN, F.G. e SALM.J.F.(orgs.) *Políticas Públicas e Desenvolvimento*. Brasília: Editora da UnB, 2009.
- FRANCO, Maria Laura Publi Barbosa. *Análise de conteúdo*. Brasília. Liber Livro Editora Ltda. 2012
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, Editora Atlas, 2009.

GUIMARÃES, Paulo Vicente. *A contribuição do consórcio interuniversitário de educação continuada e a distância - brasilead-para o desenvolvimento da Educação nacional*. Publicado na revista Em Aberto, Brasília, ano 16, n.70. abr./jun. 1996. Acessado em 23 de junho de 2012. <<http://cabiouel.files.wordpress.com/2010/04/revista-em-aberto-educacao-a-distancia.pdf>>

LEVINE, Sally L., e WAKE, Warren K. *Ensino Hybrid: Estudos de design no espaço virtual*. Outubro de 2000. Acessado em 24 de maio de 2012 <http://research.the-bac.edu/sva/index.htm>

LITTO, Fredric Michael. *O atual cenário internacional da EAD*. In: LITTO, Fredric Michael. FORMIGA, Manoel Marcos Maciel (Orgs) *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo. Pearson Education do Brasil. 2009, p.14-20.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Acessado em 12 de setembro de 2013. <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Decreto 7.589 de 2011*. Acessado em 24 de maio de 2012. <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Acessado em 24 de maio de 2012. <http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=79>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional*. Acessado em 15 de julho de 2013 http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_8.ed.pdf?sequence=13

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Portaria 4059 de 2004*. Acessado em 24 de maio de 2012. <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>

MINISTÉRIO DO EDUCAÇÃO. *Relatório de Gestão IFTO - Exercício 2012- Março 2013*. Acessado em 15 de agosto de 2013. <http://www.ifto.edu.br/portal/docs/relatorio_de_gestao/relatorio_de_gestao_2012.pdf>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Rede Tecnológica a Distância*. Acessado em 27 de maio de 2012. <<http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/ensino-tecnico/capitacao/educacao-tecnologica-a-distancia>>

MORAES, Reginaldo C. *Educação a Distância e ensino superior: introdução didática a um tema polêmico*. São Paulo. Editora Senac. 2010.

MORAN, José Manuel. *Desafios da educação a distância no Brasil*. In: VALENTE, Jose Armando. ARANTES, Valéria Amorim (Org.). *Educação a distância: pontos e contrapontos*. São Paulo. Summus. 2011. p.45-86.

NUNES, Ivônio Barros. *A história da EAD no Mundo*. In: LITTO, Fredric Michael. FORMIGA, Manoel Marcos Maciel (Orgs) *Educação a Distância: o estado da arte*. São Paulo. Pearson Education do Brasil. 2009, p. 2-8.

PARADA, E. L. *Política y políticas públicas*. In: SARAVIA, E. e FERRAREZI, E. (Orgs.). *Políticas públicas*. Coletânea – Volume 1. Brasília: ENAP, 2006.

PEREIRA, Eva Waisros. MORAES, Raquel de Almeida. *História da Educação a Distância e os desafios na formação dos professores no Brasil*. In: Educação Superior a Distância: Comunidades de Trabalho e Aprendizagem em Rede, 2009, p. 65- 89.

PRETI, Oreste. *Educação a distância: fundamentos e políticas*. Cuiabá, EdUFMT, 2009.

ROCHA, Elizabeth M., JOYE, Cassandra R., JOYCE, Fabrice M., WERLANG, Ricardo Werlang. *A Automação da avaliação institucional na EaD*. Acessado em 24 de maio de 2012 <http://ead.ufgd.edu.br/ead2/prod_cientifica/Finalizado_beth_rick_SBIE_WIE-2011-Sisavi_2%28Artigo%20Resumido%29.pdf>

RUA, Maria das Graças. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. In: RUA, M. das G. e CARVALHO, M. I. V. de (Orgs). O estudo da política. Tópicos selecionados. DF: Paralelo 15, 1998.

SAAS. *Sistema de Acompanhamento e Avaliação dos Cursos e-Tec Brasil*. Disponível em <<http://saas.etc.ufsc.br/>> Acessado em 15/abril/2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *A Trágica Condição da Política Social*. In: ABANCHES, S. et.al. Política Social e combate a pobreza. RJ. Jorge Zahar.1985.p. 33-64.

SANDER, Benno. *Políticas e Gestão Democrática da Educação*. Brasília. Lider Livro Editora, 2005.

SARAIVA, Teresinha. *Educação a Distância no Brasil: lições da história*. In: Em Aberto, Brasília, ano 16, n.70, abr./jun. p.16 -27, 1996.

SAUL, Ana Maria. *Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. São Paulo, Cortez, 1988.

SILVA, Gislene Magali da. SOUZA, Madson Teles de. *O papel dos polos de apoio presencial da Rede e-Tec Brasil no estado de Tocantins*. VI CONNEPI 2012. Disponível em: <<http://propi.ifto.edu.br>>. Acessado em 21/abril/ 2013.

SOUSA. Jose Vieira de. *Educação Superior no Brasil:expansão, avaliação e tendências na formação do professor*. In: CUNHA,Célio da. SOUSA, José Vieira de. SILVA, Maria Abádia da,(Org.).Políticas Públicas de Educação:lições aprendidas. Campinas. SP. Autores Associados.2011 p.193-240.

SOUZA. Paulo Renato. *A Revolução Gerenciada: Educação no Brasil 1995-2002*. São Paulo. Pearson Prentice Hall. 2005.

THIESEN, Juares da Silva. *Tempos e espaços na organização curricular: uma reflexão sobre a dinâmica dos processos escolares*. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 27, n. 1, Apr. 2011 . Available from<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000100011&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Apr. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982011000100011>.

VIEIRA, Fábila Magali Santos. MORAES, Raquel de Almeida. *A racionalidade tecnológica na pós- modernidade.Poiesis*. Revista de Departamento de Filosofia, Montes Claros. MG. v.6, p.9-27, 2007.

APÊNDICE A - Carta solicitando autorização para aplicação da pesquisa no IFTO

Palmas, 06 de setembro de 2012.

A Sua Magnificência o Senhor
Francisco Nairton Nascimento
Reitor do IFTO

Senhor Reitor,

Vimos por meio desta solicitar de V.S.^a autorize a realização da pesquisa da professora Gislene Magali da Silva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins e mestranda pelo Programa de Educação Profissional de Ensino Profissional e Tecnológico da Universidade Federal de Brasília/UNB, a fim de tratar de assunto referente ao estudo sobre ao ensino a distância no Instituto Federal de Educação do Tocantins, na qual envolverá os *campi* de Palmas e Paraíso do Tocantins.

O referido estudo, coordenado pelo Prof^a. Dr. Raquel de Almeida de Moraes da UnB, requer levantamento de dados mediante análise de Planos Pedagógicos, Organização Didática dos cursos Técnicos presenciais e a distância, comunicações internas e outros documentos como decretos e portarias referentes a educação a distância, bem como entrevistas com os gestores da Rede e-Tec Brasil/IFTO para a avaliação da institucionalização da política pública educação à distância na perspectiva do ensino profissional tecnológico de Tocantins.

Desta forma, solicitamos a colaboração de V. S.^a. no sentido de autorizar a realização da pesquisa em questão. No ensejo, asseguramos a confidencialidade no tratamento dos dados a serem obtidos, com o compromisso de utilizá-los unicamente dentro dos objetivos propostos no referido estudo. Tal estudo culminará em dissertação de mestrado pela referida professora.

A divulgação dessas informações e conclusões obtidas somente se dará mediante prévia autorização dos envolvidos diretamente nas entrevistas, preservando assim seus interesses e o respeito a padrões éticos. Ao término da pesquisa, os resultados estarão disponíveis para a sua apreciação e consulta.

Atenciosamente,

Dr.^a Raquel de Almeida Moraes
Professora orientadora (FE/UNB)

Gislene Magali da Silva
Mestranda (FE/UNB)

APÊNDICE B - Roteiro para entrevista sobre a Trajetória da Educação a Distância no Contexto do Ensino Profissional e Tecnológico de Tocantins

Público: Gestores ligados a EaD e Rede e-Tec Brasil/IFTO

() Reitor do IFTO () Diretor EaD/ IFTO

() Pró-reitor de Ensino do IFTO () Diretor do Campus Palmas

() Diretor do campus Paraíso do Tocantins () Diretor do campus Porto Nacional

A-Regulamentação da EaD no IFTO

- O PDI do IFTO deixa claro que a oferta do ensino a distância tanto pode ser pela UAB quanto pela Rede e-Tec Brasil e prevê, inicialmente, 900 vagas para cursos técnicos e menciona proposta para licenciaturas.
 - E para os tecnólogos e as demais modalidades?
 - O que o IFTO ou os *campi* tem proporcionado para a oferta do ensino a distância ou *online*?
 - Existe algum documento do *campus* (regulamento, PPP) que descrevem a EaD?
- Como o campus pretende atender a portaria 4059/2005, que autoriza aos cursos superiores 20% de ensino a distância e; a resolução 06/2012, art.26 que prevê até 20% de atividades não presenciais na carga horária diária dos cursos técnicos de nível médio.
- Acontece desde 2009 a oferta de cursos técnicos pela rede e-Tec Brasil. E neste ano de 2012 ocorreu a reoferta e oferta de novos cursos e polos de apoio presencial, pergunto:
 - A elaboração de novas ofertas ou demandas da modalidade à distância são discussões internas ou são encaminhamentos de superiores?
 - Existe a participação efetiva da comunidade interna e externa na aprovação das demandas?
 - Há previsão destas ofertas em documentos institucionais?

B- A oferta EaD no IFTO

- Sabendo que o IF vem de um tradicional histórico de ensino presencial. Pergunto:
 - Qual sua opinião sobre o campus ofertar o ensino a distância ou *online* para cursos profissionais e tecnológicos? E como os gestores do ensino presencial veem essa oferta?
 - A proposta da Rede e-Tec Brasil de ofertar ensino através de um sistema sistêmico, isso é, através de parcerias (estado, município) é a ideal para a consolidação e permanência da política pública EaD no estado?
- O IFTO está preparado para ofertar o ensino a distância? Na sequência serão correlacionados os quesitos, por gentileza, discorra sobre cada um:

- Estrutura física:
- Quadro de servidores:
- Capacitação do pessoal envolvido:
- Tecnologias e comunicação:
- Gestão de documentos:

C- Modelo EaD

- O modelo adotado pelo EaD no IFTO, hoje, é uma proposta discutida pelo CONIF e aprovada pela Reitoria é o modelo semi centralizado. Atividades sistêmicas e DEAD na Reitoria e formatação de curso dentro das áreas e diretorias de ensino presencial do campus. Este modelo é o ideal para a consolidação da EaD no IFTO?
- Acredita que toda equipe de gestores, professores e técnicos da EaD deve fazer parte do quadro de servidores efetivo do IFTO? O modelo de remuneração das atividades no EaD, através de bolsas, para o servidor efetivo do IFTO é o ideal?
- Na sua experiência ou expectativa como deveria ser adotado ou ofertado o EaD no IFTO? Faça uma avaliação sobre a institucionalização da política pública educação à distância na perspectiva do ensino profissional tecnológico de Tocantins.

APÊNDICE C- Amostra do questionário aplicado através do Google Docs referente a avaliação da EaD.

Pesquisa sobre avaliação da institucionalização da EaD no contexto do EPT do Tocantins

Sou Gislene Magali da Silva, professora do IFTO - campus Palmas e mestranda pela Universidade Federal de Brasília-UNB, orientada pela Profª Dra Raquel de Almeida Moraes. Estamos inseridas no Programa de Educação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica, que tem como objetivo a avaliação da institucionalização da política pública da educação a distância na perspectiva do ensino profissional e tecnológico do Tocantins/IFTO. Para tanto a pesquisa terá como público alvo os gestores envolvidos na EaD no IFTO.

A oferta da EaD no IFTO tem respaldo legal através do Edital nº01/2007/SEED/SETEC/MEC onde estabelece a participação das instituições públicas federais e estaduais como ofertantes do ensino a distância. Desta forma, solicitamos a gentileza de responder o questionário que segue com questões de múltipla escolha, onde você deverá optar por uma alternativa. Informamos que será garantido o seu anonimato e esperamos que sua resposta seja a expressão fiel da realidade pois, trata-se de uma pesquisa de avaliação emancipatória que tem característica de realizar ajustes, se necessário, na consolidação de programas de EaD profissional junto às instituições de ensino.

Agradecemos sua participação e disponibilidade.

***Obrigatório**

Envolvimento com a educação a distância no IFTO

Qual sua ligação com o ensino a distância do IFTO? *

- Coordenador e-Tec Brasil
- Coordenador de Polo
- Coordenador de Curso
- Coordenador de Tutoria
- Coordenador de Área

Quanto tempo atua no ensino a distância? *

- 0 - 1 ano
- 1- 3 anos
- 3 - 5 anos
- 5 - 8 anos

Como aconteceu seu envolvimento no programa da EaD do IFTO? *

- Processo seletivo com edital
- Processo seletivo sem edital
- Processo através de convite
- Processo através de convocação
- nenhum dos processos

A Oferta da EaD no IFTO

Os Institutos Federais de Educação, aqui representado o IFTO, vem tradicionalmente ofertando o ensino presencial. Qual seu posicionamento sobre a oferta do ensino a distância no âmbito do IFTO? *

- Totalmente favorável
- Favorável
- Indiferente
- Não favorável
- Totalmente desfavorável

Na Rede há duas possibilidades de oferta da EaD, a Universidade Aberta(UAB) que propõe cursos de licenciatura, extensão e pós graduação e a Rede e-Tec Brasil proponente de cursos técnicos e tecnólogos à distância. A missão do IFs, Lei 11.892/2008, inclui cursos de licenciatura e programas de formação pedagógica para a educação profissional no formato presencial. Concorda que o IFTO deva ofertar também cursos superiores e pós graduação no formato a distância? *

- Totalmente favorável
- Favorável
- Indiferente
- Não favorável
- Totalmente desfavorável

O IFTO oferta o ensino a distância em cursos técnicos desde 2009. Esse formato a distância deve acontecer também na forma semi presencial ou online nos cursos presenciais? *

- Totalmente favorável
- Favorável
- Indiferente
- Não favorável
- Totalmente desfavorável

A EaD da Rede e-Tec Brasil do IFTO utiliza a metodologia de ensino através da Internet(plataforma moodle), cadernos impressos e encontros presenciais. Para a consolidação da EaD no IFTO seria necessário adequação de outra metodologia? *

- Totalmente favorável
- Favorável
- Indiferente
- Não favorável
- Totalmente desfavorável

Para abertura e oferta de cursos EaD e implantação de polos de apoio presencial deve haver participação dos gestores EaD do IFTO no estudo da demanda das necessidades locais e regionais? *

- Totalmente favorável
- Favorável

- Indiferente
- Não favorável
- Totalmente desfavorável

A regulamentação da EaD no IFTO

Os documentos institucionais do campus (PDI, PPP, PPC) favorecem a oferta e o o fortalecimento da política pública EaD? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo/Nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmante

Existe clareza nas diretrizes para o funcionamento da educação a distância no IFTO? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo/Nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmante

O processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da EaD do IFTO deve acontecer de maneira coletiva e participativa pelos atores internos e externos envolvidos na EaD do Tocantins? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo/Nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmante

Os documentos federais traduzem as necessidades da oferta da política pública EaD no IFTO? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo/Nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmante

A normatização de documentos e da informação advindas da DEAD do IFTO atende as necessidades do campus ofertante? *

- Concordo totalmente
- Concordo

- Não concordo/Nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

A estruturação da Gestão EaD/IFTO

Atualmente a gestão da EaD no IFTO é composto pelo Diretor EaD, pelos coordenadores geral e adjunto e-Tec Brasil, pelos coordenadores de polo, de tutoria, de curso e de área. A equipe de gestores da EaD do IFTO é suficiente para a oferta da modalidade? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo/Nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

O espaço físico da EaD no IFTO é adequado para a oferta da modalidade? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo/Nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

As tecnologias e a comunicação são adequadas para a oferta da modalidade a distância? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo/Nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

O sistema de parcerias com o estado e município auxilia na oferta da modalidade a distância no Tocantins? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo/Nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

Nos princípios da gestão democrática, as decisões são elaboradas e executadas de forma participativa e responsável. O modelo de gestão adotado pela EaD do IFTO segue estes princípios? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo/Nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

O modelo da EaD/IFTO

Atualmente a EaD está estruturada em um modelo semi centralizado. As atividades sistêmicas e a DEAD estão na Reitoria e a organização dos cursos dentro as áreas e diretorias de ensino do campus. O modelo EaD deve ser constituído dentro dos parâmetros e normativas do ensino presencial? *

- Totalmente favorável
- Favorável
- Indiferente
- Não favorável
- Totalmente desfavorável

A EaD deve constituir-se em moldes próprios e campus próprio? *

- Totalmente favorável
- Favorável
- Indiferente
- Não favorável
- Totalmente desfavorável

Toda equipe de gestores, professores e técnicos da EaD deve fazer parte do quadro de servidores efetivo do IFTO? *

- Totalmente favorável
- Favorável
- Indiferente
- Não favorável
- Totalmente desfavorável

A forma de reconhecimento pelas atividades exercidas na EaD, através de bolsas, para o servidor efetivo é a ideal? *

- Totalmente favorável
- Favorável
- Indiferente
- Não favorável
- Totalmente desfavorável

APÊNDICE D- Carta de pedido para utilização da plataforma *moodle*

Palmas, 1º de Março de 2013

Ilmo Senhoria o Senhor
Madson Teles de Sousa
Diretor da Educação a Distância/IFTO

Senhor Diretor,

Venho formalmente pedir que autorize a abertura de um fórum na plataforma *moodle 2*, endereço: <http://ntead.ifto.edu.br/moodle2/login/index.php> no sentido de criar um espaço para a discussão da institucionalização da EaD dentro do IFTO. A discussão terá um tempo determinado de 25 dias e no qual será aberta à participação de gestores que estão ligados de forma direta com a educação a distância do IFTO.

Esclareço que o referido fórum terá como objetivo a complementação de um estudo para dissertação de mestrado no qual terá como incentivadora a professora do IFTO-*campus* Palmas/coordenadora do curso Técnico em Secretariado EaD/IFTO/*campus* Palmas, Gislene Magali da Silva e mestranda pelo programa de Políticas Públicas e Gestão em Educação Profissional e Tecnológica da UnB/Brasília.

Desta forma, solicito a colaboração de V.Sª no sentido de autorizar a utilização do ambiente virtual de aprendizagem no ensino, ainda, de proporcionar aos gestores uma proximidade com o ambiente de aprendizado da EaD/IFTO já que alguns não tem conhecimento e habilidade no manuseio do *moodle*.

Atenciosamente,

Gislene Magali da Silva
Mestranda (FE/UNB)

ANEXO A – Proposta da regulamentação da EaD nos Institutos Federais



REUNIÃO GT3 – EAD e InterRed
12 a 14 de Maio de 2010
Brasília – DF
MEC, Anexo I, sala 200

Proposta de regulamentação da EAD nos Institutos Federais

Maio – 2010
Brasília

SUMÁRIO

1. Compatibilização das Propostas oo Grupo.	137
2. Modelos de Estruturas Organizacionais para EaD	137
2.1. Modelo Centralizado	137
2.1.1. Pontos Fortes:	141
2.1.2. Pontos Fracos:	141
2.2. Modelo Estrutural Semi-Centralizado	141
2.2.1. Credenciamento Institucional para EaD	144
2.2.2. Pontos Fortes:	145
2.2.3. Pontos Fracos:	146
2.3. Modelo Estrutural Descentralizado	146
2.3.1. Pontos Fortes:	148
2.3.2. Pontos Fracos:	148
2.4. Recursos Humanos para Os Modelos Propostos	149
3. Regulamentação das Atividades Docentes - EaD	149
3.1. Encaminhamento 01 – Distribuição Da Carga Horária	149
3.2. Encaminhamento 02	150
4. Romper as Barreiras Estaduais para Ofertas de Curso UaB, E-Tec	152
4.1. Encaminhamento	152
5. Estratégias para disponibilização das Ferramentas do Portal EPCT Virtual	152
5.1. Portal EPCT Virtual	153
5.1.1. Ferramentas Aprovadas para o Portal	153
5.1.1.1. Interred	153
5.1.1.2. Laboratórios Virtuais	153
5.1.1.3. Learning Vectors	153
5.1.1.4. Necessidades desejáveis	153
5.1.1.5. Localização Infraestrutura Física e de Pessoal de Redes	153
5.1.1.6. Justificativa	154
5.1.2. Encaminhamento	154
5.1.2.1. Observação	154
5.2. Equipe de Manutenção das Funcionalidades, Treinamento e Capacitação	154
5.2.1. Necessidades	154
5.2.2. Justificativa	155
5.2.3. Bugs	155
5.2.4. Melhorias	155

- 5.2.5. Encaminhamento 155
- 5.3. Alimentação de conteúdos no Portal 155
 - 5.3.1. Necessidade 155
 - 5.3.2. Justificativa 155
 - 5.3.3. Encaminhamentos 156
- 5.4. Equipe de Articulação, Divulgação e Definição de Políticas de Uso 156
 - 5.4.1. Necessidade 156
 - 5.4.2. Justificativa 156
 - 5.4.3. Encaminhamento 156

1. COMPATIBILIZAÇÃO DAS PROPOSTAS DO GRUPO.

No período de 12 a 14 de maio de 2010, no anexo II, sala 200, MEC, ocorreu a reunião do GT3 – EAD e InterRed (Grupo de Trabalho) do CONIF, coordenado por Dênio Arantes, dentre os pontos de pauta foram deliberadas diversas propostas para a construção de um documento síntese que referenciasse a Educação a Distância – EAD dentro dos Institutos Federais.

Participantes da Reunião:

Cassandra Ribeiro Joye – IFCE
Denio Rebello Arantes – IFES
Elton Siqueira Moura – IFES
Janei Cristina – RENAPI / MEC
Hamilcar Boing – IFSC
Leoncio Regal Dutra – IFB
Liliane Carvalho Felix Cavalcante – IFTO
Luis Otoni Meireles Ribeiro – IFSUL
Marcos Tadeu Couto – IFRJ
Paulo Roberto Weigmann – IFSC
Roberto de Queiroz Lopes – IFRR
Robson da Silva Siqueira – IFCE

2. MODELOS DE ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS PARA EAD

Como propostas de estruturas organizacionais apresentamos 3 modelos básicos:

2.1. MODELO CENTRALIZADO

No modelo centralizado tem-se uma estrutura que está alocada à reitoria e que responde a todas as ações da educação a distância na instituição. Por ser um modelo central, as propostas de cursos que surgem dos departamentos são levadas à Diretoria do Centro de Educação a Distância (CEAD)¹⁰, que fará as avaliações com a equipe pedagógica e multidisciplinar do CEAD junto com o coordenador do curso.

¹⁰ As denominações são as mais diversas, podendo ser encontrados ainda: DEAD, NEAD, Departamento EAD, etc.

Uma estrutura proposta seria como a apresentada na Figura 1. Neste modelo temos a Diretoria do Centro de Educação a Distância ligada à reitoria. A Diretoria do CEAD tem como papel fundamental trabalhar (concepção, planejamento e execução) as estratégias da educação a distância no instituto nos diversos níveis e modalidade, assim, de acordo com o assunto, deve-se reportar diretamente a Reitoria ou a Pró-Reitoria responsável pelo nível do curso ofertado.

Abaixo da Diretoria do CEAD temos as seguintes gerências:

- Gerência de Ensino.
- Gerência de Administração e Planejamento.
- Gerência de Produção de Material.
- Gerência de Tecnologia da Informação.

A Gerência de Ensino, com o apoio das coordenações (curso, pedagógica, registro acadêmico, pesquisa, e avaliação), é responsável por:

- Organizar e auxiliar os trabalhos dos coordenadores de cursos, coordenação pedagógica;
- Definir ações específicas e coordenar o trabalho do registro acadêmico, no que tange a ações ao corpo docente e discente ligado a educação a distância;
- Apoiar os trabalhos de pesquisas, em conjunto com as coordenações de pesquisa e extensão, inerentes à educação a distância;
- Propor e aplicar modelos de avaliação dos diversos atores ligados à estrutura da educação a distância.

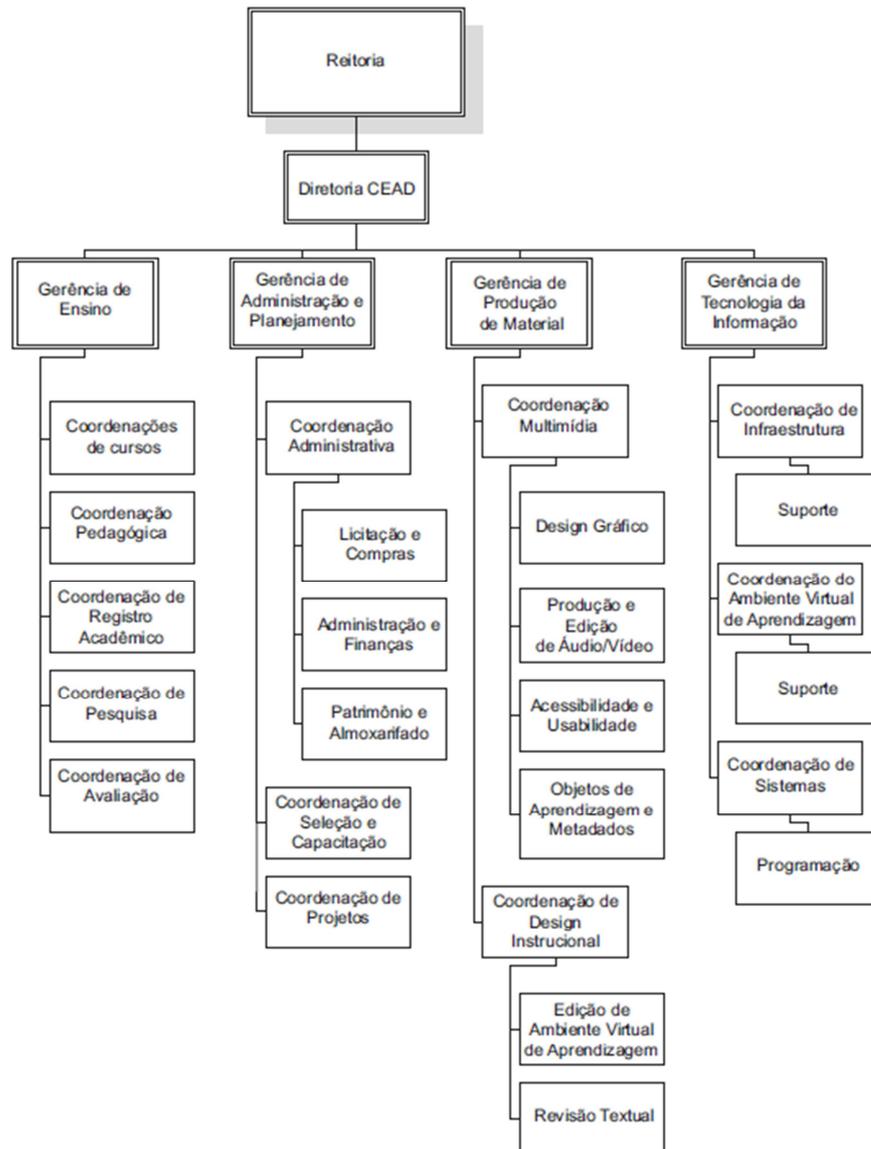


Figura 1: Estrutura organizacional centralizada

A Gerência de Administração e Planejamento, em conjunto com as coordenações (administrativa, seleção e capacitação, e projetos), é responsável por:

- Realizar o controle do patrimônio pertencente ao CEAD;
- Responsável pelas ações e acompanhamentos dos processos licitatórios e aquisições;
- Responsável pelos processos financeiros referentes aos programas de educação a distância (enquanto programas de fomento), e controle ;

- Responsável pelo planejamento e execução dos projetos de seleção e capacitação de professores (especialistas, conteudistas, formadores) e tutores (presenciais e a distância)¹¹;
- Apoio a elaboração e execução de planilhas, PTAs, tramitação e aprovação dos projetos dos cursos (externos e internos);

A Gerência de Produção de Material, em conjunto com as coordenações (multimídia, e design instrucional), é responsável por:

- Definição dos projetos gráficos que farão parte do material impresso e web;
- Criação de animações e tutoriais;
- Produção e edição de áudio/vídeo;
- Apoiar ações de acessibilidade e usabilidade dos ambientes virtuais de aprendizagem;
- Apoiar o desenvolvimento de objetos de aprendizagem para os cursos;
- Submeter material produzido à revisão textual;
- Apoio aos designers instrucionais no planejamento dos cursos.
- Apoio e avaliação da edição do ambiente virtual de aprendizagem.

A Gerência de Tecnologia da Informação, em conjunto com as coordenações (infraestrutura, AVA, e Sistemas), é responsável por:

- Manter o bom funcionamento da infraestrutura de rede e computacional em perfeito funcionamento;
- Suporte ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA);
- Apoio ao uso de ferramentas de software livre para apoio às atividades administrativas do CEAD;
- Dar apoio aos campi (que possuírem estrutura de TI) na configuração de serviços dos ambientes virtuais de aprendizagem;
- Verificar se as metodologias propostas pelo CEAD estão sendo seguidas pelas coordenações dos campi;

¹¹ É importante frisar que estas ações não dizem respeito às ações pedagógicas e de conteúdo destas capacitações, mas sim a sua execução.

- Centralizar os serviços de educação a distância para os campi que não possuem a infraestrutura necessária para manter os serviços.
- Desenvolver sistemas para as especificidades da EAD.

Como todos os modelos, o modelo centralizado possui pontos fortes e fracos.

2.1.1. PONTOS FORTES:

- Caso um curso acabe, os profissionais podem ser aproveitados na estrutura central do CEAD;
- Pessoal administrativo especializado nas áreas de conhecimento;
- Permitir a progressão funcional do pessoal administrativo;
- É mais fácil gerenciar os especialistas;
- Os membros das equipes se reportam a um único supervisor/coordenador;
- Caminhos de carreira definidos claramente em áreas de especialização;
- Comunicações mais eficazes (horizontal e vertical);
- Recursos semelhantes são centralizados, podendo melhor ser gerenciado.

2.1.2. PONTOS FRACOS:

- Requer a alocação de espaço físico (salas) adequado para atendimento às demandas existentes;
- Requer políticas e procedimentos específicos para EAD.

MODELO ESTRUTURAL SEMI-CENTRALIZADO

O modelo estrutural de Educação a Distância (EAD) semi-centralizado trabalha na premissa de que as atividades de educação a distância organizam-se em dois âmbitos: Atividades Sistêmicas e Atividades Operacionais Específicas.

As atividades sistêmicas compreendem:

- A elaboração de materiais e mídias didáticas para educação a distância;
- Estruturação e disponibilização de servidores de internet com o sistema de gerenciamento de aprendizagem (LMS Moodle), sistema de gerenciamento de produção de mídias didáticas, portal EPT (INTERRED, etc...), sistema de webconferência (RNP, Adobe Conect, etc...);
- Planejamento estratégico da oferta de cursos EAD e gestão dos programas de fomento em EAD do MEC (UAB, E-TEC, etc...);

- Controle dos processos e fluxos de credenciamento, autorização e reconhecimento de cursos a distância, negociação de procedimentos de avaliação junto a CPA para os cursos e comunidade EAD.

Para atender as atividades sistêmicas de EAD foi estruturada sob a Pró-reitoria de Ensino um Departamento de Educação a Distância, conforme Figura 2:

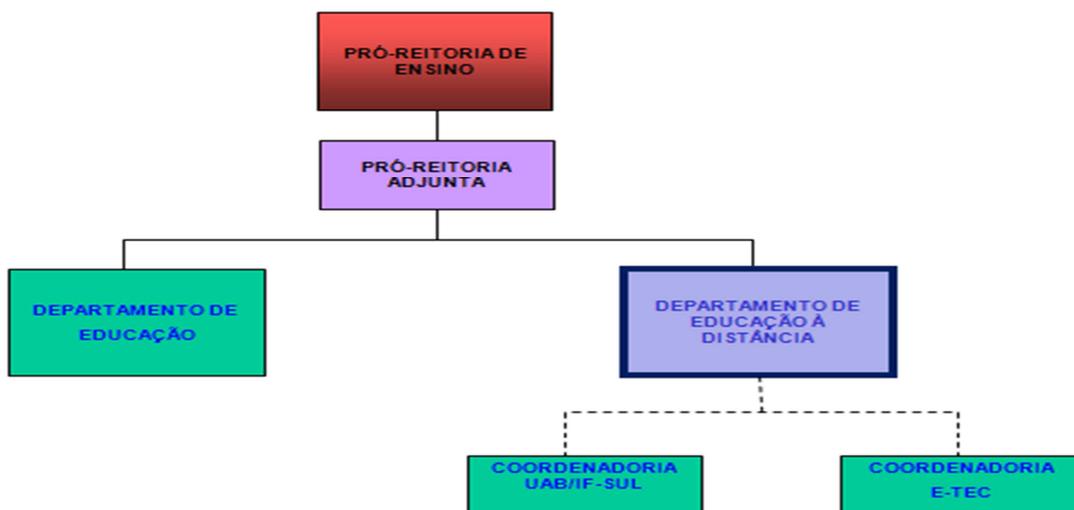


Figura 2: Modelo semi-centralizado

Já as atividades operacionais específicas envolvem o desenvolvimento dos cursos junto aos seus campi de origem, ou seja, a coordenação de um curso específico deve participar dos ritos normais pertinentes ao campus onde está lotado o seu coordenador e a maioria dos professores do curso. É claro, que um curso a distância utiliza-se de um corpo docente compartilhado, com professores espalhados dos diversos campi; contudo a experiência demonstra que um campus sempre acaba envolvido e despendendo maior esforço institucional para aquele curso em questão, cedendo o coordenador e mais professores para o mesmo.

Atividades operacionais específicas compreendem:

- Participação do coordenador do curso nas reuniões gerenciais com os coordenadores de cursos presenciais do mesmo nível (cursos técnicos, cursos de graduação, cursos de pós-graduação) junto às respectivas diretorias de ensino do campus;
- Organização e execução das reuniões de colegiado do curso, através de webconferência ou recurso similar;
- Organização dos processos de ingresso de alunos via edital, junto ao campus;

- Comunicação e gerência do corpo de tutores a distância junto ao coordenador do Centro de Educação a Distância – CEAD de cada campus. O coordenador do CEAD em cada campus, para o MEC/INEP e SEED (Secretaria de Educação a Distância), é o próprio coordenador do Pólo de Apoio Presencial. Esse é um quesito indispensável para o credenciamento de cada campus para trabalhar com a educação a distância;
- Gestão dos horários e capacidade física/estrutural dos laboratórios, sala de aula e sala de coordenação/tutoria do pólo de apoio presencial.

Para atender as atividades operacionais específicas de EAD foi estruturada sob a Diretoria de Ensino, em cada campus, uma coordenação do Centro de Educação a Distância local, conforme figura 3:

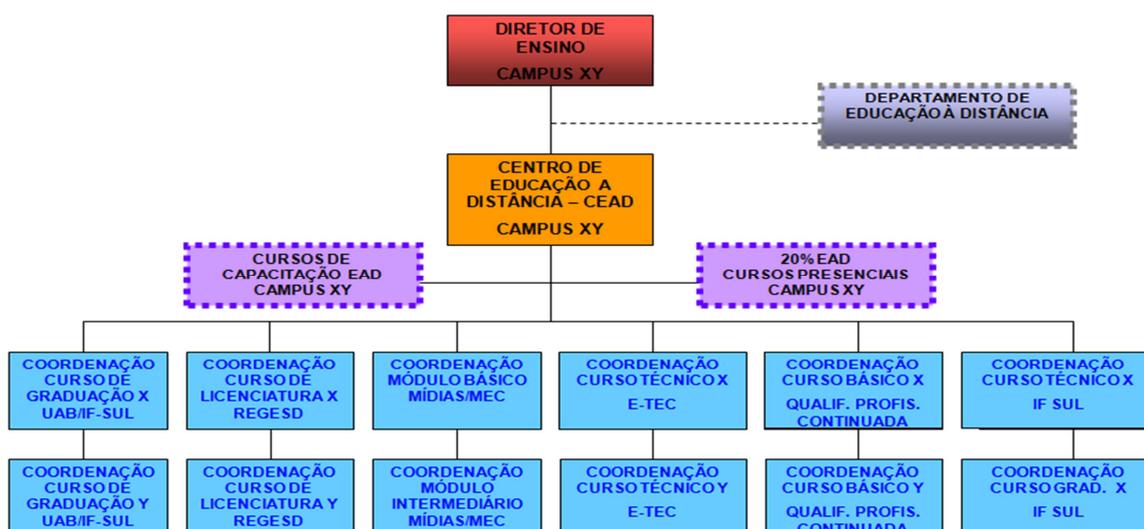


Figura 3: Estrutura descentralizada nos campi

A linha tracejada na figura 3 acima significa vínculo de cooperação, como é o caso da ligação do CEAD com o Departamento de Educação a Distância que subordina-se à Pró-reitoria de Ensino.

A Pró-Reitoria de Ensino também criou uma Câmara de Ensino de EAD com o objetivo de tornar mais democrática e transparente as ações de planejamento institucional para educação a distância. Além da participação dos principais atores de EAD institucionais, também participam um membro da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e um membro da Pró-reitoria de Extensão, conforme a figura abaixo:

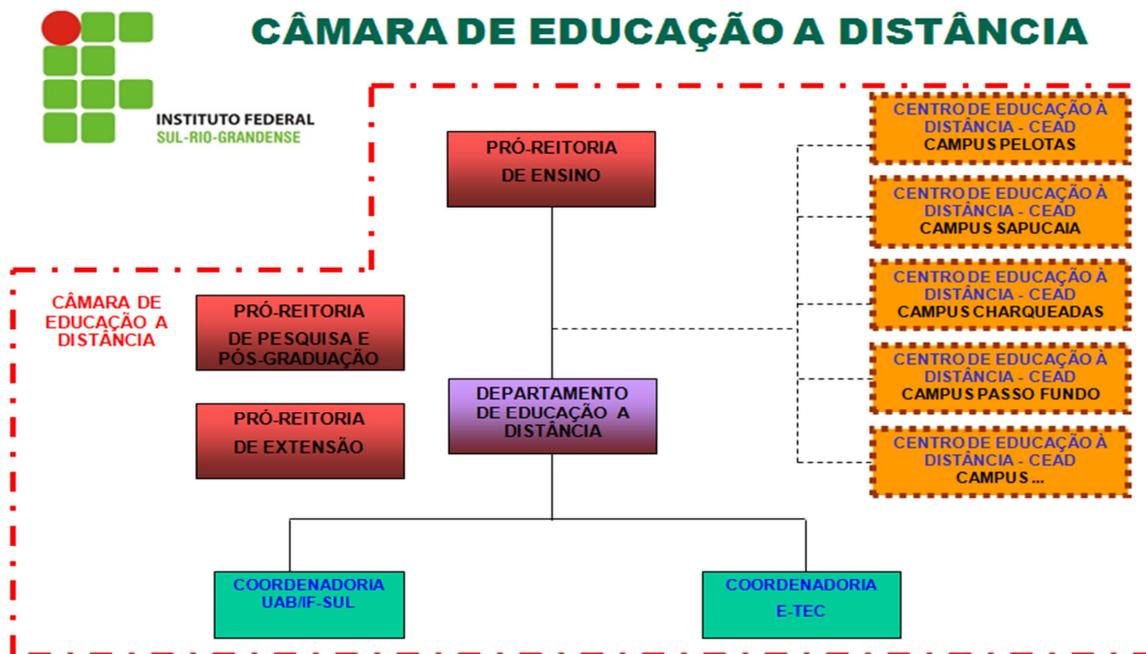


Figura 4: *Composição da câmara de educação a distância*

2.1.3. CREDENCIAMENTO INSTITUCIONAL PARA EAD

O credenciamento institucional em EAD do IF deve ser realizado junto ao MEC, visando dar mobilidade e flexibilidade de atuação dentro e fora dos programas de fomento do MEC (UAB e E-TEC), de forma a respeitar a autonomia universitária e permitir a execução dos novos cursos a distância previstos no PDI do IF não cobertos pelos programas de fomento. A figura abaixo mostra um modelo de rede estratégica em credenciamento junto ao MEC/INEP.

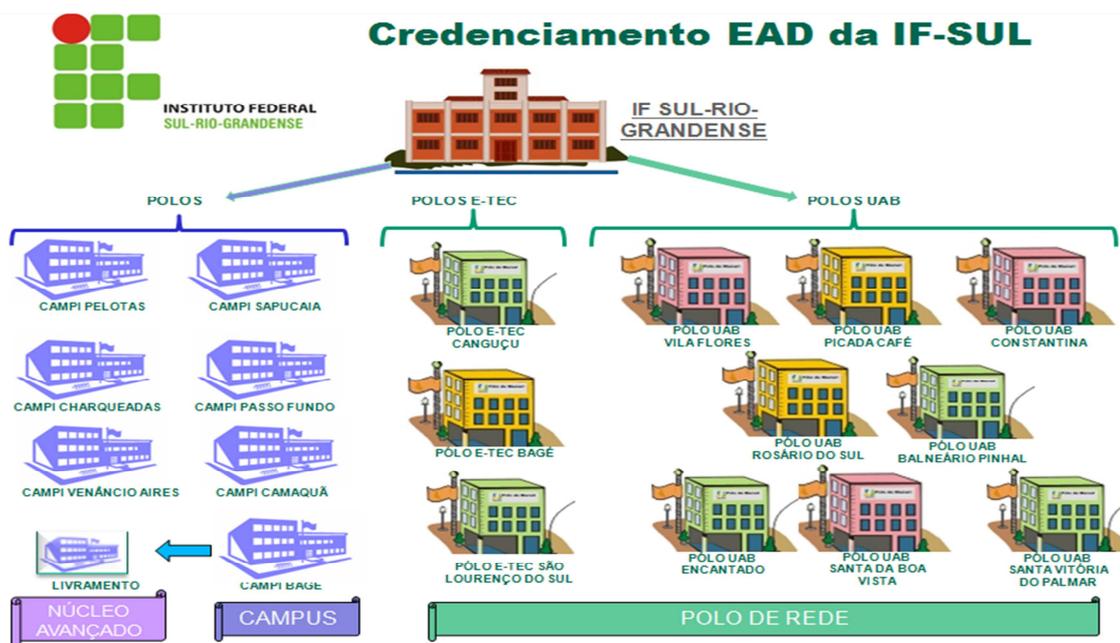


Figura 5: Rede estratégica em credenciamento

O modelo adotado apresenta vantagens e desvantagens na sua implantação. As mesmas são sucintamente descritas abaixo:

2.1.4. PONTOS FORTES:

- Minimiza e concentra os investimentos iniciais na montagem e operação da infraestrutura de EAD, com uma estrutura sistêmica para a produção de material de EAD e gestão dos cursos a distância;
- Facilita o estabelecimento de fluxos processuais e gerenciamento da produção de materiais, gerenciamento de sistemas de servidores da EAD e link de internet (datacenter);
- Permite o compartilhamento de objetos educacionais produzidos internamente no IF e a recuperação de objetos de aprendizagem (OAs) disponíveis nos portais de domínio público. Assim como fomenta o uso do Portal EPCT e de ferramentas como o INTERRED;
- Facilita o melhor aproveitamento dos recursos humanos contratados, como webdesigners, revisores, ilustradores, programadores e projetistas instrucionais por estarem no mesmo ambiente;
- Permite a alocação de funcionários do quadro permanente para ocupar e executar atividades sistêmicas em benefício de todos os campi;
- Facilita as ações de capacitação da equipe de EAD e compartilhamento de expertise;

- Minimiza o espaço físico inicial necessário para a instalação e operação da EAD nos campus do IF, principalmente, os campus em implantação.

2.1.5. PONTOS FRACOS:

- Requer a alocação de espaço físico (salas) adequado maior para atender a demanda de todos os campi;
- Inicialmente concentra a expertise em EAD na estrutura da Pró-reitoria de Ensino;
- A médio e longo prazos, havendo crescimento em escala, requerem a destinação de espaço físico maior.

2.2. MODELO ESTRUTURAL DESCENTRALIZADO

No modelo estrutural descentralizado de Educação a Distância o Departamento de EAD estará vinculado a Pró-Reitoria de Ensino, com função estratégica, responsável por:

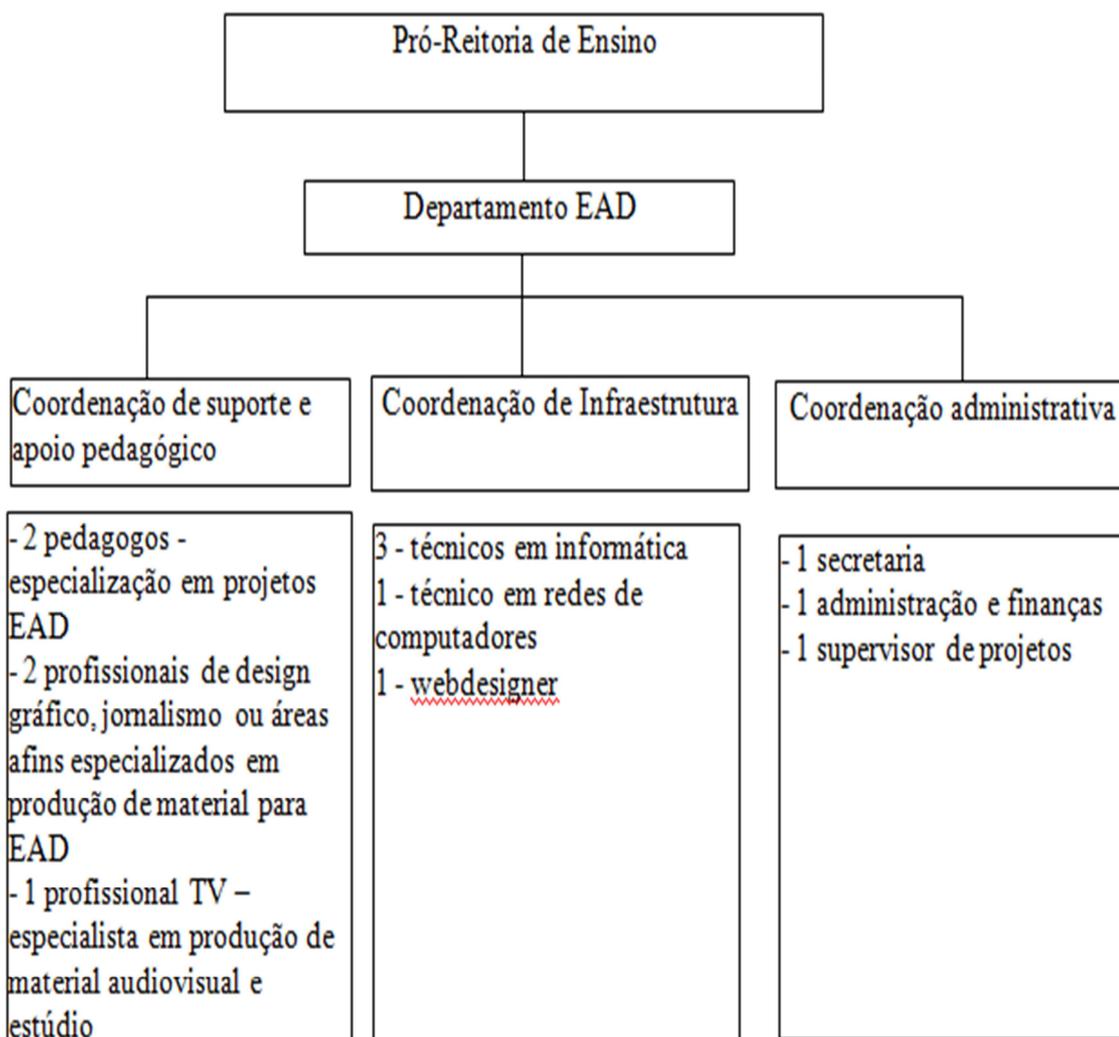
- Fomento e articulação de novos projetos de cursos;
- Supervisão e regulação de cursos de EAD;
- Análise e acompanhamento do processo de criação de cursos. (órgão consultivo do CEPE);
- Capacitação (material e execução);
- Gestão da infraestrutura de TI, incluindo servidores (planejamento aquisição e expansão em uma estrutura centralizada), gestão AVA (gestão do software utilizado) em conjunto com as Diretorias de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), quando for o caso;
- Captação de recursos para criação de novos cursos e/ou projetos de pesquisa e capacitação associados a EAD (editais dos órgãos de fomento).

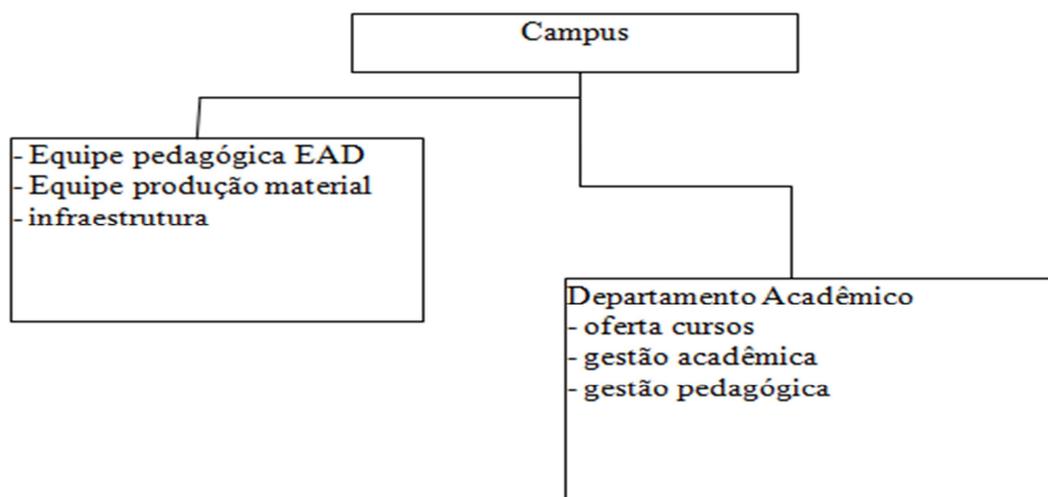
Os campi serão responsáveis por:

- Encaminhamento para aprovação de cursos;
- Infraestrutura física para funcionamento do curso (sala de aula, sala de coordenação, sala de tutoria, mobiliário, recursos computacionais, etc.);
- Custeio de insumos (telefone, correio, deslocamento de professores, diárias, passagens, etc.);
- Manter equipe de produção de materiais e acompanhamento pedagógico;
- Emissão e registro de diplomas e certificados.

Aos departamentos acadêmicos caberão as seguintes funções:

- Propor novos cursos;
- Implementação do curso, incluindo o planejamento das necessidades de infraestrutura, capacitação, professores, produção de material e equipe de apoio;
- Gestão acadêmica (registro escolar, emissão ou encaminhamento de documentos relacionados a alunos);
- Gestão pedagógica, incluindo acompanhamento de produção de materiais impressos, virtuais, etc., e execução dos cursos.





2.2.1. PONTOS FORTES:

- Departamento de EAD atuando de forma estratégica, regulando a atividade no Instituto;
- Aproveita a estrutura dos campi atuais, incluindo compras, registro escolar, etc;
- Fortalece a criação de estrutura de EAD independente nos campi, democratizando a criação de novos cursos, envolvendo o corpo docente na criação dos cursos, ao invés destes nascerem no departamento de EAD ou outros órgãos estratégicos;
- Envolve o corpo pedagógico e docente atual em atividades de EAD;
- Mantém o modelo que regula a criação e manutenção de cursos na modalidade presencial;
- Estrutura administrativa do departamento de EAD simplificada, com maior viabilidade de estruturação para oferta imediata de cursos;
- Programa de capacitação centralizado, uniforme.

2.2.2. PONTOS FRACOS:

- Novos campi terão dificuldades na criação de cursos por falta de estrutura.
- Necessidade de estruturação das equipes de produção de materiais e acompanhamento pedagógico em cada campus ofertante.
- Curso vinculado a campus/departamento acadêmico, não estimulando a criação de cursos interdepartamentais e/ou intercampi.

2.3. RECURSOS HUMANOS PARA OS MODELOS PROPOSTOS

Todos os modelos sugeridos propõem infraestrutura que envolvem uma série de atividades contínuas e de várias naturezas a serem realizados e que não são contempladas por ações didáticas ou pedagógicas (que envolvem professores).

Algumas dessas atividades requerem especializações que, em alguns casos, não podem ser encontradas no corpo docente e técnico atual das instituições.

A ação de fortalecimento da EAD requer que tenhamos um quadro técnico-administrativo tão competente quanto o docente para suportar as diversas ações necessárias (designer instrucional, técnicos em informática, técnicos em redes de computadores, analistas de sistema, administradores de redes de computadores, web designer).

Nas estruturas atuais, os professores além de suas atividades normais em sala de aula também realizam as ações de execução nas áreas citadas acima. A dedicação compartilhada e o excesso de atividades podem comprometer a qualidade dos serviços prestados, além do stress gerado ao docente. O ideal é que essas atribuições operacionais sejam desempenhadas por técnicos-administrativos permanentes.

2.4.1 ENCAMINHAMENTO 01

Sugerimos que seja estudada uma forma de solicitar um aporte de técnicos-administrativos ao MEC. Um estudo sobre as formações necessárias, quantidades e nível (médio ou superior) deve também ser realizado.

2.4.2 ENCAMINHAMENTO 02

Sugerimos que seja estudada uma forma de solicitar um aporte de técnicos-administrativos e docentes ao MEC. Um estudo sobre as formações necessárias, quantidades e nível (médio ou superior) deve também ser realizado.

3. REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DOCENTES - EAD

3.1. ENCAMINHAMENTO 01 – DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

- 1) De acordo com a Lei nº 11.273/06 que autoriza, em seu artigo 1º “a conceder bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito dos programas de formação de professores para a educação básica”, entende-se que nos casos de o professor estar realizando atividades de educação à distância remuneradas por programas de fomento do MEC (CAPES, CNPq), essa atividade é considerada como pesquisa, logo, admitida sua execução dentro das 40 ou 20 horas do "contrato de trabalho". Contudo, não implica em redução da carga horária em sala de aula presencial.
- 2) Nos casos de o professor estar realizando atividades de educação a distância, promovidas pela própria instituição, sem bolsa, o cálculo da equivalência da carga horária em sala de aula deverá seguir as orientações:

- a) Para cada 1 hora realizada como Professor Formador será contabilizado 1 hora de carga horária em sala de aula;
- b) Para cada 1 hora realizada como Prof. Conteudista, será contabilizada 1,5 horas de carga horária em sala de aula;
- c) Aconselha-se a IES a regulamentar os percentuais máximos de atuação na soma das cargas horárias em EAD, visando o fomento da participação do maior número de docentes nas atividades a distância;
- d) As demais atividades docentes na EAD, como tutoria presencial e a distância deve ser alvo maior discussão e regulamentação posterior.

3.2. ENCAMINHAMENTO 02

De modo a tornar mais produtiva os esforços para regulamentar a Carga Horária e Atividade Docente tornam-se necessário a integração dos fóruns ligados ao CONIF (FDE-FORPOG-DGP-GT3(EPCT/EAD)- FORPROEX) no que concerne a discussão sobre Carga Horária Docente em Pesquisa, Ensino (presencial e à distância - EAD) e Extensão.

4. ROMPER AS BARREIRAS ESTADUAIS PARA OFERTAS DE CURSO UAB, E-TEC E OUTROS

PARECER do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO de maio/2009 autorizando as ofertas de Cursos Técnicos a distancia em qualquer UF

PARECER CNE/CEB Nº: 05/2009

CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CEB - CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PARECER CNE/CEB Nº: 05/2009.

APROVADO EM: 10/3/2009

Credenciamento de instituições educacionais pertencentes à REDE FEDERAL de ECPT para a oferta de Educação Profissional Técnica de nível médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial na modalidade de Educação a Distância.

INTERESSADO: Ministério da Educação/Universidade Federal do Paraná UF: PR

O Secretário de Educação a Distância do MEC Prof. Carlos Eduardo Bielschowsky enviou ao Conselho Nacional de Educação consulta por se tratar de assunto correlato à regulamentação do art. 11 do Decreto nº 5.622/2005 e, considerando que compete ao

egrégio Conselho Nacional de Educação, por meio de suas Câmaras, nos termos do art. 7º, § 1º, alínea “f”, da Lei nº 9.131/95, analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidades de ensino.

VOTO DO RELATOR

À vista do exposto, responde-se à Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná nos termos deste Parecer:

- 1) A Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, já se encontra devidamente autorizada e credenciada para oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade de Educação a Distância, no âmbito do Programa E-TEC Brasil;*
- 2) A Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná pode manter pólos de Educação a Distância em outras Unidades da Federação, desde que mantenha os mesmos critérios e indicadores de qualidade dos pólos já aprovados para o funcionamento dos pólos do Estado Paraná pelo órgão próprio do sistema de ensino da União;*
- 3) Atendendo ao princípio do regime de colaboração e de cooperação entre os diversos sistemas de ensino, a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná para atuar em outras unidades da Federação, deve previamente informar o respectivo Conselho de Educação quanto à instalação do correspondente pólo de atuação;*
- 4) Idênticos procedimentos devem ser adotados em relação às demais instituições de Educação Profissional e Tecnológica integrantes da rede federal, isto é, uma vez credenciadas e autorizadas pelo órgão próprio do sistema de ensino da União, em respeito ao princípio do regime de colaboração e cooperação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino envolvidos, o respectivo Conselho de Educação deve ser previamente notificado pela instituição educacional da rede federal de ensino quanto à instalação de pólo de atuação de educação à distância naquela Unidade da Federação.*

Conselheiro Francisco Aparecido Cordão – Relator

DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Básica aprova por unanimidade o voto do Relator. Sala das Sessões, em 10 de março de 2009.

Conselheiro Cesar Callegari –

Presidente Conselheiro Mozart Neves Ramos – Vice-Presidente

ORIENTAÇÕES

O art. 11 do Decreto nº 5.622/2005 define, por outro lado, que a instituição educacional credenciada por um Conselho de Educação para desenvolver programas de Educação Profissional da modalidade de Educação a Distância (EAD) fora da **Unidade da Federação** em que estiver sediada, a instituição deverá solicitar credenciamento junto ao Ministério da Educação, e que tal credenciamento institucional seja realizado em regime de colaboração e cooperação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino envolvidos.

Essa regra pode ser aplicada de forma analógica por uma instituição educacional integrante da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica, isto é, uma vez **autorizada pelo órgão próprio do Sistema de Ensino da União** comunicar tal decisão ao respectivo Conselho de Educação da unidade da Federação onde pretende instalar pólo de ação educacional à distância, no âmbito do regime de colaboração e cooperação com os órgãos normativos dos diferentes sistemas de ensino.

A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, pelo Parecer CNE/CES nº 195/2007, definiu diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de **avaliação para credenciamento** de instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6o, inciso IV, do Decreto no 5.773/2006. Essas diretrizes servem de **parâmetro inicial** para a análise de solicitações de credenciamento de instituições educacionais integrantes da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica para atuar na modalidade de Educação a Distância (EAD).

Os instrumentos de avaliação, para fins de credenciamento de instituições educacionais para a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância foram definidos pelo Parecer CNE/CES nº 197/2007. Em 13/3/2008, a Câmara de Educação Superior aprovou o Parecer CNE/CES nº 66/2008, que definiu diretrizes para credenciamento de novas instituições de Educação Superior e de credenciamento institucional para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância e normas processuais para o trâmite do(s) projeto(s) de curso(s) protocolado(s) em conjunto, os quais devem servir de base para a análise conjunta de projetos da espécie por parte dos órgãos técnicos do MEC, isto é, Secretaria de Educação a Distância e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

4.1. ENCAMINHAMENTO

Para romper barreiras territoriais, recomenda-se que os Institutos Federais realizem uma consulta formal aos Institutos que operam na região pretendida, buscando um regime de colaboração e cooperação.

Além disso, é necessária a articulação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino envolvidos para que cursos na modalidade EAD atendam com os mesmos critérios e indicadores de qualidade já aprovados para que possam ser ofertados em outras Unidades da Federação.

5. ESTRATÉGIAS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DO PORTAL EPCT VIRTUAL

5.1. PORTAL EPCT VIRTUAL

Um espaço digital colaborativo destinado a contribuir com a instrumentalização, informação e comunicação de professores, pesquisadores, alunos e interessados em tecnologia educacional aplicada à Educação Profissional e Tecnológica.

5.1.1. FERRAMENTAS APROVADAS PARA O PORTAL

5.1.1.1. INTERRED

Integração, organização e disponibilização de conteúdos didáticos digitais – CDDs para cursos de EAD na Rede Federal da EPCT.

5.1.1.2. LABORATÓRIOS VIRTUAIS

Ferramentas de suporte às atividades laboratoriais inerentes a diversos cursos da Rede Federal da EPCT. Trata-se de uma ferramenta para melhoria da qualidade do ensino tecnológico.

É apresentado um conjunto de CDDs (conteúdos didáticos digitais) que formam um laboratório virtual. Com este laboratório, disponibilizamos aos usuários simulações de experimentos de instalações elétricas e automação predial que possam ser realizados através do computador, evitando riscos e custos excessivos. Estes experimentos poderão ser acessados pela Web.

5.1.1.3. LEARNING VECTORS

Ferramenta de apoio à avaliação de interações em Fóruns, Chats e Tarefas de AVAs (integrada ao *Moodle*). Integre os Vetores de Aprendizagem ao *Moodle* e avalie os alunos dinamicamente, fornecendo a nota final dos alunos dentro do próprio ambiente virtual de aprendizagem.

5.1.1.4. NECESSIDADES DESEJÁVEIS

Para o bom funcionamento das ferramentas aprovadas para o portal temos as seguintes necessidades:

- Alta Disponibilidade 24 x 7 x 365 do serviço.

- Suporte de Rede e Infraestrutura.
- *Call Center* para serviços básicos (cadastro, dúvidas de usuário, solicitação de melhorias).
- Equipe para correção de *bugs* e inclusão de melhorias.
- Equipe de divulgação e fomento ao uso das ferramentas.

5.1.1.5. LOCALIZAÇÃO INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE PESSOAL DE REDES

Quanto à localização da infraestrutura física e os recursos humanos desejados são necessários:

- Infraestrutura de servidores com redundância.
- Alta disponibilidade 24 x 7 x 365 do serviço.
- Suporte de rede e infraestrutura.

5.1.1.6. JUSTIFICATIVA

É importante ressaltar que os serviços serão utilizados por dezenas de instituições e milhares de usuários. Além disso, os serviços de EAD devem atender 24 horas por dia e todos os dias da semana.

5.1.2. ENCAMINHAMENTO

O GT3 sugere que o serviço possa ser hospedado em locais que tenham como atividade regular os serviços supracitados. Empresas como SERPRO e RNP já possuem os requisitos físicos e humanos supracitados e já mantêm serviços da mesma natureza. Eles também já possuem contratos e convênios com os Ministérios, o que pode facilitar o acesso aos mesmos. Uma questão estratégica é manter esses serviços dentro da esfera pública.

5.1.2.1. OBSERVAÇÃO

A RENAPI, o local onde está hospedado atualmente o Portal, não atende aos requisitos necessários para suprir às necessidades acima citadas. Sua hospedagem foi pensada e planejada para ser temporária, durante a pesquisa e criação das ferramentas.

5.2. EQUIPE DE MANUTENÇÃO DAS FUNCIONALIDADES, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

5.2.1. NECESSIDADES

- Equipe de Análise e Desenvolvimento para correção de *bugs* e inclusão de melhorias por ferramenta.

- Equipe para dar suporte técnico à equipe do CALL CENTER (quando necessário).
- Equipe para treinamento e capacitação. Criação de vídeo-aulas, disponibilização de web-conferência.

5.2.2. JUSTIFICATIVA

As ferramentas atualmente encontram-se em uso nos locais de origem [IFCE(INTERRED, LVs), IFSC(LABORATÓRIOS VIRTUAIS)]. As equipes já estão habituadas a utilizá-los e possuem uma equipe local para acessar. Ao passar para o público geral, algumas funcionalidades podem ser necessárias, incluindo a correção de alguns *bugs* e solicitação de melhorias.

5.2.3. BUGS

Devem ser solucionados imediatamente dependendo da criticidade.

5.2.4. MELHORIAS

Devem ser analisadas pelo grupo de análise e ser desenvolvida de acordo com um cronograma pré-estabelecido.

5.2.5. ENCAMINHAMENTO

Aproveitar locais de desenvolvimento (pelo menos os idealizadores das ferramentas) e onde as ferramentas estarão sendo mais utilizadas. Uma oportunidade é a de aproveitar as experiências dos idealizadores para promover cursos (vídeoaulas), capacitações (webconferências), palestras de divulgação e treinamentos nos Campi.

5.3. ALIMENTAÇÃO DE CONTEÚDOS NO PORTAL

5.3.1. NECESSIDADE

Aumentar o número de Conteúdos Didáticos Digitais - CDDs disponibilizados na plataforma para consulta.

5.3.2. JUSTIFICATIVA

Atualmente o portal comporta cerca de 700 CDDs, financiados pela RENAPI durante o período de 2006 a 2009. Esses conteúdos já estão sendo aproveitados em cursos de e-TEC e UAB nas instituições de origem e nas demais que aderiram ao Programa. Essa produção é muito pequena e atende apenas aos cursos que estavam ou estão sendo desenvolvidos em suas instituições (Informática, Licenciatura de Matemática, etc), não atendendo a totalidade das necessidades da Rede Federal.

5.3.3. ENCAMINHAMENTOS

- a) Elaborar diretriz do CONIF determinando o compartilhamento de todos os CDDs produzidos pelos IFs na ferramenta InterRed. Já existem vários esforços do governo, mesmo no MEC, para financiar a produção de material para UAB, e-TEC e demais programas. O objetivo é que esses materiais possam ser disponibilizados na ferramenta INTERRED. Trabalhando em escala, será necessário sensibilizar um grupo maior de professores e pedagogos para compartilharem os materiais no portal. Ao despertar a sinergia entre os diversos atores (SEED e outras secretarias) vamos ter, rapidamente, um acréscimo de materiais em diversas áreas do conhecimento já suportados pelos programas.
- b) Planejar um novo programa de financiamento de produção de conteúdos baseado nas demandas (áreas) não atendidas pelo material disponibilizado.
- c) Sensibilizar professores da REDE FEDERAL EPCT para disponibilizar seus materiais didáticos no Portal, imaginando que os materiais podem ser utilizados para cursos a distância, semipresenciais e presenciais.

5.4. EQUIPE DE ARTICULAÇÃO, DIVULGAÇÃO E DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE USO

5.4.1. NECESSIDADE

- Criar uma estrutura centralizada com a preocupação de divulgar as novidades;
- Entrar em contato com os que tenham cursos em determinada área coberta pelo material do PORTAL;
- Entrar em contato com os Institutos Federais para mapear suas necessidades de material;
- Definir as políticas e perfis de acesso.

5.4.2. JUSTIFICATIVA

Utilização do portal por toda a REDE FEDERAL EPCT.

5.4.3. ENCAMINHAMENTO

Criar uma equipe de articulação, divulgação e definição de políticas de uso do Portal EPCT Virtual.

ANEXO B – Proposta de Institucionalização da Educação a Distância nos Institutos Federais

**PROPOSTA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NOS
INSTITUTOS FEDERAIS**

GT Institucionalização EaD nos Ifs

**Fórum dos Dirigentes de Ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica
e Tecnológica –FDE**

São Paulo, 6 e 7 de novembro de 2012

Reunião Grupo de Trabalho Institucionalização EaD**São Paulo / 05 e 06 de novembro de 2012****Participantes:**

IFSC – Daniela de Carvalho Carrelas (carvalho@ifsc.edu.br; pre.ifsc@gmail.com) e Paulo Weigmann (weigmann@ifsc.edu.br; prweig@uol.com.br)

IFES – Cristiane TenanSchlittler dos Santos (cristiane.tenan@gmail.com) e José Mário Costa Junior (jsistemas@gmail.com)

IFMT – Ghilson Ramalho Corrêa(ghilson.correa@ifmt.edu.br; ghilsonr@terra.com.br).

IFRN – José de Ribamar Silva Oliveira (ribamar.oliveira@ifrn.edu.br; ramabir@gmail.com) e Ana Lúcia Sarmiento Henrique (ana.henrique@ifrn.edu.br; analuciasarmientohenrique@gmail.com).

IFSP – Yara Facchini (yarafacchini@ifsp.edu.br; yarafacchini@hotmail.com)

IFSul – Odeli Zanchet (proen@ifsul.edu.br; zanchet.sul@gmail.com) e Luis Otoni (luis.otoni@gmail.com)

1. JUSTIFICATIVA

Já é quase lugar comum a assertiva de que vivemos numa sociedade de transição, cujo foco é a produção intelectual e o uso intensivo das tecnologias e, entre elas, a Internet. Para Castells (2003, p.7¹²), “a Internet passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da era da informação: a rede.” E, de forma contundente, afirma que a Internet é o tecido de nossas vidas. Essa afirmação do renomado professor de Sociologia leva-nos a pensar na formação exigida para o profissional desta sociedade contemporânea.

As instituições educativas, como parte do tecido social, não podem ficar à margem dessas mudanças. No entanto, pesquisa do INEP (2007, *apud* Moran, 2009¹³) mostra que a escola é pouco atraente e que, na faixa entre o 5º e o 8º anos do ensino fundamental, o desinteresse afasta mais alunos da escola (40%) que a necessidade de trabalhar (17%). Em outras palavras, existe um imenso abismo entre a escola real e a escola necessária. No cenário da sociedade atual, concordamos com Moran (2009, p.9) quando afirma que “escolas não conectadas são escolas incompletas”, pois o estudante sem acesso às redes está excluído de uma parte importante da aprendizagem, tanto formal, como informal. Não estamos, com essa afirmação, argumentando que o “mundo virtual” substituirá o “mundo físico”. A ideia fundante nessa discussão é que o “mundo virtual” hoje já está integrado e complementa o “mundo físico” e que é imprescindível que a escola faça uso dessa nova tecnologia como forma de favorecer a cidadania plena de seus discentes. A escola precisa, pois, se reinventar.

As TICs fazem circular em tempo real imagens e informações no cotidiano do sistema escolar impondo transformações na forma de interagir com o conhecimento.

É preciso que a escola se aproprie cada vez mais de conhecimentos para ampliar a utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis em favor do ensino, da pesquisa e da extensão. Nos dizeres de Paula Sibila (2012, p .181):

“enquanto os alunos de hoje vivem fundidos com diversos dispositivos eletrônicos e digitais, a escola continua obstinadamente arraigada em seus métodos e linguagens analógicos; isso talvez

¹²CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

¹³MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. 4 ed. SP: Papirus, 2009.

explique por que os dois não se entendem e as coisas já não funcionam como se esperaria”(SIBILIA, Paula. 2012, p .181¹⁴)

A inserção das novas tecnologias na escola tanto deve acontecer na educação presencial como na educação a distância (EaD), portanto, os profissionais precisam se familiarizar com as novas tecnologias, suas possibilidades e limites, para que, em sua prática, possam fazer escolhas conscientes.

Centrando a discussão na EaD, o uso das novas tecnologias e da Internet tornam-se o suporte do processo pedagógico, e isso estabelece uma nova cultura, “estabelece uma nova relação entre os participantes, os conteúdos, as metodologias, as tecnologias, os comportamentos e a avaliação (KENSKI, 2010, p.59¹⁵).” Em consequência, institui, novas necessidades para a escola, entre as quais, podemos citar formação de professores, formação de corpo técnico, formação de gestores, criação de infraestrutura tecnológica.

Sabemos que a educação não diz respeito apenas a professores, é um tema complexo que envolve todo o corpo social e, intimamente, o Estado e políticas públicas coerentes. Em relação à EaD, o Estado brasileiro não se eximiu e, principalmente desde 2005, vem estabelecendo políticas de incentivo à democratização da educação por meio das novas tecnologias, ao criar o Sistema Universidade Aberta do Brasil e a Rede E-Tec Brasil.

Essas iniciativas governamentais, no entanto, estão pautadas na distribuição de bolsa de pesquisa aos envolvidos no processo educativo. Essa prática tem sido até o momento a coluna vertebral das ofertas na modalidade EaD na Rede Federal de Educação Profissional e tem gerado algumas consequências. De um lado, os docentes que trabalham nesses programas não têm essa atividade docente incluída em sua carga horária. Por outro, instituiu-se culturalmente na Rede que a oferta EaD sempre vem associada a recebimento de bolsas.

Creemos que a oferta de cursos via convênios, parcerias ou similares deve existir, como, aliás, é comum na educação presencial na Rede Federal de Educação Profissional, mas não deve ser a única nem a principal forma de oferta na modalidade EaD.

¹⁴SIBILA, Paula. *Redes ou Paredes: A Escola em tempos de dispersão*. Tradução Vera Ribeiro – Rio de Janeiro: Contraponto,2012.

¹⁵ KENSKI. Vani Moreira. Avaliação e acompanhamento da aprendizagem em ambientes virtuais, a distância. In MILL. Daniel; PIMENTEL, Nara. (Orgs.). **Educação a distância**: desafios e possibilidades. São Carlos :Edufscar, 2010, pág. 59-68.

Para que se possa reverter o quadro hoje instalado e se possa, de fato, institucionalizar essa modalidade na Rede, faz-se necessário criar as condições de infraestrutura de gestão, de pessoal e tecnológica, além de se estabelecer a importância desta nova forma de transmissão de conhecimentos, teóricos e práticos, possíveis a partir de um processo responsável e planejado de desenvolvimento do conhecimento.

Com o intuito de consolidar a educação a distância como modalidade educacional nos Institutos Federais, o FDE apresenta a presente proposta de Institucionalização da EaD. Para tanto, propõe a criação de estrutura organizacional composta por CâmpusEaD, em todos os Institutos Federais, e de Núcleos de Educação a Distância, em cada um dos câmpus dos referidos institutos, considerando, em especial, a Lei 11.892, que dispõe, no artigo 6º, como finalidade dos Institutos Federais:

I – Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades (grifo nosso), formando e qualificando cidadãos com vistas a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento local, regional e nacional.

O CâmpusEaD tem a função estratégica de, juntamente com a Pro-Reitoria de Ensino, propor políticas, articular e gerenciar processos em EaD, produzir material didático além de ofertar cursos em área tecnológica que lhe é própria, bem como dar suporte as ofertas em EaD que demandem articulação por se caracterizarem oferta multicâmpus.

O CâmpusEaD trabalhará com os Núcleos de EaD (NEaDs) de forma descentralizada e compartilhada. Os NEaDs, por sua vez, serão instalados nos diversos câmpus de cada Instituto Federal e terão como função executar as ofertas dos cursos propostos pelo Câmpus, bem como sediar a oferta de cursos de outros Câmpus e/ou programas parceiros do IF.

Assim, considerando a importância da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação no ensino presencial e a necessidade da oferta de Educação a Distância de qualidade e democrática entre os câmpus dos IF, espera-se que a criação do CâmpusEaD e dos NEaDs nos demais câmpus dos institutos fortaleça a implantação e disseminação da EaD na Rede Federal.

Esta parceria entre o CâmpusEaD e os câmpus “presenciais”, dentro da proposta de institucionalização da Educação a Distância na Rede apresenta-se de forma imperiosa para o desenvolvimento das ações planejadas. É importante salientar que a oferta de cursos usando a metodologia de ensino à distância não se constitui um privilégio do CâmpusEaD. Muitos câmpus que se caracterizam predominantemente por ofertarem cursos presenciais

podem, e devem, planejar ofertas com o apoio das ferramentas disponibilizadas pelo CâmpusEaD, tanto para o desenvolvimento de cursos específicos nesta modalidade, como também para dar suporte a suas ofertas presenciais. Estas ações são amplamente amparadas pela legislação, refletidas nos instrumentos de avaliações, bem como nas diretrizes curriculares que são emanadas do Conselho Nacional de Educação.

Cabe, portanto, a partir da institucionalização do CâmpusEaD, a implementação de ações sistêmicas que fomentem o planejamento integrado do Instituto, e de cada câmpus, transformando o nosso fazer, pactuando com as tecnologias em favor do bom desenvolvimento da educação profissional, científica e tecnológica.

2. OBJETIVO GERAL

Consolidar a educação a distância como modalidade educacional, ampliando a democratização do acesso à educação profissional, científica e tecnológica.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Capacitaros servidores para atuação em EAD (gestão e docência) e no uso de tecnologias educacionais;
- Ofertar cursos na modalidade EaD para a comunidade externa;
- Apoiara utilização das TICs na oferta dos cursos presenciais;
- Dar suporte às ofertas EaD dos câmpus presenciais.

4. AÇÕES DO CÂMPUSEaD

- Dar suporte e orientação pedagógica e metodológica aos diversos câmpus, para a construção de proposta de cursos a distância, disciplinas e ações de capacitação, em sintonia e articulação com as pró-reitorias e diretorias dos câmpus.
- Possibilitar a oferta institucional de disciplinas na modalidadeEaD dos cursos presenciais da educação superior e de nível técnico, nos limites estabelecidos pela legislação;
- Possibilitar a oferta institucional com metodologia EaD de disciplinas optativas, como Libras, em cursos superiores e outras requeridas na legislação;
- Possibilitar a oferta institucional com metodologia EaD, para alunos em dependência nos cursos técnicos e superiores;
- Possibilitar a oferta institucional, com metodologia EaD, de cursos preparatórios gratuitos para ingresso nos Institutos (vídeos, web, encarte em jornal, etc...);
- Possibilitar a oferta institucional, com metodologia EaD, de cursos e material de apoio aos alunos com dificuldade de aprendizagem ou baixo rendimento escolar;

- Possibilitar a oferta institucional, com metodologia EaD, de cursos de idiomas;
- Ofertar cursos de atualização tecnológica para docentes e técnico-administrativos;
- Ofertar cursos de formação pedagógica a distância, atendendo às demandas de formação dos docentes em todos os câmpus do IF;
- Capacitar o corpo técnico e docente do IF bem como colaboradores (bolsistas) e parceiros externos (gestores municipais, estaduais, entre outros) para a mediação didático-pedagógica por meio da utilização das TICs na educação;
- Apoiar e capacitar servidores para os serviços de videoconferência, webconferência e teleconferência, interligando os diversos câmpus e polos de apoio presencial;
- Ofertar cursos de formação voltados às necessidades da administração e do ensino;
- Articular e/ou ofertar cursos organizados sistemicamente para todos os Câmpus e polos de apoio presencial do IF;
- Congregar e potencializar os vários programas de fomento de educação a distância e formação de professores, oportunizando igual oportunidade de acesso a todos os câmpus do Instituto;
- Produzir e distribuir material didático (objetos de aprendizagem) e tecnologia educacional para a educação presencial e a distância;
- Estruturar serviço de apoio editorial, pedagógico, tecnológico e impressão para produzir impressos, mídias digitais e ambientes virtuais para as ações educacionais do Instituto;
- Certificar, validar e homologar os materiais produzidos para EaD utilizados no Instituto;
- Cuidar das logísticas de distribuição de materiais, de transporte, de veículos para os cursos sob a responsabilidade do CâmpusEaD;
- Viabilizar transmissão ao vivo de aulas, eventos, seminários para toda a comunidade, tanto por canal de TV, Rádio, WEB e transmissão via satélite;
- Estruturar equipes volantes, projetar laboratórios móveis e kits didáticos para apoiar as ações de capacitação, aulas e eventos nos diversos Câmpus do Instituto;
- Estabelecer a articulação política e institucional com outros órgãos para oferta de cursos e compartilhamento de recursos da EaD;
- Gerenciar a infraestrutura tecnológica do Datacenter com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem, Repositórios de Conteúdos Didáticos Digitais - CDDs/Objetos de Aprendizagem - OAs, Portais Educacionais e demais recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs;
- Gerenciar os acervos de objetos de aprendizagem, mídias e produções culturais, facilitando o acesso à comunidade do Instituto;
- Adaptar e produzir materiais educacionais para os portadores de necessidades especiais, em sintonia com os NAPNES;

- Apoiar grupos e projetos de pesquisas e/ou extensão no uso das TICs na educação presencial e a distância;
- Elaborar projetos, PTAs, planilhas financeiras para captar recursos junto aos órgãos de fomento e os respectivos relatórios de cumprimento de objeto para prestação de contas;
- Gerenciar os processos de compra, licitação e execução orçamentária dos projetos de EaD;

5. AÇÕES DO NEAD

- Ofertar cursos na modalidade a distância em parceria com o CâmpusEaD.
- Sedar a oferta de cursos de outros câmpus e/ou programas parceiros do IF.
- Prover infraestrutura física, tecnológica e de pessoal no câmpus para a oferta de cursos na modalidade EaD.
- Dar suporte às atividades pedagógicas e administrativas para os cursos a distância ofertados por outros câmpus do Instituto, quando o NEaD receber cursos na modalidade EaD.
- Estabelecer ações que garantam, para o aluno dos cursos a distância, os benefícios atribuídos aos alunos dos cursos presenciais, considerando as especificidades próprias dessa modalidade.

6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A fim de que a EaD possa ser articulada de forma consistente e contínua na Rede, é imprescindível a criação/manutenção não só de uma infraestrutura física e tecnológica adequada e em permanente atualização, mas a instituição de um corpo funcional capacitado para atuação nessa modalidade. Para tanto, é necessária a criação de vagas para docentes e técnicos-administrativos, para atuarem tanto no CâmpusEaD como nos NEaDs, assim como a disponibilização de formação continuada em EaD a todos os que pretendam atuar ou que já atuem com essa modalidade.

A Educação a Distância necessita de uma equipe de suporte bastante grande para que essa oferta tenha a qualidade necessária. Essa equipe leva em consideração a necessidade de formação de todos os que irão atuar com a EaD, assim como prevê a necessidade de elaboração de material didático e de suporte e manutenção de tecnologias da informação que permitam a veiculação dos cursos. Cada oferta deve levar em consideração, portanto, um aumento da equipe de suporte que forma o CâmpusEaD e do câmpus que receberá a oferta

O CâmpusEaD proposto constitui um câmpus organizacional, estrutural e regimental semelhante ao modelo dos demais câmpus naquelas ações comuns ao tripé ensino, pesquisa e extensão, porém diferenciado nas particularidades da gestão e produção em EaD bem como em seu caráter de modelo de gestão sistêmica cuja estrutura é compartilhada e participativa com os demais câmpus.

Acredita-se que o modelo mais adequado, feitas pequenas modificações conceituais, é o modelo de Gestão Sistêmica que trata da integração de todas as áreas de uma organização buscando assegurar o cumprimento de prazos, manutenção da qualidade e equilíbrio de ações de maneira a proporcionar diferencial educacional, garantindo continuidade e credibilidade com visão de futuro.

Neste sentido, conhecer todos os aspectos de gestão em EaD é essencial para que a mesma seja desenvolvida com qualidade. O modelo proposto engloba as dimensões: institucional, tecnológica, gestão de pessoas, administrativo-financeira e pedagógica. Para isso, será necessária uma estrutura organizacional que contemple tais dimensões.

A **dimensão Institucional** reúne os instrumentos que auxiliam a administração a fixar a razão de ser da gestão educacional de acordo com as crenças, valores, convicções e expectativas da Instituição. Define também a identidade da instituição, caracterizando as finalidades internas e externas que ela se propõe a atender.

A **dimensão Tecnológica** é constituída pela infraestrutura de tecnologia da informação que, de um lado, dá suporte à obtenção de dados que auxiliam na tomada de decisão para o alcance dos resultados institucionais nas ações administrativas, de ensino, de pesquisa e de extensão, contribuindo para a orientação, organização, coordenação e controle das atividades. Por outro lado, especificamente no CâmpusEaD, essa dimensão reveste-se de centralidade, uma vez que os processos ensino e aprendizagem são mediados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação.

A **dimensão Gestão de Pessoas** contempla o conjunto de pessoal capacitado, em diversas áreas do conhecimento, que executam tarefas inerentes ao modelo de educação a distância adotado pelo Instituto. Na EaD, convém ressaltar, existe a necessidade de equipes multidisciplinares especificamente no tocante à produção e ou transposição de material didático.

A **dimensão Administrativo-Financeira** é responsável pela gestão orçamentária e extra-orçamentária, bem como pela elaboração de projetos, planos de trabalho anuais (PTAs),

planilhas financeiras e os respectivos relatórios de cumprimento de objeto para prestação de contas. Além disso, nesta dimensão, está incluída a gestão da aquisição de bens e serviços necessários à implementação das ofertas dos cursos a distância.

A **dimensão pedagógica** consiste em uma seleção coerente e consciente de concepções, de orientações metodológicas, de representações, de conceitos, de transposição didática de materiais e de princípios e ações que definem a perspectiva da abordagem centrada em uma nova metodologia de participação de alunos, professores e tutores no ambiente virtual, quebrando paradigmas próprios da educação presencial. Esta readequação deverá permitir aos diversos atores a abordagem de conhecimentos que lhes possibilite uma condição de estudo autônomo, por meio de recursos incorporados ao material impresso e digital e que se constitui um diferencial para a obtenção dos objetivos propostos pelos Institutos.

Considerando as dimensões abordadas, o objetivo geral, os específicos e as ações propostas para o CâmpusEaD e para os NEaDs, entende-se que a estrutura organizacional adequada de profissionais compreende:

- Diretor Geral (CD2)
 - Assessoria / Chefia de Gabinete (FG2)
 - Conselho / Câmara / Colegiado
 - Coordenação de Programas de Fomento (Sem Função)
- Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão / Acadêmica (CD4)
 - Setor Pedagógico / Apoio Pedagógico
 - Coordenação de Capacitação (FG2)
 - Coordenação de Produção de Materiais (FG1)
 - Coordenação de Design Gráfico (FG2)
 - Coordenação de Multimídia (FG2)
 - Coordenação de Design Instrucional (FG2)
 - Coordenação de Registros Acadêmicos (FG1)
 - Coordenações de Curso / Nível / Área (FCC)
- Diretoria de Administração (CD4)
 - Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (FG1)
 - Coordenação de Infraestrutura de Tecnologia (FG2)
 - Coordenação de Ambiente Virtual de Aprendizagem (FG2)
 - Coordenação Financeira e de Compras (FG1)
 - Coordenação de Gestão de Pessoas (FG2)
 - Setor de Manutenção e Contratos (Sem Função)

6.1 Detalhamento dos setores propostos (CâmpusEaD):

- Diretor Geral(CD2)
 - Assessoria / Chefia de Gabinete (FG2)
 - Assistentes em Administração (D)
 - Jornalistas (E)
 - Conselho / Câmara / Colegiado
 - Coordenação de Programas de Fomento (Sem Função)
 - Assistentes em Administração (D)
- Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão / Acadêmica (CD4)
 - Setor Pedagógico / Apoio Pedagógico
 - Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE) / Pedagogo (E)
 - Assistente Social (E)
 - Psicólogo (E)
 - Bibliotecário (E)
 - Auxiliar de Biblioteca (C)
 - Coordenação de Capacitação (FG2)
 - Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE) / Pedagogo (E)
 - Assistentes em Administração (D)
 - Coordenação de Produção de Materiais (FG1)
 - Coordenação de Design Gráfico (FG2)
 - Programadores Visuais (E)
 - Diagramadores (D)
 - Tecnólogo / Formação (E)
 - Coordenação de Multimídia (FG2)
 - Técnicos em Audiovisual (D)
 - Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais (D)
 - Tecnólogo / Formação (E)
 - Coordenação de Design Instrucional (FG2)
 - Designer Educacional (Instrucional) (E) – Criar Função
 - Revisores de Texto (E)
 - Revisores de Texto Braille (D)
 - Coordenação de Registros Acadêmicos (FG1)
 - Assistentes em Administração (D)
 - Coordenações de Curso / Nível / Área (FCC)
- Diretoria de Administração (CD4)

- Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (FG1)
 - Coordenação de Infraestrutura de Tecnologia (FG2)
 - Analistas de Tecnologia da Informação (E)
 - Técnicos em Tecnologia da Informação (D)
 - Tecnólogo / Formação (E)
 - Coordenação de Ambiente Virtual de Aprendizagem(FG2)
 - Técnicos em Tecnologia da Informação (D)
 - Tecnólogo / Formação (E)
- Coordenação Financeira e de Compras (FG1)
 - Administradores (E)
 - Contadores (E)
 - Técnicos em Contabilidade (D)
 - Assistentes em Administração (D)
- Coordenação de Gestão de Pessoas (FG2)
 - Administradores (E)
 - Assistentes em Administração (D)
- Setor de Manutenção e Contratos
 - Assistentes em Administração (D)

6.2 Estrutura Mínima dos NEaDsnoscâmpus:

- Coordenador de Núcleo (exigência legal do INEP)
- Secretário de Núcleo
- Coordenador de Curso (apenas câmpus gestores)
- Coordenador de Tutoria (apenas câmpus gestores)
- Tutoria a Distância (apenas câmpus gestores)
- Tutoria Presencial
- Técnico em Informática

7. ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

A seguir, estão relacionadas as atribuições dos cargos gerenciais definidos na estrutura organizacional proposta:

7.1 À DIRETORIA GERAL COMPETE(CD2):

- I. Normatizar, supervisionar e acompanhar os processos de ensino relativos à modalidade em todos os níveis educacionais junto com as Pró-Reitorias correspondentes.

- II. Apoiar os processos de criação, reestruturação, extinção, cadastramento e reconhecimento de cursos na modalidade a distância.
- III. Incentivar a realização de eventos científicos relacionados à modalidade a distância.
- IV. Apoiar a formação continuada do pessoal docente e técnico-administrativo relacionado à modalidade a distância em todos os câmpus.
- V. Apoiar ações de cooperação com instituições locais e estrangeiras, com o objetivo de desenvolver a EaD em parceria.
- VI. Coordenar e supervisionar a utilização dos recursos financeiros, quando houver, dos cursos e/ou programas de EaD.
- VII. Supervisionar e auxiliar a prestação de contas de recursos financeiros oriundos de programas específicos, quando utilizados nos cursos ou projetos de EaD.
- VIII. Incentivar o uso das metodologias de EaD na oferta de componentes curriculares na modalidade presencial.
- IX. Incentivar a utilização de novas tecnologias de apoio ao ensino.
- X. Zelar pelos bens patrimoniais do CâmpusEaD.
- XI. Representar o câmpus ou indicar representante em eventos, reuniões, fóruns, congressos nacionais e internacionais.
- XII. Proceder à organização e supervisão geral das atividades do CâmpusEaD.
- XIII. Gerenciar os recursos humanos lotados no câmpus em conjunto com as demais gerências.
- XIV. Encaminhar aos órgãos competentes, quando forem por eles solicitados, relatórios técnicos e financeiros.
- XV. Apresentar à Reitoria relatório anual de gestão e prestação de contas do CâmpusEaD para análise e deliberação.
- XVI. Divulgar as ações do CâmpusEaD.
- XVII. Exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam delegadas pela Reitoria.

7.1.1 Compete à Assessoria / Chefia de Gabinete (FG2)

- I. Assistir à Diretoria em suas representações política e social.
- II. Coordenar as atividades administrativas do Gabinete delegando atribuições e tarefas aos demais servidores lotados no Gabinete.
- III. Controlar documentação e correspondência postal e eletrônica no âmbito do CâmpusEaD.
- IV. Coordenar o fluxo de informações entre o CâmpusEaD e os demais câmpus.
- V. Proceder ao exame prévio dos processos e demais documentos a serem submetidos à consideração da Diretoria.

- VI. Controlar a agenda diária do Diretor.
- VII. Elaborar, quando possível, calendário de viagens obrigatórias do Diretor.
- VIII. Tomar providências para as reservas de passagens, diárias, estada, transporte e material a ser levado para viagens.
- IX. Coordenar o relacionamento entre o Gabinete do CâmpusEaD e os demais órgãos da Administração do Instituto;
- X. Desenvolver outras atividades que lhe sejam delegadas pela Diretoria do CâmpusEaD.

7.1.2 À Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão / Acadêmica compete:

- I. Organizar e auxiliar os trabalhos dos Coordenadores de cursos e Assessoria Pedagógica no que tange à EaD.
- II. Acompanhar a inserção da EaD no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Instituto.
- III. Conhecer as regulamentações internas do Instituto e legislação de EaD, bem como da Educação como um todo.
- IV. Coordenar as ações para novas ofertas de cursos e componentes curriculares na modalidade a distância, a cada período letivo.
- V. Gerenciar a elaboração do calendário acadêmico em conjunto com as outras Gerências e Coordenadores de cursos e encaminhar para a Pró-Reitoria de Ensino.
- VI. Participar, sempre que possível, das reuniões pedagógicas e das reuniões de colegiados de cursos a distância.
- VII. Acompanhar a capacitação dos envolvidos na oferta de cursos na modalidade a distância.
- VIII. Definir ações específicas e coordenar o trabalho do Registro Acadêmico do CâmpusEaD no que tange às ações relacionadas ao corpo docente e discente ligados à EaD.
- IX. Dar suporte aos Gerentes de Ensino dos Câmpus no processo de relacionar os aspectos legais e educacionais que norteiam os projetos pedagógicos e a vida acadêmica dos discentes da EaD.
- X. Acompanhar o trabalho dos pedagogos e designers instrucionais dos cursos na elaboração do material didático impresso e virtual, considerando os aspectos pedagógicos da EaD.
- XI. Gerenciar os trabalhos de pesquisa e extensão que envolvam o uso de tecnologias digitais e a EaD.
- XII. Propor e aplicar modelos de avaliação dos diversos atores ligados à estrutura da EaD.
- XIII. Coordenar a criação e desenvolvimento de metodologias que promovam os processos de ensino e aprendizagem de acordo com as peculiaridades de cada curso.

XIV. Representar o CâmpusEaD em reuniões, palestras, mesas-redondas, entrevistas e comunidade acadêmica para tratar de aspectos pedagógicos, de pesquisa e extensão da EaD.

XV. Propor e coordenar ações de pesquisa e extensão relacionadas ao uso de tecnologias digitais e EaD, especialmente no que diz respeito à inovação na produção de materiais e metodologias de ensino aprendizagem.

XVI. Apoiar o processo de avaliação institucional no que concerne à EaD.

XI. Apresentar relatórios estatísticos e de avaliação semestrais dos cursos a distância.

XII. Exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam delegadas pela diretoria do câmpusEaD.

7.1.2.1 À Coordenação de Capacitação compete:

I. Levantar a necessidade de capacitações para atuação em cursos ou projetos na modalidade a distância, seja para atender a programas, convênios, acordos e contratos gerenciados pelo CâmpusEaD como nos cursos regulares oferecidos pelos demais Câmpus do Instituto.

II. Elaborar projetos de capacitação inicial e continuada dos profissionais que atuam / irão atuar nos cursos na modalidade a distância ou em outros contextos de ensino, pesquisa e extensão nos quais o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação se fizer necessário.

III. Coordenar e executar os projetos de capacitação inicial e continuada.

IV. Avaliar cada fase relacionada ao processo de capacitação e promover ações para a melhoria contínua.

V. Providenciar o arquivamento de todo o material utilizado nas fases e resultados das capacitações realizadas.

VI. Gerar base de dados dos profissionais capacitados para utilização pelas equipes dos cursos dos diversos câmpus do Instituto.

VI. Exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam delegadas pela Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão / Acadêmica.

7.1.2.2 À Coordenação de Produção de Materiais compete:

I. Atuar, em conjunto com a Coordenadoria de Capacitação, na elaboração e execução dos cursos de capacitação relacionados à metodologia de trabalho em EaD adotada pelo Instituto.

II. Acompanhar e propor políticas de produção de material impresso e virtual para EaD.

III. Definir diretrizes e processos de trabalho para as demandas da produção de materiais didáticos para EaD.

- IV. Produzir e editar recursos de áudio/vídeo, impressos e objetos de aprendizagem para os cursos.
- V. Participar da elaboração e acompanhar a execução das licitações referentes à produção de materiais didáticos para EaD.
- VI. Propor, elaborar e acompanhar a aplicação dos padrões gráficos que farão parte dos materiais impressos e virtuais para EaD.
- VII. Propor e acompanhar ações de acessibilidade e usabilidade dos materiais impressos e do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
- VIII. Gerenciar a produção do material didático dos cursos e componentes curriculares oferecidos a distância pelo Instituto, seguindo a metodologia adotada pela Instituição e os cronogramas estabelecidos pela Diretoria.
- IX. Gerenciar e apoiar os designers instrucionais no planejamento dos cursos a distância.
- X. Gerenciar a edição de salas do AVA.

7.1.2.2.1 À Coordenação de Design Gráfico compete:

- I. Coordenar as atividades relacionadas à produção de mídias impressas e virtuais.
- II. Acompanhar e validar técnica e qualitativamente os trabalhos das equipes de Editoração Gráfica, Acessibilidade e Usabilidade, Objetos de Aprendizagem e Metadados.
- III. Definir procedimentos técnicos relacionados à produção e informar à Coordenação de Produção de Materiais.
- IV. Identificar a necessidade de aquisição e atualização de *softwares* e equipamentos que viabilizem o trabalho da equipe.
- V. Cuidar do correto armazenamento, catalogação e divulgação dos recursos produzidos pela Coordenação de Design Gráfico.
- VI. Propor padrões e melhorias técnicas e visuais dos recursos.

7.1.2.2.2 À Coordenação de Multimídia compete:

- I. Coordenar as atividades relacionadas à produção de recursos audiovisuais.
- II. Orientar os designers instrucionais quanto aos parâmetros de solicitação de recursos audiovisuais.
- III. Cuidar do correto armazenamento, catalogação e divulgação dos recursos audiovisuais produzidos.
- IV. Definir procedimentos técnicos relacionados à gravação de recursos audiovisuais e informar à Gerência de Produção de Materiais.
- V. Identificar a necessidade de aquisição e atualização de *softwares* e equipamentos que viabilizem o trabalho da equipe.
- VI. Propor padrões e melhorias técnicas e visuais dos recursos produzidos.

VII. Avaliar técnica e qualitativamente os recursos audiovisuais produzidos, atentando para as questões de acessibilidade.

7.1.2.2.3 À Coordenação de Design Instrucional compete:

I. Avaliar a qualidade, no que se refere às estratégias de design instrucional, dos materiais produzidos – sejam impressos ou virtuais – pela Coordenação de Produção de Materiais do CâmpusEaD.

II. Analisar o planejamento enviado pelos designers instrucionais a Coordenação de Produção de Materiais do CâmpusEaD.

III. Acompanhar o cumprimento do cronograma de produção de materiais pelos designers instrucionais.

IV. Promover a reutilização de materiais já produzidos, visando à melhoria contínua.

V. Coordenar a elaboração das salas virtuais dos cursos a distância e componentes curriculares a distância.

VI. Garantir que todos os materiais produzidos pela Coordenação de Produção de Materiais do CâmpusEaD sejam submetidos à revisão de texto.

VII. Reunir-se periodicamente com os designers instrucionais, pedagogos e professores dos cursos para discutir metodologias de design instrucional para os materiais.

7.1.2.2.4 À Coordenação de Registros Acadêmicos compete:

I. Orientar e acompanhar as ações e os procedimentos adotados pelos Registros Acadêmicos dos câmpus referentes aos cursos ofertados na modalidade a distância.

II. Colaborar na elaboração do calendário acadêmico unificado para EaD.

III. Prover suporte acadêmico para os cursos desenvolvidos pelo CâmpusEaD.

IV. Conhecer e executar a integração, se existente, entre os sistemas acadêmicos dos câmpus e o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

V. Gerar documentação necessária para os cursos e/ou componentes curriculares ofertados pelo CâmpusEaD.

7.1.3 À Diretoria de Administração compete:

I. Gerenciar o controle do patrimônio pertencente ao CâmpusEaD.

II. Gerenciar e acompanhar os processos licitatórios e de aquisições, referentes aos recursos encaminhados ao CâmpusEaD.

III. Gerenciar processos financeiros referentes aos programas de fomento à EaD.

IV. Responsabilizar-se pelo planejamento e execução financeira dos projetos de capacitação da equipe que atua nas ações de EaD promovidas pelo CâmpusEaD.

V. Apoiar a elaboração e execução orçamentária, planos de trabalho anuais (PTA) e

tramitação dos projetos financeiros (externos e internos).

VI. Prestar contas dos recursos gerenciados pelo câmpusEaD, sempre que requisitado.

7.1.3.1 À Coordenação de Tecnologia da Informação compete:

- I. Manter o bom funcionamento da infraestrutura de rede e computacional.
- II. Gerenciar o suporte técnico das ações de EaD promovidas pelo Instituto.
- III. Planejar e acompanhar a implantação de melhorias no AVA para o Instituto, de acordo com as tendências tecnológicas.
- IV. Gerenciar o suporte e a administração do AVA e do portal do CâmpusEaD.
- V. Fomentar o uso de *software* livre para apoio às atividades administrativas do CâmpusEaD.
- VI. Gerenciar a integração dos sistemas específicos da EaD com os demais sistemas do Instituto.
- VII. Definir diretrizes e os processos de trabalho e apoiar os câmpus na configuração de serviços do AVA institucional.
- VIII. Centralizar os serviços de educação a distância para os câmpus que não possuem a infraestrutura necessária para manter os serviços;
- IX. Desenvolver sistemas para as especificidades da EaD.

7.1.3.2 À Coordenação de Infraestrutura de Tecnologia compete:

- I. Elaborar e manter políticas de segurança da informação em consonância com o órgão regulador de Tecnologia da Informação do Instituto, se houver.
- II. Elaborar relatórios de desempenho da rede de dados, dos servidores e dos ativos de rede visando manter sua escalabilidade.
- III. Participar da elaboração e acompanhar a execução das licitações referentes à aquisição e atualização de equipamentos e serviços de informática.
- IV. Instalar, configurar, gerenciar e monitorar servidores e estruturas de redes.
- V. Executar a manutenção corretiva e preventiva de recursos de informática.
- VI. Criar documentação sobre o cabeamento estruturado e de servidores.
- VII. Pesquisar e implantar novas tecnologias.
- VIII. Projetar *softwares* e bancos de dados.
- IX. Desenvolver, implantar e dar manutenção de *softwares* e do portal de acesso ao AVA, se houver.
- X. Atender e dar suporte aos usuários.
- XI. Elaborar documentação de *softwares* e banco de dados.
- XII. Participar da elaboração e acompanhar a execução das licitações referentes à aquisição e atualização de serviços de desenvolvimento de *software*.

XIII. Prover treinamento de usuários para o uso de sistemas de informação.

7.1.3.3 À Coordenação de Ambiente Virtual de Aprendizagem compete:

- I. Implantar, dar suporte e gerenciar oAVA.
- II. Projetar integração entre oAVA e outros sistemas de informação.
- III. Pesquisar e implantar tendências tecnológicas referentes ao AVA.
- IV. Dar manutenção, desenvolver relatórios e projetar novas funcionalidades para oAVA.
- V. Realizar migração de salas virtuais.
- VI. Pesquisar e implantar novas tecnologias.

7.1.3.4 À Coordenação Financeira e de Compras compete:

- I. Subsidiar a elaboração de propostas orçamentárias para projetos e cursos a distância.
- II. Controlar e acompanhar as atividades administrativa e financeiras do câmpusEaD.
- III. Controlar o cumprimento do cronograma estabelecido para projetos administrativos e financeiros com os responsáveis.
- IV. Emitir relatórios periódicos sobre os recursos disponíveis.
- V. Acompanhar a execução e a prestação de contas de programas, convênios, acordos e contratos gerenciados pelo CâmpusEaD.
- VI. Acompanhar o andamento dos processos administrativos do CâmpusEaD.

7.1.3.5 À Coordenação de Gestão de Pessoas compete:

- I. Propor, coordenar, acompanhar e avaliar as políticas e diretrizes relativas ao recrutamento e seleção, movimento, desenvolvimento, capacitação, qualificação, avaliação de desempenho, saúde e qualidade de vida dos servidores do CâmpusEaD.
- II. Supervisionar o atendimento médico e psicólogo ao servidor.
- III. Orientar os servidores do CâmpusEaD sobre a legislação de pessoal vigente.
- IV. Propor e acompanhar o cumprimento de atos normativos e procedimentos relativos à aplicação da legislação de pessoal vigente;
- V. Propor o desenvolvimento de sistemas de informação de gestão de pessoas;
- VI. Analisar e emitir parecer em processos que envolvam questões legais na área de gestão de pessoas.
- VII. Subsidiar a elaboração de proposta orçamentária relativa às ações de gestão de pessoas.
- VIII. Desenvolver estudos e apresentar propostas para criação e remanejamento de cargos e funções para o CâmpusEaD;
- IX. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

8. DISTRIBUIÇÃO FINANCEIRA

Como informação complementar e não condicionada à aprovação do exposto anteriormente, apresenta-se uma proposta de distribuição financeira.

A distribuição dos recursos financeiros entre os diversos câmpus, apoiadores na oferta do curso a distância, deve considerar o esforço institucional de cada câmpus individualmente no que tange os seguintes aspectos:

<i>Esforço Institucional</i>	
Produção de Material Didático - Autoria (CH – Carga Horária)	10%
Produção de Material Design Instruc/Design Graf./Program. (CH)	15%
Coordenação Curso (CH)	10%
Professor Formador (CH)	35%
Aulas Práticas (CH)*	15%
Tutoria a Distância (CH)	10%
Tutoria Presencial (Polos)	5%
Total	100%

* Mín.20% Art.33 Res.6/2012 CNE/CEB

Uma composição financeira também deve considerar as características institucionais da oferta do curso e dados operacionais do Projeto Pedagógico do Curso – PPC, conforme os seguintes aspectos:

<i>Desenvolvimento do Curso</i>	
Carga Horária Total do Curso	1200
Carga Horária Anual do Curso	600
Carga Horária Anual de Aulas Práticas	2400
Número de Câmpus	8
Número de Polos	20
Número de Turmas	20
Número de Alunos p/ Turma	50

Em anexo seguem diversas simulações de distribuição financeira em função do esforço institucional de cada câmpus envolvido na oferta do curso, na modalidade a distância.

8. ASPECTOS PARA CÁLCULO DO ESFORÇO DOCENTE

Ao analisar o esforço docente nas atividades de cursos a distância, é preciso considerar os seguintes aspectos:

- Elaboração do material didático e planejamento de atividades (professor conteudista).
- Condução/supervisão/avaliação da disciplina no momento da execução (professor formador).
- Mediação pedagógica e aplicação das atividades do curso (tutoria e aulas práticas).
- Correspondência entre carga horária docente e número de alunos, considerando as métricas de avaliação do INEP.

9. CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Diante do exposto, para que, de fato, se institucionalize a EaD na Rede, são necessárias alguns ações, entre as quais:

- Assegurar uma estrutura organizacional nos institutos que contemple as especificidades da modalidade;
- Prover cada câmpus da Rede de infraestrutura física e tecnológica que permita o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na EaD e no suporte às aulas na educação presencial;
- Criar e/ou incluir no quadro do MEC as funções necessárias às ações em EaD;
- Estabelecer critérios para aumento de servidores nocâmpusEaDem função do número de alunos da modalidade;
- Promover a capacitação continuada dos atores envolvidos nas atividades de EaD;
- Garantir o fomento para a estruturação das equipes multidisciplinares;
- Promover a equidade de direitos e deveres entre os atores envolvidos na EaD e os que atuam na educação presencial;
- Definir parâmetros para correspondência de carga horária para o docente nas diversas funções que ele assume nessa modalidade;
- Fomentar a pesquisa e a divulgação de resultados referentes à modalidade que permitam a reflexão e a produção de conhecimento nessa área específica;
- Fomentar o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nas ações de Extensão da Rede;

- Fomentar o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nos processos de capacitação interna dos servidores da Rede;
- Integrar os sistemas acadêmicos dos câmpus e o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Essas ações são fundamentais para que se possa institucionalizar a educação a distância com qualidade e ampliar a utilização das novas tecnologias, hoje disponíveis, em favor dos cidadãos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão na Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.